UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Sociologia, Filosofia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Dissertação

Discretos ou ambiciosos? A carreira eleitoral dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1985-2018)

Nilton Garcia Sainz

Pelotas, 2020

Nilton Garcia Sainz

Discretos ou ambiciosos? A carreira eleitoral dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1985-2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Sociologia, Filosofia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S132d Sainz, Nilton Garcia

Discretos ou ambiciosos? : a carreira eleitoral dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1985-2018) / Nilton Garcia Sainz ; Alvaro Augusto de Borba Barreto, orientador. — Pelotas, 2020.

115 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Carreira política. 2. Vice-prefeito. 3. Ambição política. 4. Eleições. I. Barreto, Alvaro Augusto de Borba, orient. II. Título.

CDD : 324

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Nilton Garcia Sainz

Discretos ou ambiciosos? A carreira eleitoral dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1985-2018)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 11/03/2020

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto (orientador), Doutor em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof. Dr. Carlos Artur Gallo, Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Icaro Gabriel da Fonseca Engler, Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Agradecimentos

O ano de 2020 foi completamente atípico para mim, desde sua chegada. Escrever essa dissertação em uma fase adversa da vida foi algo não planejado, assim como costumam ser a maioria das coisas que fogem do nosso controle. Finaliza-la com correções, em meio à pandemia também não estava nos planos. Coisas desse tipo não são controláveis, mas de algum modo, mesmo que ainda não entendamos, ajudam a nos construir como seres humanos. Um trabalho como esse é fruto de um processo, que, por óbvio, não se iniciou em 2020.

Como todo processo, são diversas etapas e muitas coisas acontecem no meio dele. Gostaria de agradecer, inicialmente, aos meus pais, que me respaldaram e possibilitaram que minha escolha por fazer Ciências Sociais e mestrado em Ciência Política fossem tarefas mais simples com seus apoios. De fato, fazer o que a gente gosta e acreditar que esse é o caminho podem trazer bons resultados. Também, agradecer aos meus amigos e pessoas que estiveram ao meu lado ao longo desse tempo, para além da vida acadêmica, compartilhar momentos bons e ruins também fazem parte desse processo. É muito provável, que se não fossem as aulas na escola e as primeiras conversas sobre Ciência Política ainda nas primeiras semanas da graduação, hoje eu não estivesse no doutorado.

Gostaria de agradecer e reconhecer o papel fundamental do professor Alvaro Barreto nesse processo. Desde o início da graduação, até o dia da defesa, presente na minha formação. Para além de professor e orientador, considero um amigo, que ensinou não somente os passos na pesquisa em Ciência Política, mas que também demonstrou como fazer escolhas durante esse caminho. Além dele, agradeço aos professores e secretária do PPGCPol, nas quais sempre mantive uma boa relação e oportunizaram com que conseguisse desenvolver os projetos desejados. Por fim, agradeço todos(as) aqueles(as) que estiveram ao longo do mestrado, escutando e discutindo minhas pesquisas em eventos acadêmicos, com certeza, de alguma forma todos(as) contribuíram para os resultados alcançados.

Por fim, agradecer a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal (CAPES) pela bolsa concedida durante o mestrado, exercendo um papel importante para o meu desenvolvimento científico e acadêmico ao longo dos anos.

Resumo

SAINZ, Nilton Garcia. **Discretos ou ambiciosos? A carreira eleitoral dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1985-2018)**. 2020. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

Este estudo investiga a carreira eleitoral daqueles que foram eleitos para o cargo de vice-prefeito das 26 capitais estaduais do Brasil entre 1985 e 2012 após terem ocupado o cargo. O objetivo geral é analisar os padrões de carreira eleitoral apresentados por esses indivíduos ao longo de suas trajetórias profissionais. Com isso, a pesquisa busca responder quais padrões de carreira eleitoral apresentaram essas personagens. A pesquisa analisa a trajetória de 191 indivíduos, desde o momento na qual foram eleitos para o cargo de vice-prefeito até a última oportunidade de disputar uma eleição. Os dados foram coletados em sua maioria no banco de dados do TSE e dos TREs, quando necessário foram complementados pela consulta ao Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB). A análise de dados foi realizada por meio de metodologia quantitativa e fez uso de estatística descritiva. Os resultados indicam que existem múltiplos caminhos da carreira política no Brasil, pois o sistema político proporciona para os vice-prefeitos um ambiente integrado de carreira, o que os leva a circular por todos níveis de governo e de poderes políticos. Tais resultados corroboram o diagnóstico da existência de um sistema político que possibilita frequentes movimentos de carreira, a partir dos políticos profissionais podem ir e vir de cargos, a apontar que não existe um ambiente rígido ou unidirecional para aqueles que vivem da política.

Palavras-chave: carreira política; vice-prefeito; ambição política; eleições.

Abstract

SAINZ, Nilton Garcia. **Discreet or ambitious? The electoral career of the vice mayors of the brazilian state capitals (1985-2018)**. 2020. 115f. Dissertation (Master's Degree in Political Science) Federal University of Pelotas, Pelotas, RS, Brazil.

This study consists of an investigation of the electoral career of those who were elected to the post of vice-mayor of one of Brazil's 26 state capitals in between the years 1985 and 2012. The general objective is to analyze the electoral career patterns presented by these individuals throughout their professional trajectories. With this, the research aims to comprehend the career patterns presented by those characters. The study analyzes the trajectory of 191 individuals, from the moment they were elected to the office of vice mayor up until their last opportunity to run in an election. The data were analyzed through a quantitative methodology and employed descriptive statistics. The results indicate that there are several political career paths in Brazil since the political system provides an integrated career environment for vice mayors, which allows them to circulate throughout the different levels of government and political mechanisms. These results corroborate to the diagnosis of the existence of a political system with the possibility of career movements, one where professional politicians can move freely between political positions, an absent characteristic in rigid or unidirectional environments.

Key-words: political career; vice mayor; political ambition; elections.

Lista de Figuras

Figura 1 Estrutura de carreira política formulada por Miguel (2003) 48

Figura 2 Comparativo entre diferentes interpretações em relação as estruturas hierárquicas de cargos eleitorais no Brasil 49

Figura 3 Movimentos de ambição de carreira a partir do cargo e vice-prefeito das capitais estaduais brasileiras 70

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Vice-prefeitos que já haviam experiência em cargos eletivos 73

Gráfico 2 Poder político do cargo imediatamente anterior a vice-prefeito 74

Gráfico 3 Nível de governo dos cargos imediatamente anteriores a vice-prefeito 75

Gráfico 4 Decisão dos vice-prefeitos em continuar suas carreiras eleitorais ou abandonar à política 77

Gráfico 5 Relação entre carreira eleitoral anterior e continuidade de carreira após vice-prefeito 78

Gráfico 6 Ingressantes na carreira eletiva e suas continuidades após o cargo de vice-prefeito das capitais do Brasil 79

Gráfico 7 Sucesso eleitoral dos vice-prefeitos que buscaram continuar na carreira política 80

Gráfico 8 Escolha de carreira dos vice-prefeitos em relação à poder político ambicionado 89

Gráfico 9 Escolha de carreira dos vice-prefeitos em relação à nível de governo ambicionado 90

Gráfico 10 Número de candidaturas para os cargos eletivos e seus sucessos eleitorais 94

Lista de Tabelas

Tabela 1 Universo da pesquisa de acordo com a quantidade de observações 66

Tabela 2 Cargo eletivo ocupado imediatamente anterior ao cargo de vice-prefeito 76

Tabela 3 Escolha de carreira dos vice-prefeitos das capitais brasileiras em meio ao mandato 83

Tabela 4 Escolha de carreira dos vice-prefeitos diante do final do mandato 84

Tabela 5 Escolha de carreira após o cargo de vice-prefeito e diante da oportunidade imediata de prosseguir na carreira eleitoral 86

Tabela 6 Escolhas de carreiras dos vice-prefeitos eleitos entre 1985 e 2012 por cargo eletivo ambicionado em carreiras posteriores 94

Tabela 7 Escolha de carreira dos vice-prefeitos que assumem o cargo de Prefeito ao final do mandato 100

Tabela 8 Escolha de carreira dos vice-prefeitos que assumem o cargo de prefeito no retorno à competição política 101

Lista de Quadros

Quadro 1 Hipóteses formuladas 16

Quadro 2 Vice-presidentes que assumiram em definitivo o cargo de presidente da República (1891-2020) 24

Quadro 3 Tipos de Presidentes e Vice-Presidentes de acordo com o comportamento no Executivo 31

Quadro 4 Salário de prefeitos e vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras 34

Quadro 5 Sistemas eleitorais adotados no Brasil de acordo poder político e cargo eletivo 41

Quadro 6 Eleições ocorridas no calendário eleitoral brasileiro entre 1985 e 2018 44

Quadro 7 Cargos eletivos disponíveis no sistema político brasileiro 45

Quadro 8 Oportunidades geradas pelo sistema político brasileiro de 1985 a 2018 65

Quadro 9 Variáveis mobilizadas pela investigação 68

Quadro 10 Relação dos cargos eletivos disponíveis e o tipo de eleição em que são ofertados pelo sistema político 82

Quadro 11 Escolha de carreira dos vice-prefeitos em relação à nível de governo e poder político 92

Quadro 12 Classificação de acordo com número de candidaturas e ranking de sucesso eleitoral em trajetórias posteriores de carreira 97

Quadro 13 Escolha de carreira dos vice-prefeitos que assumem definitivamente o cargo de Prefeito em suas cidades 99

Quadro 14 Momento na qual os vice-prefeitos que assumem o cargo de Prefeito buscam retornar à competição eleitoral 100

Quadro 15 Revisão de conjunto sobre as escolhas de carreiras dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1985-2012) 103

Sumário

1 Introdução 13

2 Os cargos de vice no Brasil 17
2.1 Um cargo polêmico? Quando os vice-presidentes protagonizam os governos do Brasil 21
2.2 Os significados do cargo em democracias representativas 27
2.3 Os vices diante das regras: estrutura de oportunidades e o sistema político diante dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras 32

3 Estudos de carreira política sob a ótica do neoinstitucionalismo de escolha racional 36
3.1 Estrutura de oportunidades e carreiras eleitorais: o sistema político brasileiro frente às escolhas de carreiras 40
3.1.1 O sistema eleitoral brasileiro e suas principais características 40
3.1.2 Cargos eletivos e a dinâmica da competição política brasileira pós-1985 44
3.1.3 Partidos políticos e sistema partidário frente às escolhas de carreiras eleitorais 50
3.2 Padrões de carreiras eleitorais e ambição política no Brasil 53
3.2.1 Nível federal 53
3.2.2 Nível estadual 59
3.2.3 Nível municipal 61

4 Metodologia e escolhas aplicadas à investigação 63

5 A carreira eleitoral dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras 72
5.1 De onde vêm os vice-prefeitos? A carreira eleitoral prévia e os impactos em carreiras posteriores 72
5.2 Continuidade de carreira ou ambição discreta? A decisão de permanecer no jogo eleitoral ou retirar-se da política 77

5.3 Para onde vão os vice-prefeitos? As escolhas de carreira diante das oportunidades após eleitos para o cargo 81
5.4 Os padrões de carreiras eleitorais dos vice-prefeitos: uma análise longitudinal das escolhas de carreiras em sistema político multinível 88
5.5 Mensurando impactos do protagonismo: as escolhas de carreira dos vice-prefeitos que assumem em definitivo as prefeituras das capitais 99

6 Considerações finais 103

7 Referências 108

1 Introdução

Assim como qualquer profissão, a política é espaço para a construção de carreiras. Aqueles que desejam ingressar na competição eleitoral, por exemplo, encontram a possibilidade de construir diferentes trajetórias, de acordo com suas ambições. Acontece que a política exige dos seus profissionais constantes decisões em relação aos rumos de suas carreiras, o que nem sempre vem acompanhado da manutenção de seus empregos – ou aquilo que chamamos de sucesso eleitoral.

Os políticos profissionais são testados periodicamente nas urnas, onde competem por cargos eletivos e disputam a chancela do eleitorado para ocupar um posto do sistema político. Ingressar na política ou sobreviver no jogo exige dos interessados que realizem diferentes estratégias que vão desde o momento da escolha pelo cargo disputado, passando por suas campanhas eleitorais, até seus respectivos comportamentos em seus mandatos.

Apreciando o caso brasileiro, os profissionais da política vislumbram um "mercado" amplo e flexível em relação aos cargos ofertados pelo sistema político. Ao todo, existem 12 opções (cargos eletivos)[1] para os que desejam fazer da política sua profissão. Basicamente, aqueles que cumprem os requisitos impostos pela legislação eleitoral[2] e não incidem nas causas de inelegibilidade estão aptos a disputar uma eleição para qualquer dos 12 postos disponíveis. Na prática, essa flexibilidade na hora de escolher por onde ingressar e para onde ir resulta em carreiras que ascendem e descendem na estrutura hierárquica de cargos eletivos.

A Ciência Política tem buscado compreender as escolhas de carreiras dos políticos profissionais frente às estruturas de oportunidades desde Schlesinger (1966). Estudos clássicos na área se voltaram a entender, a partir da teoria da ambição, como a classe política norte-americana executava suas escolhas de carreiras e seus passos posteriores (SCHLESINGER, 1966; BLACK, 1972; ROHDE, 1979). No Brasil, estudos da área também buscaram analisar as carreiras políticas pela ótica do neoinstitucionalismo, considerando variáveis como ambição, reeleição e diferentes níveis da federação (SAMUELS, 1998, 2003; SANTOS, 1999, 2010; LEONI;

[1] São eles: presidente da República, governador do estado, prefeito municipal (mais os respectivos vices), no âmbito do poder Executivo; senador, 1° e 2° suplente de senador, deputado federal, deputado estadual e vereador, na esfera do poder Legislativo.

[2] Possuir nacionalidade brasileira, contar com o exercício de seus direitos políticos, estar alistado à Justiça Eleitoral, ter filiação partidária, possuir domicílio na circunscrição eleitoral, e compatibilidade de idade mínima exigida para o cargo.

PEREIRA; RENNÓ, 2003; PEREIRA; RENNÓ, 2007; BARRETO, 2008, 2017; LODOLA, 2009; BORCHERT, 2009, 2011; BORGES; SANCHES-FILHO, 2016).

Baseado no que foi dito acima, esta dissertação investiga a carreira eleitoral[3] daqueles que se tornaram vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras entre os anos de 1985 e 2012. Em síntese, a pesquisa dá conta de examinar: a) a trajetória da passagem de um posto para o outro, com vitórias e derrotas eleitorais acumuladas; b) a temporalidade em que esse trânsito se dá e o quanto dura; c) a abrangência desses cargos e o acúmulo deles ao longo de uma biografia.

Não necessariamente a carreira política desses atores terá começado quando se tornaram vice-prefeito, mas é a partir desse momento que, de fato, elas serão observadas. O que a pesquisa busca é verificar o que construíram – se é que o fizeram – desde esse ponto de observação, que é tomado como tal e também visto como uma posição particular para o desenvolvimento de uma carreira futura, ou seja, que propicia capital político suficiente para que os atores possam ambicionar e obter novos cargos eletivos.

O que justifica essa investigação é a baixa atenção que o cargo de vice-prefeito recebe. A própria Ciência Política e outros campos relacionados pouco se dedicaram para explicar e compreender a função dele em nosso sistema político. O cargo de "vice" no Brasil pode levar a biografia de um político a diferentes desfechos, como, por exemplo, na história recente, em que os vice-presidentes protagonizaram governos.

No entanto, o protagonismo não é a regra dos eleitos para o cargo. Ser eleito "vice" define o indivíduo durante o mandato como substituto do titular do cargo, em caso de necessidade. Por excelência, é um ator político que exerce uma função secundária no governo, embora possa não se apresentar assim em termos políticos durante sua atuação.

Observando o texto constitucional brasileiro de 1988, no qual as atribuições do vice-presidente estão mencionadas no artigo 79, nota-se a definição da função do cargo como o substituto do presidente em casos de impedimento e quando convocado para missões especiais (BRASIL, 1988). Já os cargos de vice-governador e de vice-prefeito têm suas atribuições disciplinadas nas respectivas constituições estaduais e

[3] Adotou-se o termo "carreira eleitoral" por compreender que "carreira política" vai além de cargos ocupados e disputas eleitorais em trajetórias de políticos profissionais. Esta dissertação tem o objetivo de alcançar as escolhas de carreiras e trajetórias em eleições, mas não observa as outras opções de "mercado" que os políticos possuem, como cargos de nomeação política.

leis orgânicas municipais, porém, equivalem em escala local ao vice-presidente brasileiro.

Por óbvio, a definição legal não permite avançar para compreender formas de atuação e de significados deste cargo no sistema político brasileiro. Entretanto, avalia-se que um vice pode reunir outros valores e significados na hora da formação de chapa ou governo. Assim, o vice pode ser parceria importante para agregar visibilidade e recursos, como tempo de televisão e financiamento eleitoral. Estima-se, também, que o cargo pode servir para a combinação de diferentes perfis sociais e políticos, mesclando características e até apoios institucionais.

Apresentado o objeto de investigação propriamente dito, a pergunta de pesquisa que conduziu esse trabalho e que se busca responder é: quais padrões de carreira eleitoral apresentam os vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras, eleitos entre 1985 e 2012, após o exercício do cargo? Nesse sentido, o objetivo geral é analisar os padrões de carreira eleitoral apresentados pelos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras, eleitos entre 1985 e 2012, após o exercício do cargo.

Mais precisamente, analisar os padrões de carreira eleitoral resulta em três objetivos específicos: a) traçar as trajetórias das carreiras eleitorais dos vice-prefeitos das capitais estaduais, mostrando para qual cargo eletivo foram ou tentaram ir após ser vice-prefeito; b) mensurar o impacto da estrutura de oportunidades do sistema político frente aos vice-prefeitos; c) fornecer evidências para identificar qual o valor do cargo de vice-prefeito das capitais estaduais dentro do leque de opções oferecidos pelo sistema político brasileiro.

Por meio de constatações já alcançadas pela literatura da área, este estudo mobiliza três hipóteses descritivas na intenção de testá-las e verificar se as evidências as confirmam ou não. A primeira (H1) é relativa ao padrão de carreira eleitoral dos vice-prefeitos, a segunda (H2) refere-se à ambição política dos indivíduos, a terceira (H3) está voltada ao sucesso eleitoral dos políticos após a passagem pelo cargo. Abaixo as hipóteses são mais bem desenvolvidas. O Quadro 1 organiza e descreve as hipóteses contidas na investigação.

Quadro 1: Hipóteses formuladas

H1	O padrão de carreira eleitoral que persiste nas trajetórias dos vice-prefeitos é predominantemente rumo ao Poder Legislativo estadual, o que resulta em um maior número de vices eleitos para o cargo de deputado estadual.
H2	É baixo o número de candidaturas dos vice-prefeitos à reeleição imediata ou mediada, quando comparado com outros cargos a nível municipal, não importando se o movimento de carreira represente ambição progressiva ou regressiva, o que simboliza rejeição por parte da classe política a este cargo eletivo.
H3	É baixo o capital eleitoral gerado pelo cargo de vice-prefeito para aqueles que apresentam ambições nitidamente progressivas, como por exemplo, para o cargo de prefeito das capitais.

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao universo abarcado pela pesquisa, adentraram ao banco de dados os vice-prefeitos das 26 capitais estaduais eleitos entre 1985 e 2012. O estudo examina as trajetórias das escolhas de carreiras realizadas desde 1986, primeira oportunidade de disputa para os eleitos em 1985, e percorre até 2018, eleição mais recente transcorrida no país. Por meio de metodologia quantitativa, a análise fez uso de estatística descritiva, medindo principalmente a frequência de candidaturas, porcentagens e médias de sucessos eleitorais.

A estrutura desta dissertação está disposta em sete partes e encontra-se organizada da seguinte maneira: a) a introdução acima apresentada; b) seguido pela revisão sobre o cargo de vice no Brasil e os significados do vice para democracias representativas; c) a literatura neoinstitucionalista e os estudos sobre padrões de carreira e ambição política no Brasil; d) detalhamento da metodologia aplicada à investigação; e) resultados e análises absorvidas pelo estudo; f) conclusões e constatações a partir dessa pesquisa; g) referências bibliográficas.

2 Os cargos de vice no Brasil

Pouco se sabe sobre os significados de ser eleito vice no Brasil. Em suma, o cargo se refere a quem não é o titular do executivo, e sim um eventual substituto. Ele tem, portanto, a peculiaridade de ser um posto que indica essa condição peculiar, cujo efetivo desempenho depende de circunstâncias do mandato. Isso se dá pela variedade de possibilidades e de acontecimentos históricos que acompanham aqueles que são eleitos para os cargos.

Geralmente, os vices não desfrutam de grandes atenções do eleitorado. Segundo a pesquisa do Instituto Paraná, realizada em 2019, para 53,4% dos brasileiros os cargos de vice deveriam ser extintos (SANDIN, 2019). Uma possível explicação para essa falta de credibilidade perante a opinião pública se deve à baixa definição e informação em relação à função do vice. Isso ocorre por conta de existir uma alta oscilação da atuação dos vices, alternando de acordo com o governo e com o chefe do Executivo.

Uma das formas de evidenciar o descaso com a função é observar a atenção empregada pela mídia com essas personagens. É incontestável que o maior protagonismo fica para os titulares do poder Executivo (presidente da República, governador e prefeito), o que resulta, em grande parte das vezes, em colocar de lado os vices. De maneira geral, o vice chama a atenção quando convocado para assumir o cargo principal ou quando alvo de polêmicas.

Voltando à definição do cargo, o texto constitucional brasileiro de 1988 estabelece a função do vice-presidente da República no art. 79 da seguinte maneira:

> Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais (BRASIL, 1988).

É possível observar uma definição pragmática em relação ao cargo. No entanto, é notório que o cargo possui atribuições que vão além dessas descritas na Constituição Federal. Mais propriamente, podem-se identificar funções políticas, que vão desde a formação de uma coligação em eleições até a construção e execução de um governo, podendo ser considerado uma espécie de segurança institucional dos

sistemas políticos, visando a evitar novos processos eleitorais ou espaços vazios de poder, ameaçando a estabilidade de regimes democráticos (SERRAFERO, 1999).

Os cargos de vice-governador e de vice-prefeito possuem suas funções especificadas nas constituições estaduais e nas leis orgânicas municipais, respectivamente. De toda forma, é de conhecimento que existe uma reprodução das funções do "vice" em todos os níveis da federação. Para o Direito Eleitoral, conforme explica Meirelles (2006, p. 733), o cargo de vice-prefeito municipal é entendido como "substituto, nos afastamentos, e o sucessor, no caso de vaga do prefeito", ou seja, equivalente em escala local à função do vice-presidente da República.

Além da pouca atenção midiática, observa-se que os cargos também não são foco de investigações de pesquisadores, o que reduz a margem de conhecimento sobre a história do cargo e sobre os atores que com ele estão envolvidos. É importante ressalvar as adversidades existentes para que se alcance informações relevantes e confiáveis sobre a história eleitoral do cargo. Na intenção de contribuir para o avanço de investigações em relação ao tema, os próximos parágrafos descrevem algumas informações em relação ao cargo e aos vice-presidentes na história do Brasil.

O cargo de vice-presidente da República foi criado em 1891, ano que foi promulgada a primeira Constituição republicana do Brasil. Ao ser criada a figura do Presidente da República e adotado o modelo presidencial de governo, foi decidido que ele seria acompanhado por um substituto, alguém que o poderia substituir eventualmente, em razão de ausências ou impedimentos momentâneos, assim como em definitivo, sucedendo-o.

Neste mesmo ano foi eleito indiretamente Floriano Peixoto, quem primeiro ocupou o cargo no país. A seguir, e durante a Primeira República, o presidente e o vice-presidente do país eram eleitos simultaneamente por sufrágio direto e maioria absoluta de votos (BRASIL, 1891; NICOLAU, 2012), mas de forma separada, ou seja, o eleitor votava em um nome para cada cargo, o que tornava possível escolher o candidato do partido A para presidente e do partido B para vice.

Outra peculiaridade do período era a possibilidade de o mesmo candidato estar disponível para ambos os cargos[4]. Além disso, o vice-presidente também presidia o Senado Federal, possuindo o chamado "voto de qualidade" (BRASIL, 1891; BALEEIRO, 2012; NICOLAU, 2012). Vale ressalvar que a competição eleitoral a nível

[4] Caso de Floriano Peixoto. Em 1891, ele era candidato à Presidência da República e também à Vice-Presidência, sendo eleito como vice (BATISTA, 2016).

estadual e municipal eram reguladas de acordo com as legislações de cada estado da federação, o que resultava em variações, de acordo com cada unidade federativa (NICOLAU, 2012; BRASIL, 2014).

Após 39 anos (de 1891 até 1930) de existência do cargo de vice-presidente da República, o governo provisório de Getúlio Vargas (1930 a 1934) extinguiu o posto. Tal determinação foi ratificada pela Constituição de 1934, que estabelecia, em seu art. 52, § 8º, como sucessores do presidente, respectivamente: presidente da Câmara dos Deputados, presidente do Senado Federal e presidente da Corte Suprema – que era a denominação adotada para o hoje Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 1934).

A tendência de ausência de vice-presidente da República persistiu por todo o período em que Vargas esteve à frente do cargo, pois a Constituição de 1937, surgida a partir do golpe de Estado do mesmo ano e que inaugurou o chamado Estado Novo (1937-1945), também não previa essa figura. A responsabilidade pela substituição do presidente da República foi transferida para o chamado Conselho Federal, que era incumbido de eleger entre os seus membros o "presidente provisório"[5] que ficara responsável em convocar o Colégio Eleitoral do presidente da República (BRASIL, 1937, art. 78).

Passados 15 anos (de 1930 até 1945), com a saída de Vargas da presidência da República, o cargo de vice-presidente do país reaparece na Constituição de 1946, ano em que é escolhido para a função Nereu Ramos, vice de Eurico Gaspar Dutra. As prerrogativas eram semelhantes às que estiveram em vigência até 1930: além de substituir o Presidente, quem ocupasse a vice-presidência exercia o cargo de presidente do Senado Federal, possuindo voto de qualidade, e sendo escolhido simultaneamente com o Presidente da República, agora por mandato de 5 anos.

Nesse período, continuava existindo a possibilidade de escolher candidatos de diferentes partidos para os cargos de presidente e de vice-presidente. Porém, nesse período, os registros históricos não indicam a possiblidade de um mesmo candidato disputar ambos os cargos (NICOLAU, 2012). Uma singularidade desse período foi a possiblidade de reeleição imediata para o cargo de Vice-Presidente da República, algo

[5] O presidente provisório existente nesse texto constitucional não possuía as prerrogativas do presidente da República, assim, não se pode realizar uma equivalência entre as atribuições do cargo de presidente provisório com as atribuições que existiam no cargo de vice-presidente da República (BRASIL, 1937).

não disponível para cargos do primeiro escalão do poder Executivo, como presidente, governador e prefeito (NICOLAU, 2012).

A partir da Constituição de 1967, promulgada durante a ditadura civil-militar, o vice-presidente da República passou a ser eleito de forma indireta e em conjunto com o Presidente da República, passando a impossibilitar a escolha de nomes pertencentes a diferentes chapas (BRASIL, 1967)[6]. Durante a ditadura, o cargo de vice-presidente sofreu uma "desvalorização" visto que, além de perder a atribuição de presidir o Senado Federal, os governos militares não deixaram os vices assumirem a presidência da República[7].

De maneira geral, desde as últimas alterações com a Constituição de 1967, o modelo de escolha dos vices (associado ao cabeça de chapa), suas atribuições e suas prerrogativas se mantiveram as mesmas, variando conforme os significados políticos daquele que foi eleito e de acordo com governo e chapa eleita.

Na próxima seção, elaborou-se uma reconstrução das principais polêmicas que existem ao lado do cargo de vice-presidente da República no Brasil, apresentando os casos em que os vices assumiram o protagonismo e terminaram seus mandatos como chefes do Executivo nacional, o que auxilia na explicação sobre os significados históricos do cargo e os possíveis desdobramentos no imaginário dos eleitores e da classe política.

[6] Segundo Negrão e Yamada (2011), a partir de 1965 os cargos de presidente e de vice-presidente já eram escolhidos conjuntamente.

[7] Exemplo disso foi o caso do civil Pedro Aleixo, quando ocorreu o afastamento do Marechal Costa e Silva por problemas de saúde (VICE-PRESIDENTE..., 2014).

2.1 Um cargo polêmico? Quando os vice-presidentes protagonizam os governos do Brasil

Apesar da condição secundária e dependente que o cargo de vice apresenta, é praticamente impossível não notar as frequentes polêmicas que estão atreladas ao posto. Diante disso, essa seção tem como objetivo principal descrever e distinguir o que levou estes vices a assumir o cargo político mais importante do país. Usufruindo do alcance da investigação também se revelou, mesmo que de forma breve, polêmicas relativas aos vice-prefeitos das capitais, exemplificando com alguns casos recentes.

A nossa revisão histórica em relação as polêmicas no cargo iniciam ainda na primeira eleição para Presidente e vice na história da República. Em 1891, a renúncia de Marechal Deodoro da Fonseca dá início à história dos vice-presidentes que assumiram o papel principal do Executivo nacional em caráter definitivo. Ou seja, tal situação ocorreu desde a primeira experiência de "dualidade" de poder, da existência da "sombra" do presidente e daquele destinado a substituí-lo.

Deodoro da Fonseca era considerado autoritário, governava diante de um cenário de crise econômica e falta de articulação com a oposição. Ao decretar Estado de Sítio e fechar o Congresso Nacional, tornou-se insustentável a situação de seu governo. Esse fato gerou reações dos apoiadores de Floriano Peixoto, vice-presidente eleito em 1891, e um político de oposição a Deodoro, que contava com apoio da oposição civil e de setores das Forças Armadas.

Como resultado, Deodoro renunciou em 1891 (FAUSTO, 2015; SCHWARCZ; STARLING, 2015), assumindo a presidência o vice-presidente Floriano Peixoto, com objetivo de construir um governo estável e que contou com o apoio da elite política paulista que, segundo Fausto (2015, p. 219), conseguiu atingir "um acordo tácito entre o presidente e o PRP [Partido Republicano Paulista]", estes preocupados com os rumos do regime republicano.

Dezoito anos mais tarde, outro vice-presidente volta a figurar como protagonista da política brasileira. Desta vez, em consequência da morte do presidente da República, Afonso Pena, ocorrida em 1909. Nesta ocasião, o vice eleito era Nilo Peçanha, ex-presidente do estado do Rio de Janeiro (equivalente ao atual cargo de governador do estado) (DHBB, 2001). Nessa ocasião, os fatos históricos apontam para um cenário sem conflitos internos no Executivo nacional.

Nove anos mais tarde, outro vice-presidente viria a assumir o cargo máximo da República. Doente, o presidente reeleito (1902 e 1918), Rodrigues Alves, não possuía condições de continuar à frente do cargo máximo da nação. Assim, o vice Delfim Moreira, companheiro de chapa, assumiu interinamente a presidência do Brasil antes mesmo de sua morte (DHBB, 2001). Logo em seguida, foram realizadas novas eleições para a Presidência da República, seguindo as regras da Constituição em vigor no país[8] (BRASIL, 2014).

Devido ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, o vice-presidente eleito ao seu lado, Café Filho, assume o mandato de presidente. O cenário do governo de Vargas era de intensas pressões vindas da oposição articulada com setores das Forças Armadas. Segundo relatos históricos, antes da morte de Getúlio, Café Filho já sinalizava a disposição de assumir a Presidência da República e de realizar um governo de coalizão (DHBB, 2001). Além disso, o governo de Café Filho contou com quadros de oposição a Getúlio, caso de políticos da UDN e de militares.

João Goulart foi o próximo vice a chegar à Presidência da República. Jango, que estava em seu segundo mandato como vice-presidente, veio a assumir o cargo com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, devido à instabilidade política, novamente ocasionada pela oposição ao presidente eleito e por setores das Forças Armada (FAUSTO, 2015; SCHWARCZ; STARLING, 2015). Em 1964, diante de um cenário de crise política, Jango foi deposto do cargo de presidente da República por meio de articulação golpista de setores militares (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

O processo de retomada da democracia no país trouxe também a retomada de um vice-presidente ao cargo de presidente da República. Dessa vez, José Sarney, um ex-arenista (partido criado pela ditadura, em 1965) que não tinha fortes ligações com o movimento de redemocratização do país (FAUSTO, 2015). Sarney era dissidente do PDS, partido que presidira, formador da Frente Liberal e havia sido escolhido para compor a chapa de Tancredo Neves (PMDB)[9].

Assim como no caso de Rodrigues Alves, o presidente eleito pelo Congresso não chegou a se efetivar no comando nacional – adoeceu antes da posse e, em seguida, faleceu –, o que fez com que o vice, José Sarney, assumisse interinamente

[8] Segundo a norma constitucional, no caso de o presidente da República ser impedido antes de completar dois anos de mandato, seriam realizadas novas eleições. Ainda vale ressaltar aqui, o descumprimento constitucional de Floriano Peixoto, em 1891 (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 321).
[9] Para mais informações ver Fausto (2015).

o comando do país e depois fosse efetivado presidente. Nessa ocasião, o vice-presidente significava a continuidade do processo de abertura democrática planejado pela oposição à ditadura civil-militar, e teria a missão de comandar o fim da transição política (FAUSTO, 2015; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Pouco tempo se passou até que, novamente, um vice assumisse a presidência da República. Em 1989, a chapa de Fernando Collor e Itamar Franco se consagrou vencedora na primeira eleição direta para presidente após à ditadura. Porém, devido a uma série de escândalos de corrupção, Fernando Collor sofreu um processo de impeachment. Com isso, Collor renunciou ao cargo antes mesmo da conclusão do processo de impedimento e Itamar Franco assumiu à Presidência da República.

Segundo Schwarcz e Starling (2015), a chapa formada por Collor e Itamar era a soma de dois perfis políticos diferentes. Collor era um jovem, de discurso moralista e antipolítico, que se diferenciava de Itamar, um político de perfil tradicional, com trajetória política consolidada em Minas Gerais. Nessa conjuntura, o vice-presidente assumia diante de crise econômica e desemprego elevado no país, além de uma baixa confiança por parte da população na jovem democracia recém-restaurada no Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Por fim, em 2016, passados vinte e quatro anos desde a última vez em que um vice-presidente assumiu, e novamente em razão de um episódio de impeachment, o vice assumiu a presidência. Dessa vez, quem ocupava a chefia do Executivo nacional era Dilma Rousseff, reeleita ao cargo. Dilma passou por um polêmico processo de impeachment, atribuído a crimes de responsabilidade da presidente. Nessa ocasião. o Congresso a afastou, fazendo com que o vice-presidente Michel Temer assumisse o cargo.

Antes mesmo da abertura do processo de impeachment, Temer e o seu partido romperam relações com Dilma e seu partido. Em uma ilustre carta destinada à presidente Dilma, Michel Temer se caracterizou como “vice decorativo” e disse ser visto como figura secundária por parte do governo de Dilma. A carta publicada veio antes do processo de impeachment, transparecendo a disposição de Temer em romper com o governo e assumir a presidência da República, o que trouxe para este caso a imagem conspiratória por parte do vice e de seu partido.

Elaborou-se no Quadro 2 um conjunto sobre os vice-presidentes que assumiram em definitivo o cargo de presidente da República, demonstrando as causas que levaram a assumirem o cargo principal, o tempo em que ficaram na

presidência, bem como deram continuidade a suas carreiras políticas após o término de seus mandatos.

Quadro 2: Vice-presidentes que assumiram em definitivo o cargo de presidente da República (1891-2020)

Vice-presidente da República	Presidente da República	Causa da substituição	Tempo à frente da Presidência	Carreira política após o cargo[10]	Ocupação profissional[11]
Floriano Peixoto	Deodoro da Fonseca	Renúncia	Nov. 1891 a nov. 1894	Retirou-se da política	Militar
Nilo Peçanha	Afonso Pena	Morte	Jun. 1909 a nov. 1910	Foi eleito Senador pelo Rio de Janeiro em 1912	Político
Delfim Moreira	Rodrigues Alves	Morte	Nov. 1918 a jul. 1919	Retorna à vice-presidência da República até 1920	Político
Café Filho	Getúlio Vargas	Morte	Ago. 1954 a nov. 1955	Ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara em 1961	Político
João Goulart	Jânio Quadros	Renúncia	Ago. 1961 a mar. 1964	Não voltou a ocupar cargo político	Político
José Sarney	Tancredo Neves	Morte	Mar. 1985 a mar. 1990	Eleito Senador pelo Amapá em 1990	Político
Itamar Franco	Fernando Collor	Renúncia / Impeachment	Out. 1992 a dez. 1994	Nomeado embaixador em Portugal em 1995	Político
Michel Temer	Dilma Rousseff	Impeachment	Ago. 2016 a dez. 2018	Até o momento não voltou a ocupar cargo político	Político

Fonte: Elaboração própria com base em DHBB (2001) e CPDOC-FGV.

Conforme os dados agrupados referentes aos vice-presidentes da República indicam, em oito oportunidades o Brasil teve vices assumindo o controle da nação. Isso significa que, desde a inauguração da Primeira República, o país foi governado por mais de 18 anos por vice-presidentes que estavam em definitivo à frente do cargo.

[10] Considera-se o primeiro cargo político posterior ao cargo de presidente da República.
[11] Adota-se a ocupação profissional imediatamente anterior ao cargo de vice-presidente da República.

Os resultados dessa breve análise histórica demonstram uma pluralidade de formas pela as quais estes atores chegaram ao cargo de vice. Cumprindo as regras da época, alguns deles foram eleitos por meio do voto direto dissociado do presidente da República, casos de Nilo Peçanha, Delfim Moreira, Café Filho e João Goulart, mas também por meio da escolha indireta do Congresso nacional, caso de Floriano Peixoto. Também houve os que passaram a estar ligados à figura do presidente escolhidos de forma indireta, caso de José Sarney, ou por meio do voto direto, casos de Itamar Franco e Michel Temer.

Em relação às trajetórias políticas anteriores, percebe-se que somente Floriano Peixoto veio a ocupar à vice-presidência da República sem possuir experiência política prévia ao cargo e tendo como ocupação profissional as Forças Armadas. Os outros sete vices já possuíam carreiras políticas em suas biografias, tendo como ocupação profissional antes de chegar a vice-presidência cargos políticos.

Em relação a carreiras posteriores, três deles não ocuparam mais cargos (Floriano Peixoto, João Goulart e, até o presente momento, Michel Temer). Os demais voltaram a postos políticos, sendo que três foram eleitos senadores (Nilo Peçanha, José Sarney e Itamar Franco[12]), um retornou ao cargo de vice-presidente (Delfim Moreira), um foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas do seu estado (Café Filho).

Em relação às causas que levaram os vice-presidentes a assumirem o cargo de presidente da República, percebem-se três modalidades: morte, renúncia e impeachment. A causa mais comum foi a morte do titular, o que ocorreu quatro vezes na história do país. Em uma primeira análise, essa situação “naturaliza” o processo de sucessão e atende a uma das razões principais pelas quais existe o cargo, que é a de substituir o titular frente a imprevistos.

Entretanto, esses casos podem implicar elementos políticos. Se em três das situações a substituição se deu por morte como resultado de doença do titular (Afonso Pena, Rodrigues Alves e Tancredo Neves), em uma delas foi resultado da decisão política do presidente de se suicidar (Getúlio Vargas), o que não pode deixar de ser considerado, visto que o Brasil vivia sobre a ameaça de golpe de setores das Forças Armadas (FAUSTO, 2015; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Em duas oportunidades ocorreram renúncias do Presidente da República (Deodoro da Fonseca e Jânio Quadros), sendo que, em ambas conjunturas, o país

[12] Itamar também foi eleito governador de Minas Gerais.

vivia sobre forte crise política, em condições de ingovernabilidade e ameaça de golpe. Além destas renúncias, ainda teve o caso de Fernando Collor, que renunciou e sofreu impeachment. Além disso, a conjuntura de Collor apresentava crises e dificuldades para conseguir formar coalizão no Congresso Nacional e governar o país (PALERMO, 2000).

Por fim, o caso de impeachment de Dilma Rousseff, na qual o processo também transcorreu por meio das instituições e novamente com um cenário de difícil governabilidade e de movimentos de articulação para a queda da presidenta eleita em 2014 (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017).

Em nível municipal, é possível observar diferentes cenários, no qual, por vezes, a relação entre prefeito e vice-prefeito é conflituosa. Por óbvio, e como era de se esperar, esses conflitos ganham muito menos repercussão do que em cargos de maior relevância, como o caso de presidente e vice. A fim de demonstrar como esse fenômeno não é nada incomum, os parágrafos abaixo retratam algumas notícias e casos de conflitos nos Executivos municipais das capitais estaduais brasileiras.

O caso do vice-prefeito de Palmas, eleito em 2012, Manoel Aragão da Silva, expõe a decisão do político ao perceber como estaria posicionado no governo municipal. Após assumir o cargo, ele renunciou por conta da falta de espaço que teria no governo do prefeito eleito (DINIZ, 2013). Recentemente, um caso semelhante aconteceu Porto Alegre, com o atual vice-prefeito Gustavo Paim, que se mostrou descontente em sua relação com o prefeito, citando a falta de diálogo entre eles e publicitando a situação de rompimento no poder Executivo municipal (SCOLA, 2019).

Outro exemplo é a notícia do portal Diário do Nordeste sobre *"*Crise entre prefeitos e vices da capital se repete desde 1986*"* e refere-se à Fortaleza em 2014, na qual os políticos romperam suas ligações por conta de trocas no secretariado municipal. O caso de Fortaleza chama a atenção por conta de diversos rompimentos entre o chefe do Executivo municipal e o seu companheiro de chapa (CRISE..., 2014), revelando uma frequência de crises internas nos executivos municipais.

Dessa forma, a maior reclamação por parte dos vice-prefeitos está relacionada a falta de espaço concedida a eles nas administrações municipais. Isso exterioriza que prefeitos fornecem baixos poderes aos vices, não dialogando com essa segunda figura do poder Executivo municipal, que, por vezes, sequer é consultado em relação a tomada de decisões e planejamento de políticas públicas. Esses fatos podem servir

para sugerir algumas hipóteses em relação à confiança existente entre Prefeito e Vice-Prefeito nos municípios, talvez reproduzindo o ambiente do Executivo nacional.

Ademais, também são encontrados casos em que os vice-prefeitos conseguem destaque ao lado dos prefeitos, como é o caso de Vitória, onde o vice eleito em 2008, Sebastião Barbosa. Conforme conta a reportagem, ele esteve presente na administração do município, acumulando passagens interinas durante o mandato (BESSA, 2011). Assim, não se pode dizer que o Executivo municipal seja um ambiente exclusivamente propício para o conflito entre os dois principais atores políticos eleitos.

2.2 Os significados do cargo em democracias representativas

Ao longo desse capítulo se buscou trazer um panorama geral sobre o cargo de vice no Brasil. O enfoque voltado a vice-presidência é devido ao valor histórico e institucional do cargo, que, de certa forma, também está reproduzido em outros níveis da federação. Foi demonstrado, com base nas constituições que já estiveram em vigor no país, a forma como os vices foram eleitos, suas principais atribuições, semelhanças e diferenças, de acordo com os períodos históricos.

Nesta seção, o objetivo é apresentar os significados do cargo de vice para as democracias representativas, reunindo algumas reflexões sobre a importância do cargo desde o momento em que se formam as chapas até as relações entre titulares e vices durante os governos. Como já foi dito, um dos principais desafios, é avançar nas explicações acerca deste cargo em suas funções políticas, ou seja, como um ator importante para campanhas eleitorais e a formação de governos, e como uma instituição chave para a compreensão de trajetórias, crises e democracias.

Assim como já foi citado nessa dissertação, a escolha desse ator político pode até não ser foco de disputas eleitorais, porém, desde 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, o cargo ganhou maior visibilidade. Prova disso foram as eleições de 2018. O debate em relação aos candidatos ao cargo de vice-presidente foi intenso e com maior repercussão, sendo a escolha um processo mais custoso para as campanhas eleitorais e que reteve atenção da mídia e dos eleitores (ESCOLHA..., 2018).

A respeito da literatura da Ciência Política que analisa o cargo de vice, pouca coisa se encontra na América Latina e praticamente nada sobre o Brasil.

Diferentemente do continente latino-americano, a Ciência Política norte-americana demonstrou maior interesse e preocupação com o cargo. Em decorrência das substituições presidenciais nos Estados Unidos, pesquisadores voltaram suas atenções para essa instituição, atores e seus mecanismos de substituição.

A literatura norte-americana revelou alguns achados, como: a) uma baixa importância atribuída ao cargo na percepção da classe política; b) os mecanismos institucionais quando, de fato, o vice é chamado para substituir o presidente; c) um entendimento de que o vice deve ser leal ao presidente e responsável por dar continuidade à suas políticas; d) a constatação de um "crescimento" de status, atribuições e importância da vice-presidência ao longo dos anos, o que passou a refletir em suas carreiras posteriores; e) em decorrência da valorização e institucionalização do cargo, os vices passaram a ser considerados como alternativas de sucessão presidencial; f) é evidenciado o vice como um fator de equilíbrio nas chapas presidenciais e com alguma capacidade de impactar positivamente e negativamente na escolha do eleitor, com predominância do último (FEERICK, 1964; NATOLI, 1979, 1982; ADKSON, 1982; NELSON, 1988; GOLDSTEIN, 2008; GROFMAN; KLINE, 2010).

Em termos da literatura latino-americana, é constatável que o tema ainda está em desenvolvimento. Parte da literatura que já está publicada alcança estudos de casos (SARRAFERO, 1999, 2011, 2018). Outra parte, está preocupada em divulgar a agenda de pesquisa e as lacunas relativas ao tema, entretanto, sem investigações com grande alcance e comparativa dos países latino-americanos (MIERES; PAMPÍM, 2015; BIDEGAIN, 2017; MITTELMAN, 2019; UGGLA, 2020).

Uma síntese desses resultados indicam que: a) na América Latina, os eleitos para a vice-presidência possuem trajetória política e lealdade prévia para com o presidente; b) o vice cumpre uma função de equilibrar a chapa, mesclando características e apoios com o presidente; c) a figura do vice predomina nos países presidencialistas, em regra tendo a função de substituto do titular, apenas alternando na forma como são eleitos; d) a cultura política personalista, deixa propício o cenário para conflitos entre os atores do Executivo; e) mesmo eleito pelo voto, o vice não conta com a mesma legitimidade concedida ao titular; f) os vices ocupam um papel central na interrupção de governos; g) é comum que os vice possuam *backgrounds* e partidos políticos diferentes do titular, além disso, fica constatado que em todos casos de

impeachment na América Latina, vice e titular não compartilhavam a mesma filiação partidária (MIERES; PAMPÍM, 2015; MITTELMAN, 2019; UGGLA, 2020).

Voltando o foco para os significados do cargo para as democracias representativas, a literatura mostra que a escolha do vice pode vir embasada na ideia de complemento de características ou equilíbrio na chapa. Um exemplo foi a chapa vencedora nas eleições de 2002 e de 2006, formada por Luiz Inácio Lula da Silva, historicamente ligado aos movimentos sindicais e trabalhistas, e José Alencar, empresário e com boas relações com setores da elite empresarial brasileira.

Segundo Adolfo Garcé (2018), na hora de formar a chapa os dirigentes partidários se perguntam: quem melhor complementa o candidato? Segundo o politólogo uruguaio, tal escolha tem o objetivo de diminuir alguns custos eleitorais, mesmo sem garantias disso. Nesse sentido, tenta perder menos votos dentro do partido e ampliar o alcance para fora do partido político e do segmento social ao qual o candidato a titular está originalmente vinculado.

Seguindo essa mesma linha de interpretação, Serrafero (1999) pensa a figura do vice como alguém que irá somar ao titular ou misturar características com ele, a fim de equilibrar a candidatura. Demonstra em sua investigação a mistura de origem territoriais entre os presidentes e vice-presidentes argentinos entre os anos de 1862 e 1999 (SERRAFERO, 1999). Além disso, argumenta que as negociações políticas entre diferentes setores de um mesmo partido ou de partidos distintos são articulações possíveis para a formação da chapa.

Assim sendo, a escolha do vice pode resultar na junção de diferentes características de atores políticos e que contemplem distintos segmentos da sociedade ou diferentes classes sociais. Conforme explica Garcé (2018), os partidos que se apresentam em algum polo político, seja de esquerda, seja de direita, podem dar passos ao centro em busca de um candidato a vice que torne a chapa mais abrangente.

A escolha do vice também pode estar ligada à busca por somar recursos para a campanha, como, por exemplo, financiamento eleitoral ou tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Outro movimento que pode ser observado na seleção do vice está relacionado a gênero, sendo tendência mais recente a combinação de um homem e uma mulher na formação da coligação (GARCÉ, 2018). Outra mescla importante para ampliar características é a idade dos candidatos, podendo, assim, realizar fusões entre políticos mais jovens e mais experientes.

Além de representar um aliado durante a competição eleitoral, o vice simboliza um “parceiro preferencial”, o que, em teoria, pode significar que o vice e seu partido possuem prioridades no governo e na administração pública. Nessa direção, é possível que o cargo seja utilizado como moeda de troca nas negociações políticas. No mais, o vice pode atuar nas relações com o Legislativo, ajudando o titular do cargo nas articulações necessárias (GARCÉ, 2018).

Para além dessas funções, os vices significam alguma garantia de continuidade do governo, em caso de substituição do titular. Porém, percebe-se que nem sempre o vice significa continuidade, ele também pode significar a descontinuidade com o que vinha sendo realizado. Serrafero (1999) argumenta que existe uma visão clássica sobre os vice-presidentes, segundo a qual esses atores são concebidos como mero suplente e alguém solidário ao presidente.

Segundo o autor argentino, tal interpretação não pode ser considerada totalmente verdadeira, além de pessoas distintas, com interesses e razões próprias, o vice e o titular não necessitam ser do mesmo partido, podendo, por vezes, pertencer a instituições totalmente opostas em seus princípios e interesses (SERRAFERO, 1999, 2011). Conforme o autor, as instituições pouco (ou em nada) determinam as reais incumbências de quem assume esse posto eletivo, ou seja, nada garante a continuidade do governo.

Para Serrafero (2011), a relação entre titular e vice podem ser classificadas da seguinte forma:

> […] Lealdade e deslealdade (do vice-presidente), confiança e desconfiança (do presidente), identificados e não identificados (do vice-presidente com ideias e ações do presidente) (SERRAFERO, 2011, p. 24)[13].

A relação polarizada entre titulares e vices está atrelada à existência de competição entre os dois atores políticos. Esse sentimento de disputa levaria à deslealdade, o que se torna uma ameaça real ao titular do cargo e, por consequência, transforma a figura do vice em um provável conspirador. Mais recentemente, ao investigar as coalizões de presidentes e vices na Argentina, Serrafero (2018) propõe tipos de governos que podem haver solidariedade entre os atores, sendo relações

[13] Tradução livre do autor.

leais ou não existindo solidariedade, o que se traduz em relações com baixa ou nenhuma lealdade, podendo resultar em conflitos.

Sarrafero (2018) propõe classificações para os tipos de vice-presidentes e para os presidentes, de acordo com seus comportamentos frente aos companheiros de poder Executivo. No Quadro 3 estão apresentadas as respectivas classificações.

Quadro 3: Tipos de Presidentes e Vice-Presidentes de acordo com o comportamento no Executivo

Tipo do Presidente	Papel do Vice	Tipo do Vice-Presidente	Relação com o Presidente
Inclusivo	Incluído na equipe de governo	Colaborador Ativo	Confiança
Indiferente	Somente cumpre funções institucionais	Colaborador Passivo	Cordialidade
Excludente	Isolado do governo, não exerce nenhuma função	Colaborador Crítico	Desconfiança
		Opositor Moderado	Tensão
		Opositor Extremo	Conflito

Fonte: Elaboração própria com base em Sarrafero (2018).

Nos casos de substituição do titular pelo vice que possui interesses próximos ao dele, é possível presumir que as consequências para o governo serão minimizadas. Porém, mesmo nesses casos, deve-se levar em consideração que não se trata da mesma pessoa, com iguais relações pessoais e intenções políticas. Essas diferenças podem gerar algumas alterações no quadro político do governo, ainda que minimamente.

Quando ocorrem substituições em que o vice é o oposto do titular, presume-se que as consequências são bem maiores, afetando diretamente a legitimidade de representação dos eleitores e provocando alterações diretas no governo. Nesses casos, é possível que ocorra alteração em todo secretariado ou ministérios de governo, provocando possíveis rompimentos de acordos políticos. Também se pode esperar que as relações entre o Executivo e o Legislativo passem por reconfigurações, rompimentos e novas alianças (SERRAFERO, 1999).

Trazendo a reflexão para nível municipal, observa-se que, em geral, a figura do vice-prefeito não ganha o mesmo destaque que o prefeito desde o momento da competição eleitoral e mantém a condição de coadjuvante durante o governo. Durante as campanhas eleitorais, os vice-prefeitos não recebem tempo no HGPE como os

prefeitos, não expõe suas ideias, o que torna essas figuras, por vezes, desconhecidas dos eleitores.

As consequências disso podem ser maiores. Uma delas é a possibilidade de que membros da mesma família, por exemplo, pai e filho ou cônjuges formem chapa para disputar uma prefeitura. Basta cumprir a norma de não assumir a titularidade nos últimos seis meses antes da eleição, algo que configure terceiro mandato do mesmo grupo familiar e que ambos já tenham mandato (GOMES, 2014).

Em suma, significados e consequências em relação aos vices podem ser reproduzidas em todos os níveis de governo. Ainda mais problemático pode ser a necessidade de substituição no comando do Executivo municipal, tendo como consequência um ator político pouco conhecido dos eleitores e muitas vezes com ideias opostas ao prefeito eleito, configurando um impasse em relação à representação democrática.

2.3 Os vices diante das regras: estrutura de oportunidades e o sistema político frente aos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras

O esforço principal desse capítulo está em descrever e explorar acerca dos vices nas nossas instituições e como um ator político relevante nas democracias representativas. O objetivo dessa seção é apresentar as características do cargo de vice-prefeito com base nas regras eleitorais e na estrutura de oportunidade gerada para os eleitos a esse cargo.

Inicialmente, com base na Confederação Nacional dos Municípios (CNM), percebe-se uma interpretação otimista em relação à função dos vices em municípios. Para essa instituição, o vice-prefeito passa a exercer cada vez mais um papel crucial nas administrações municipais, consequência disso, vem contando com aumento no número de demandas junto aos prefeitos (CNM, 2010). Segundo a CNM, os vice-prefeitos exercem funções de: a) negociação com o legislativo municipal; b) interlocutores com a sociedade civil; c) supervisão e controle da administração pública em municípios.

Quanto às regras eleitorais para disputar o cargo, é necessário ser brasileiro nato ou naturalizado, além de possuir 21 anos ou mais, ter domicilio eleitoral no município e não ser analfabeto, além de estar filiado a um partido político e ser por ele

indicado. Como já mencionado, o indivíduo deve formar uma chapa única e indivisível com o candidato a prefeito, não sendo necessário ambos pertencer ao mesmo partido, o que espelha rigorosamente as regras do cargo em nível nacional e estadual.

Assim como em outros cargos públicos, os vice-prefeitos respondem pessoalmente por atos praticados dentro do limite das atribuições descritas nas leis orgânicas de cada município (CNM, 2010). Quando realizam a substituição do Prefeito, em caráter temporário ou eventual, os vice-prefeitos passam a ter as mesmas responsabilidades e limites definidos para o cargo de chefe do Executivo (CNM, 2010). Em caso de vacância do cargo de vice-prefeito, a Constituição Federal de 1988 define que o subsidio é estipulado por lei fixada pelo Legislativo municipal.

Sobre a remuneração nesse cargo, é vedada qualquer outra forma de espécie remuneratória (gratificação adicional, abono, prêmio etc.). Como é relatado na literatura sobre ambição política, a remuneração salarial importa na hora da classe política escolher o cargo político. No Quadro 4, através da informação sobre salários líquidos de vice-prefeitos das capitais, apresenta-se uma comparação entre remunerações para os cargos eletivos do poder Executivo municipal.

Quadro 4: Salário de prefeitos e vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras

Capital	Prefeito (R$)	Vice-prefeito (R$)	Equivalência salarial de vice-prefeito/prefeito
Porto Alegre	19.477,40	12.984,93	0,66
Florianópolis	21.731,59	14,513,67	0,66
Curitiba	26.723,13	12.047,46	0,45
Rio de Janeiro	15.270,63	NC[14]	NC
São Paulo	24.175,55	21.749,27	0,89
Belo Horizonte	31.061,47	20.811,18	0,66
Vitória	14,490,61	11.793,33	0,81
Campo Grande	14.629,48	11.944,40	0,81
Cuiabá	12.436,30	11.278,67	0,90
Goiânia	20.063,33	13.723,80[15]	0,68
Aracaju[16]	24.000,00	16.000,00	0,66
Natal	20.000,00	16.000,00	0,80
Teresina[17]	NC	NC	NC
Recife	25.000,00	22.000,00	0,88
São Luís	25.000,00	12.500,00	0,50
João Pessoa	22.000,00	18.000,00	0,81
Fortaleza	15.891,83	8.000,00	0,50
Salvador	24.132,90	15.031,75	0,62
Maceió	20.000,00	17.500,00	0,87
Palmas	19.200,00	15.360,00	0,80
Boa Vista	15.838,66	13.413,00	0,84
Porto Velho	19.976,10	14.468,16	0,72
Belém	19.261,09	17.084,80	0,88
Manaus	18.000,00	17.000,00	0,94
Macapá	8.386,06	6.569,15	0,78
Rio Branco	17.620,89	14.390,39	0,81

Fonte: Elaboração própria com base no portal da transparência das capitais e sites da internet[18].

Percebe-se consideráveis diferenças entre salários ofertados para prefeitos e vice-prefeitos, variando de acordo com a capital. A média salarial aproximada dos vice-prefeitos das capitais é de R$ 14.756, já a média salarial dos prefeitos chega a aproximadamente R$ 19.962. Na média, o vice recebe cerca de 74% do salário pago ao prefeito. Em termos nominais, a diferença salarial média entre esses dois cargos é de R$ 5.206.

[14] O vice-prefeito do Rio de Janeiro, Fernando Mac Dowell, faleceu em 2018 e não constam os dados sobre salário.
[15] O vice-prefeito de Goiânia renunciou para disputar o cargo de Senador. No entanto, consta o último salário recebido.
[16] O Portal da Transparência do Município não apresenta informações recentes sobre salários. A fonte consultada foi com base no TCE/SE.
[17] Os salários não estão divulgados no Portal da Transparência do município.
[18] Devido à dificuldade ou à falta de informação sobre o salário de alguns políticos no site das prefeituras de Aracaju, Natal, Recife, São Luís, João Pessoa, Maceió e Manaus, optou-se por considerar a mais recente estimativa de salário divulgada pela mídia e disponível em sites da internet.

Não se sabe ao certo o impacto do salário na definição de carreiras eleitorais. Entretanto, não se deve desprezar que o cargo recebe menor remuneração se comparado a outros cargos, como prefeito, deputado federal e senador. A comparação com cargos estaduais é mais complexa devido à variação existente em cada estado, pois são as Assembleias Legislativas quem define o salário.

Consequentemente, salvo exceções, o cargo de vice possui um menor acúmulo de atribuições do que cargos considerados do "primeiro escalão" da política, o que pode ser um atrativo para aquele indivíduo que deseja menos exposição pública e não esteja ambicionado a construir uma carreira de protagonismo político. Entretanto, nesse posto existe a possibilidade constitucional de acumular cargos (sem remuneração "extra" por essa função acumulada).

Essa característica de acumulação de cargo é uma "vantagem" daqueles que optam pelos cargos de vice-governador ou vice-prefeito. Isso permite que, além de ocupar o cargo de vice, o indivíduo atue, por exemplo, em secretarias de governo. Outra vantagem, é que, aqueles que desejam disputar outros cargos eletivos, mesmo no exercício do mandato de vice, podem fazê-lo sem perda do mandato. A única regra para isso é não ter ocupado o cargo de prefeito nos últimos seis meses que precedem a competição eleitoral (BECKS; PONTES, 2018).

É interessante atentar que isso é exclusivo para cargos de vice no poder Executivo em todos níveis de governo. Presidentes, governadores e prefeitos obrigatoriamente têm de renunciar para fazer o mesmo. Essa regra cria um cenário confortável para aqueles que foram eleitos vice-prefeitos e que desejam lançar nova candidatura sem o risco de perda do mandato.

No tocante à inelegibilidade dos vice-prefeitos, ela basicamente está ligada ao fato de assumir o cargo de chefe do Executivo seis meses antes da eleição, o que resulta na condição de prefeito do município. Segundo Gomes (2014), isso faz com que esse vice esteja impossibilitado de disputar a reeleição subsequente, pois configuraria terceiro mandato. Outro caso que configura um terceiro mandato, é quando o vice sucede o Prefeito durante o primeiro mandato e o também no exercício do segundo mandato por conta de falecimento, assumindo em definitivo a prefeitura (GOMES, 2014). Salvo essas condições, no caso de acontecer apenas substituições temporárias do chefe do Executivo, mesmo em dois mandatos, desde que não seja seis meses antes do pleito, o vice pode disputar a prefeitura e resguardar a oportunidade de reeleição (GOMES, 2014).

3 Estudos de carreira política sob a ótica do neoinstitucionalismo de escolha racional

A proposta desse capítulo é revisar a literatura com a finalidade de apresentar conceitos utilizados pela Ciência Política, e mais precisamente, o neoinstitucionalismo de escolha racional, que vem se debruçando sobre a questão das carreiras eleitorais da classe política brasileira. Antes de alcançar os estudos sobre estrutura de oportunidades, escolhas e padrões de carreiras, posiciona-se essa literatura frente à outras possibilidades de investigação.

Assunto clássico da Ciência Política moderna, a temática sobre elites políticas resguarda autores como Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels. Autores como esses inauguraram as investigações sobre elites políticas e sociais, as formas de organização e reprodução destes grupos nas democracias contemporâneas. Outro importante autor foi Max Weber, considerado clássico da Sociologia, que possui contribuição em relação à interpretação dos que são chamados de políticos profissionais.

Marenco (2013, p. 38), ao descrever a relevância dos estudos de elites, argumenta que carreiras políticas servem como indicadores para compreender fenômenos, como: a) profissionalização da profissão política; b) recrutamento e seleção de elites; c) estratégias de mobilidade em cargos e instituições políticas. Esses estudos consideram diferentes aspectos, desde recursos pessoais, como trajetórias, atributos ou características sociais, mas também recursos institucionais, como partidos políticos, regras institucionais e competição política.

Identificando essas diferentes formas de abordar os estudos sobre elites políticas, Costa e Codato (2018), mobilizam parte da literatura sobre elites parlamentares brasileiras e identificam três conceitos utilizados: reconversão, popularização e ambição. Esses conceitos apresentados se referem a três correntes teóricas no modo de investigar grupos de elites no Brasil e que podem ser diferenciadas em relação ao método de pesquisa, variáveis mobilizadas e objeto principal de investigação. A seguir, descreve-se brevemente essas três correntes: Sociologia Política francesa, Sociologia Política e Neoinstitucionalismo de Escolha Racional, este último, foco principal deste trabalho.

A Sociologia Política francesa – ou “Sociologia da Política”, como chamam Costa e Codato (2018) – analisa grupos dirigentes por meio de múltiplas dimensões

de recursos sociais, o que chamam de capitais. O conceito de reconversão utilizado por essa literatura está ligado não somente ao processo de transformação de capitais simbólicos, como titulação escolar, relações familiares, ou atributos culturais, em acesso ao poder político, mas na interpretação da posse de capitais socialmente valorizados e que estão presentes na classe política, servindo como indicadores de recrutamento, seleção e perfil dessas elites (BOURDIEU, 2010; MARENCO, 2013; BORDIGNON, 2017; COSTA; CODATO, 2018; ENGLER, 2020).

A segunda corrente é a Sociologia Política, com matriz teórica ligada ao estrutural-funcionalismo (COSTA; CODATO, 2018), essa busca explicar por meio de características sociais e políticas (idade, sexo, raça, ocupação profissional, escolaridade, ideologia partidária, profissionalização etc.) a convergência de perfil padrão da classe política brasileira. Para essa literatura, os objetivos são compreender fenômenos como popularização ou profissionalização da classe política, além de buscar entender a relação característica da classe política e o desenvolvimento de carreiras políticas.

Basicamente, essa literatura está voltada a investigar através da composição social das instituições (Câmara dos Deputados, Senado Federal, partidos políticos) as transformações na elite parlamentar (RODRIGUES, 2006), os processos de recrutamento e formação social das instituições e partidos políticos (MARENCO DOS SANTOS; 2000; BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009; BRAGA; AMARAL, 2013) e as características sociais que resultam em melhores desempenhos eleitorais (PERISSINOTO; BOLOGNESI, 2010; CODATO; CERVI; PERISSINOTO; 2013).

Por fim, com origem na Ciência Política norte-americana, destaca-se o Neoinstitucionalismo de Escolha Racional (COSTA; CODATO, 2018). Nos estudos de elites, essa vertente tem como objeto principal as escolhas de carreiras realizadas pela classe política, observando como as regras institucionais alteram os padrões de carreiras. Essas investigações estão voltadas a analisar ambição política, desempenho e comportamento legislativo, sucesso eleitoral, financiamento de campanha e o federalismo.

Em suma, essa corrente analisa as estratégias de sobrevivência na política (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003; SANTANA, 2008), níveis de institucionalização, reeleição e renovação nas instituições de governo (SAMUELS, 2000; PEREIRA; RENNÓ, 2007; SANTOS, 2010), assim como as diferentes formas de competição

política, conforme os poderes e âmbitos da federação (BORCHERT, 2009, 2011; ARAUJO, 2012; BORGES; SANCHES FILHO; 2016; BARRETO, 2017).

Como mencionado, esse estudo está inserido sob essa ótica da Ciência Política. Por isso, a partir de agora, as atenções se voltam com maior detalhamento para estudos que inauguram as investigações nessa perspectiva de análise e que influenciam os trabalhos posteriores no Brasil. Para isso, recorrem-se aos estudos de Joseph Schlesinger (1966), Nelson Polsby (1968), Gordon Black (1972), David Mayhew (1974) e David Rohde (1979).

A obra "*Ambition and politics: political careers in the United States*" de Joseph Schlesinger, inaugura os estudos sobre ambição política. O autor investigou os tipos de ambição da classe política norte-americana, observando as carreiras posteriores diante da estrutura de oportunidades gerada pelo sistema político dos Estados Unidos (SCHLESINGER, 1966).

Schlesinger embasa sua teoria na *rational choice,* e propõe que, ao definir os movimentos de suas carreiras políticas, os parlamentares consideram fatores institucionais, como: número de oportunidades de se lançar candidato, número de candidatos para o cargo, chance de ser eleito, duração de mandato, entre outros mecanismos que possibilitam mensurar os custos e riscos dos movimentos de carreiras.

Em síntese, o autor propõe três tipos de ambição para a classe política norte-americana que, resumidamente, são: a) ambição progressiva, manifestação de alcançar um cargo mais alto na carreira; b) ambição estática, entendido pela manutenção no mesmo posto, ou seja, desejo de reeleição; c) ambição discreta, quando o político ocupa o cargo por um mandato e resolve se retirar da vida pública.

Entre os achados da investigação de Schlesinger (1966) estão: a) a abordagem por ele inaugurada, buscando uma compreensão do sistema político norte-americano por meio do comportamento individual da classe política; b) a demonstração das respostas dos políticos frente aos cargos em que atuam e a estrutura de oportunidade disposta; c) as carreiras políticas variam conforme as unidades federativas e nível da federação; d) quanto mais alto o cargo que disputam, mais complexa (longa) é a trajetória daqueles que acessam ao posto, assim como a idade dos políticos também reflete no acesso a cargos mais altos.

O texto "*The institucionalization of the U.S House of Representatives*", de Nelson Polsby (1968), busca demonstrar o fenômeno do que ele chama de

“institucionalização” na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. O autor aponta para fatores que fortalecem a instituição, ou seja, tornam-nas mais estáveis, como a organização interna, a alta complexidade e o crescimento da instituição. Com isso, a institucionalização ajuda no desenvolvimento de carreiras nas instituições, como a formação de líderes, presidentes da Câmara dos Deputados, além da maior consolidação de carreiras na instituição, diminuindo as taxas de renovação.

Seguindo as premissas de Schlesinger, o artigo “*A theory of political ambition: career choices and the role of structural incentives*”, de Gordon Black, analisou as decisões dos *councilmen* de San Francisco – equivalentes aos vereadores brasileiros – diante de suas escolhas de carreiras. Basicamente, o autor confirma aquilo encontrado por Schlesinger. Segundo Black (1972), os políticos tendem a buscar cargos mais altos e realizam cálculos “utilitários”, a fim de definir os riscos que são gerados na hora de escolher o próximo passo na carreira política. No estudo de Black (1972) fica evidenciado que os políticos levam em consideração aspectos como força eleitoral (chance de sucesso), experiência em cargos eletivos e as regras que estruturam o sistema político, filtrando as melhores chances de sucesso e reduzindo riscos (BLACK, 1972; BOTERO, 2008).

Buscando compreender o fenômeno da chamada “conexão eleitoral”, David Mayhew publicou a obra “*Congress: the electoral connection*”, que está debruçada sobre a reeleição dos congressistas norte-americanos. Mayhew (1974) analisa o comportamento individual dos legisladores que buscam a reeleição, parte da ideia de que os congressistas desejam a permanência no cargo, vislumbrando carreiras longevas e bem-sucedidas.

O objetivo desse estudo é entender como os políticos de carreira estabelecem suas estratégias dentro do Legislativo, na intenção de atingir a reeleição. Mayhew (1974) compreende que, para ser reeleito, é necessário que os eleitores realizem avaliações positivas sobre os mandatos. Assim, os legisladores traçam estratégias políticas que vão desde a realocação de recursos para áreas estratégicas de votos *(pork barrel),* marketing e divulgação de suas ações políticas *(credit claiming)* e tomadas de decisão em relação a temas em debates *(position taking).*

Por fim, David Rohde publica, em 1979, o artigo *“Risk-bearing and progressive ambition: the case of the United States House of Representatives”*, investigando a ambição progressiva dos congressistas norte-americanos. Rohde (1979) parte do

pressuposto de que todos os deputados norte-americanos, se isentos de custos e riscos, buscam um cargo mais alto, com a intenção de maximizar seus ganhos.

O autor considera as seguintes variáveis para mensurar a escolha por ambição progressiva dos deputados norte-americanos: a) valores e atrativos do cargo desejado; b) capacidade de alcançar o cargo superior; c) valor da posição que ocupa na Câmara dos Deputados; d) os riscos existentes ao optar pela ambição progressiva. Calculando o peso dessas variáveis, Rohde (1979) identifica que os políticos buscam ambição progressiva somente quando existem mais “ganhos” e menos riscos do que a opção pela manutenção do cargo de deputado.

Portanto, todos os estudos mencionados nesta seção servem para elucidar como surgiu a vertente neoinstitucionalista que analisa carreiras políticas, estando voltadas as instituições norte-americanas. Botero (2008) alerta que a construção de carreiras políticas e as estruturas de oportunidades na América Latina não são idênticas a dos outros continentes. Por conta disso, nas próximas seções deste capítulo, será abordada a literatura brasileira que versa sobre padrões de carreiras e a estrutura de oportunidade gerada pelo sistema político brasileiro.

3.1 Estrutura de oportunidades e carreiras eleitorais: o sistema político brasileiro frente às escolhas de carreiras

É nítido o peso das instituições para a definição das carreiras eleitorais. A literatura chama de estrutura de oportunidade o arcabouço institucional que modera as escolhas que políticos profissionais realizam em suas carreiras, cumprindo um papel fundamental para as estratégias adotadas na competição eleitoral. O objetivo dessa seção será abordar três assuntos que ajudam a compreender o sistema político e as escolhas de carreira, sendo eles: a) o sistema eleitoral brasileiro; b) os cargos eletivos e a dinâmica da competição; c) o sistema partidário brasileiro e algumas características.

3.1.1 O sistema eleitoral brasileiro e suas principais características

Os sistemas eleitorais em democracias representativas são regras legais e institucionais que, além de buscar regular a competição política, determinam cálculos

estratégicos nas competições eleitorais, constrangendo não só a tomada de decisão de eleitores, mas também daqueles atores que competem por cargos, como é o caso de partidos e candidatos (TAVARES, 1994; CAREY; SHUGART, 1995; CINTRA, 2006).

O Brasil adota diferentes modelos de sistemas eleitorais, que variam de acordo com os cargos e âmbito de governo. No Quadro 5, estão organizados os sistemas eleitorais de acordo com os cargos:

Quadro 5: Sistemas eleitorais adotados no Brasil de acordo poder político e cargo eletivo

Poder político	Cargo eletivo	Sistema eleitoral
Executivo	Presidente e vice Governador e vice Prefeito e vice*	Majoritário de dois turnos
	Prefeito e vice**	Majoritária simples
Legislativo	Senador e suplentes	Majoritário simples
	Deputados federais Deputados estaduais Vereadores	Proporcional

Fonte: Elaboração do autor com Base em Nicolau (2012; 2015)
* Municípios com mais de 200 mil eleitores
* * Municípios com menos de 200 mil eleitores

Iniciando pelos cargos do poder Executivo, todos adotam o modelo de representação majoritária, como não poderia deixar de ser. A única diferença entre o sistema eleitoral desses cargos está entre os municípios com menos e mais de 200 mil eleitores. Para aqueles com menos de 200 mil eleitores – e que representam a ampla maioria das cidades brasileiras –, é adotado modelo majoritário simples. Isso significa que o mais votado é eleito, sem haver nenhum outro processo ou exigência a cumprir.

Já os cargos para Presidência da República, governos dos estados e daqueles municípios com mais de 200 mil eleitores, que representam a maioria das capitais dos estados brasileiros[19], é adotado o sistema de dois turnos. Logo, quando nenhum candidato atingir mais de 50% dos votos válidos no primeiro turno, é realizada uma segunda disputa da qual participam os dois mais votados. Segundo Nicolau (2015), essa regra garante que o eleito sempre receberá o apoio de mais de 50% dos eleitores que compareceram e validarem o voto.

[19] Atualmente, somente a capital Palmas (TO) não atinge 200 mil eleitores e não está inserida no modelo majoritário de dois turnos.

Os cargos do poder Legislativo possuem uma singularidade em relação ao modelo adotado para escolha dos senadores e suplentes. Para esses cargos, é utilizado o sistema majoritário simples, tal qual ocorre com os prefeitos de municípios com menos de 200 mil habitantes. Já os cargos de deputado federal, deputado estadual e vereador estão inseridos no modelo de representação proporcional.

O modelo proporcional possui detalhes mais complexos que o modelo majoritário e que necessitam de atenção na hora de pensar as estratégias adotadas em carreiras. Referindo-se à Câmara dos Deputados, Nicolau (2015) aponta quatro fatores que afetam os resultados das eleições: a) regras de distribuição das cadeiras entre partidos; b) coligações[20]; c) lista aberta; d) distorção na representação dos estados. Somente o último fator citado por Nicolau não deve ser aplicado para os casos de deputados estaduais e os vereadores.

As regras de distribuição de cadeiras entre partidos e coligações no Brasil é realizada por meio de cálculos. O primeiro abarca a definição do quociente eleitoral, adotado a cota Hare, que divide o total de votos válidos pela quantidade de vagas ofertadas no distrito eleitoral. Seguido pela definição do quociente partidário, ocasião em que se divide os votos obtidos por cada partido ou coligação (soma-se os votos recebidos pelos candidatos e pela legenda) pelo quociente eleitoral, o que indica a quantidade de vagas alcançadas por cada partido/coligação. Por último, distribuem-se as cadeiras que não foram preenchidas por meio do quociente partidário, as chamadas sobras, utilizando o sistema d'Hondt, que divide os votos do competidor pela quantidade de vagas já obtidas mais 1 (NICOLAU, 2015).

Além disso, o Brasil adota o modelo chamado de lista aberta (também chamado de voto preferencial ou de lista fechada não ordenada), no qual o eleitor tem a possibilidade de atribuir o voto diretamente a um candidato específico. Desse modo, o posicionamento final do candidato no interior da lista partidária ou da coligação é definido pelos votos que ele recebe individualmente, sem qualquer ingerência formal do partido. Em outros termos, os candidatos mais votados vão para o topo da lista e, de acordo com a distribuição das cadeiras, são eleitos ou ampliam as possibilidades de serem eleitos.

Conforme explica Nicolau (2015), essa característica do sistema eleitoral brasileiro atrai críticas, principalmente em relação à transferência de votos que pode

[20] A partir das eleições de 2000, as coligações estão proibidas em eleições proporcionais. Contudo, foram válidas em todo o período analisado.

ocorrer intralista, em que um candidato bem votado no partido pode “puxar” outros. Além disso, argumenta-se que provoca um enfraquecimento dos partidos políticos que ficam atrás das personalidades políticas (NICOLAU, 2006).

Outro fator importante em estratégias eleitorais para cargos dos legislativos incluídos no modelo proporcional são as coligações. Nesses casos, os partidos podem optar por competir sozinhos ou coligados, sendo que, quando existe coligação, cria-se um “partido virtual”, razão pela qual os votos dos partidos coligados são somados e as cadeiras são distribuídas para a coligação. Isso significa que as cadeiras obtidas são ocupadas pelos candidatos individualmente mais votados, independentemente do partido a que pertençam e da quantidade de votos que esse partido tenha aportado à coligação.

Nisso, as coligações podem ocasionar algumas distorções, como por exemplo, quando se analisa o desempenho individual dos partidos e observa-se que aqueles com menor número de votos conseguem eleger candidatos por meio da coligação (NICOLAU, 2015). Para isso, é imprescindível que o partido tenha candidatos individualmente fortes, que recebam muitos votos e consequentemente se posicionem nas primeiras posições da lista.

Por fim, especificamente relacionado ao caso da Câmara dos Deputados, está a distorção na representação dos estados. No Brasil, adota-se a regra constitucional que leva em consideração o número de habitantes em cada estado, existindo um mínimo de representantes (8 cadeiras) e um máximo (70 cadeiras). Porém, tal distribuição não possui rigor proporcional, como argumenta Nicolau (2015), tampouco ocorre uma atualização dessa distribuição conforme as variações populacionais que as unidades da federação apresentam ao longo dos anos. Em decorrência disso, existem estados que possuem uma sobrerrepresentação e estados que ficam sub-representados em relação ao tamanho populacional.

Conforme apontado pela literatura (CARAY; SHUGART, 1995), não resta dúvida que o sistema eleitoral é um determinante importante para as estratégias eleitorais. Os sistemas eleitorais são levados em consideração na hora de estabelecer os passos de carreiras dos políticos profissionais. Esses necessitam calcular seus custos e riscos ao disputar cargos com diferentes dinâmicas de competição, nos quais podem ser favorecidos de alguma forma ou prejudicados de outra. Além disso, diante da autonomia dos candidatos na formulação de suas estratégias eleitorais (NICOLAU,

2006), observar como o sistema eleitoral e suas dinâmicas atuam frente as definições de carreiras é algo fundamental.

3.1.2 Cargos eletivos e a dinâmica da competição política brasileira pós-1985

Na normalidade institucional do país, desde 1992, o calendário eleitoral convoca a população para escolher seus representantes de dois em dois anos, alternando eleições gerais – ou seja, para presidente e vice, senadores e suplentes, governador e vice, deputado federal e deputado estadual –, com as chamadas eleições municipais, onde são escolhidos prefeito, vice-prefeito e vereadores. O Quadro 6 apresenta o calendário eleitoral brasileiro de 1985 até 2018, indicando que até o momento foram disputadas 19 eleições com votação direta.

Quadro 6: Eleições ocorridas no calendário eleitoral brasileiro entre 1985 e 2018

Eleição	Tipo
1985	Municipal[21]
1986	Gerais[22]
1988	Municipais
1989	Presidencial
1990	Gerais[23]
1992	Municipais
1994	Gerais
1996	Municipais
1998	Gerais
2000	Municipais
2002	Gerais
2004	Municipais
2006	Gerais
2008	Municipais
2010	Gerais
2012	Municipais
2014	Gerais
2016	Municipais
2018	Gerais

Fonte: Autor com base em TSE.

[21] Nesse mesmo ano foi realizada a eleição presidencial, em janeiro. Porém, ela foi indireta, por meio do Colégio Eleitoral, razão pela qual não figura no quadro. E as eleições municipais foram exclusivas para o cargo de prefeito de capitais e municípios que eram Área de Segurança Nacional pós-regime civil-militar, tendo marcado o retorno da escolha direta de prefeitos. Elas foram realizadas em novembro.

[22] Sem eleição presidencial.

[23] Sem eleição presidencial.

Além de um calendário eleitoral “curto”, ou seja, a classe política é testada a cada dois anos e pode pleitear novos postos eletivos rapidamente, outra característica do sistema político brasileiro é a ampla oferta de cargos eletivos, existindo um total de 12 opções para aqueles que possuem interesse em ingressar ou permanecer na política. A fim de descrever as oportunidades geradas pelo sistema político brasileiro, o Quadro 7 apresenta os cargos em disputa nas eleições brasileiras, de acordo com poder político, nível da federação, sistema eleitoral e tempo de mandato.

Quadro 7: Cargos eletivos disponíveis no sistema político brasileiro

Poder Político	Cargo eletivo	Nível da federação	Sistema eleitoral	Tempo de mandato
Executivo	Presidente	Federal	Majoritário	4 anos
	Vice-Presidente			
	Governador	Estadual		
	Vice-Governador			
	Prefeito	Municipal		
	Vice-prefeito			
Legislativo	Senador	Federal	Majoritário	8 anos
	1° Suplente			
	2° Suplente			
	Deputado Federal		Proporcional	4 anos
	Deputado Estadual	Estadual		
	Vereador	Municipal		

Fonte: Elaboração do autor.

Borchert (2009; 2011), argumenta que o Brasil pode ser classificado como um país multinível tanto em termos de governo quanto de competição eleitoral. Assim, existem eleições nacionais e subnacionais – sendo essas concomitantes à nacional, caso do nível estadual, ou totalmente separadas, caso do nível municipal – o que resulta em lógicas próprias de competição adequadas a esses níveis de governo.

Cargos do Executivo possuem eleições majoritárias, com mandatos de quatro anos, sendo que, desde 1998, existe a possibilidade de reeleição imediata por mais quatro anos. Já os cargos do Legislativo são de quatro anos – com exceção dos de Senador e suplentes, que possuem mandatos de oito anos – todos com infinitas possibilidades de reeleição, ou seja, sem limitação para a quantidade de mandatos sucessivos acumulados.

A oferta de cargos e chance de obter sucesso eleitoral é algo fundamental na hora de considerar as escolhas de carreira (SCHLEGINGER, 1966). Começando essa pelos cargos de presidente e vice-presidente, é simples distinguir seus poderes e

importância dentro da política nacional, ao passo que possuem um alto grau de competição e reduzidas possibilidades de sucesso eleitoral, afinal, há apenas uma vaga em oferta para cada um. Todavia, cargos de governador e vice dos estados brasileiros possuem uma maior oferta, sendo 26 para cada cargo. Assim como os cargos de prefeitos e vice, que no total são mais 5.500.

Diante disso, é necessário ressalvar que o nível de competição em cada um desses municípios ou estados é diferente, possuindo graus de dificuldades distintos. Por exemplo: custos de campanhas[24] podem ser mais elevados ou o interesse do município para o estado pode ser maior ou menor. Da mesma forma, cada competidor só pode participar concomitantemente de uma disputa, o que não permite, por exemplo, concorrer a governador ou a prefeito em mais de um distrito. Na prática, ainda que existam mais cargos disponíveis, essa limitação aproxima todas as disputas de cargos para o Executivo.

As únicas diferenças significativas entre eles é que quem perder uma disputa presidencial ou para governador tem a possibilidade de concorrer, dois anos depois, a prefeito; e o inverso também ocorre com quem não venceu a disputa para prefeito, que pode pleitear os cargos de governador e presidente no mesmo horizonte temporal. No entanto, há muito mais derrotados nas eleições para prefeito do que para presidente e governador, mas muito mais oferta de cargos de prefeito do que de governador e presidente.

Isso torna mais provável que, se concorrerem, perdedores nas eleições para presidente e governador busquem o executivo municipal, que é o principal cargo oferecido no mais curto espaço de tempo. De igual forma, espera-se que perdedores ao Executivo municipal acabem por optar por algum dos outros cargos oferecidos nas disputas gerais (senador, deputado federal, estadual e, conforme o cargo, vice ou suplente), haja vista que, nas eleições gerais, as opções são mais amplas. Nesse sentido, as possibilidades de escolhas dos prefeitos e vices (assim como vereadores) são mais amplas, considerando a lógica de alternância das eleições brasileiras[25].

[24] Não sendo esse o foco da pesquisa, vale ressaltar que seria necessário realizar um aprofundamento na literatura sobre financiamento e gastos de campanha eleitoral para entender com maior precisão a relação entre os custos de campanha, sucesso eleitoral e oportunidade política. Assim, vale citar alguns trabalhos que contribuíram para essa temática no Brasil, como: Samuels (2007), Campos (2009) e Mancuso (2015).

[25] Na prática, como demonstra Barreto (2017), essa escolha não está restrita aos perdedores, pois inclusive os vencedores nas eleições para prefeito podem concorrer em meio ao mandato a cargos oferecidos nas eleições gerais, especialmente senador e governador, sendo que saber se o prefeito está em 1º ou 2º mandato (e não pode continuar no cargo) é variável que influencia nessa escolha.

Já para o poder Legislativo, existem outras seis opções de cargos eletivos. Somente no Senado federal estão disponíveis 81 cargos, além de mesma quantidade para 1° suplente e para 2° suplente. Na Câmara dos Deputados são 513 vagas, já os legislativos estaduais variam conforme o estado da federação, sendo que o mínimo é de 24 cadeiras até o máximo de 94. Assim como as assembleias legislativas, as vagas nas câmaras de vereadores dos municípios brasileiros também variam conforme o número de habitantes do município, sendo nove o número mínimo de vereadores (para municípios até 15 mil habitantes) e 55, o máximo (municípios com mais de oito milhões). Essas informações servem principalmente para demonstrar as possíveis variáveis que cada nível de governo pode trazer para a competição eleitoral.

Observado as questões em relação à oferta de cargos, é necessário ponderar que cada posto eletivo possui o seu “peso” ou a sua “importância”. Embora a concepção de “benefício” possa variar significativamente de acordo com o indivíduo, para retomar a discussão é necessário apresentar o debate em relação às hierarquias de cargos eletivos em nosso sistema político, pois elas incorporam, ao menos implicitamente, a concepção desses benefícios que tornam um cargo mais relevante do que outro.

A primeira contribuição que se pode citar é de Miguel (2003). De forma intuitiva, ele cria uma estrutura hierárquica dos postos eletivos, como se pode apreciar na Figura 1.

Figura 1: Estrutura de carreira política formulada por Miguel (2003)

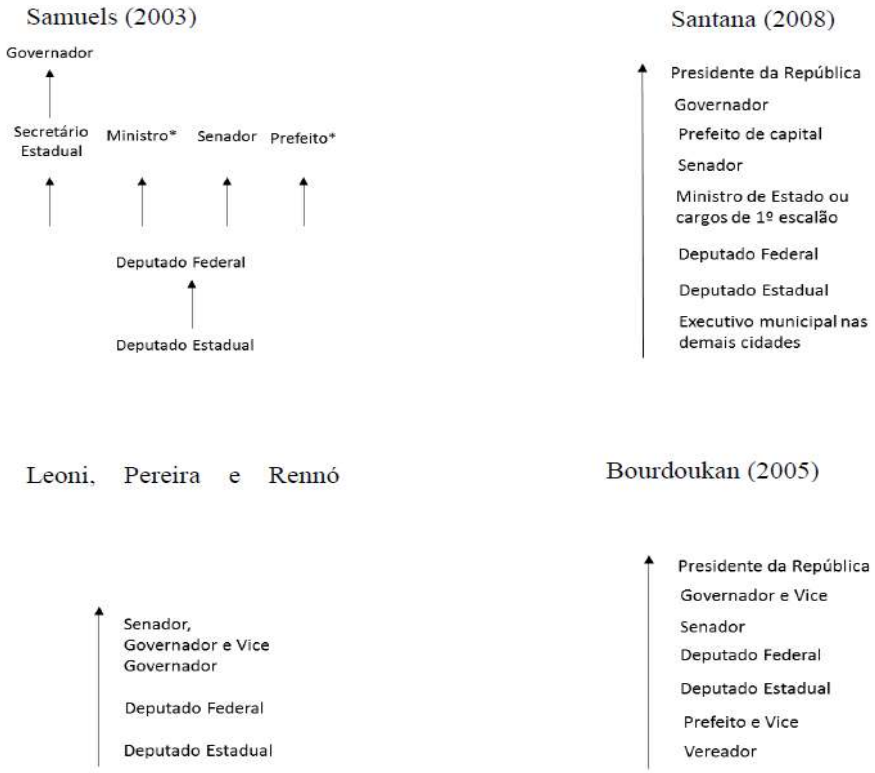
Fonte: Miguel (2003)

Ao descrever essa estrutura hierárquica, Miguel (2003) aponta que postos relevantes institucionalmente não estão representados, caso de todos os cargos de vice e de suplente. A formulação de Miguel contribui, principalmente, para avançar em relação à existência de uma estrutura de carreira no sistema político brasileiro, em que o cargo de menor relevância seria vereador e o mais alto, a Presidência da República, tendo em vista a quantidade de oferta e a capacidade decisória associadas a cada um deles.

O autor argumenta que, no caso brasileiro, não se tratam de carreiras rígidas, já que, além da incerteza da competição eleitoral, existe toda a maleabilidade do jogo político, segundo a qual o político pode optar por “descer” para um cargo aparentemente mais baixo, na intenção de sobreviver na política, assim como alguém pode “ascender” nessa estrutura de forma rápida, pulando algumas etapas que se pode imaginar essenciais para um político que almeja alcançar um importante posto.

Lima (2017) contribui, ao compilar algumas interpretações da literatura sobre estrutura de cargos políticos no Brasil. Essas formulações induzem o caso brasileiro a partir de uma estrutura direcionada, ou seja, entendendo a existência de caminhos de ascendência e decadência na carreira eleitoral. Na Figura 2, é possível apreciar essas formulações hierárquicas.

Figura 2: Comparativo entre diferentes interpretações em relação as estruturas hierárquicas de cargos eleitorais no Brasil



Fonte: Lima (2017)

A imagem revela algumas semelhanças e diferenças entre as compreensões destes autores. O primeiro ponto a se destacar é que essas contribuições, assim como Miguel (2003), não consideram vice-prefeitos, com exceção de Bourdoukan (2005). Parece que a dificuldade principal dessas investigações está em conseguir ponderar as diferenças e perceber os cargos em uma estrutura linear de carreira eleitoral. Diante disso, não parece ser nítido, por exemplo, apontar o que tem mais valor para classe política brasileira, se é ocupar a vice-prefeitura ou a vereança em capital, ou ainda ser prefeito de uma cidade menor ou vice em capital.

Autores como Santos (1999), Santana (2008), Borchert (2009), Araújo (2012) argumentam que as carreiras eleitorais no Brasil não possuem direções definidas. Assim, os movimentos de carreiras são chamados de zigue-zague, dinâmicos ou integrados (SANTOS, 1999; SANTANA, 2008; BORCHERT, 2009; LIMA, 2017). Isto é, que são resultados da dinâmica da circulação dos políticos profissionais durante a carreira política, que não apresentam somente um padrão de carreira, ou algo

essencialmente linear. Devido ao risco da carreira eleitoral e a oferta diversificada, a classe política pode assumir diferentes tipos de escolhas e caminhos para traçar.

3.1.3 Partidos políticos e sistema partidário frente às escolhas de carreiras eleitorais

Mesmo não sendo o foco principal dessa investigação sobre carreiras eleitorais, é fundamental que se pontue aspectos do sistema partidário brasileiro. O objetivo dessa subseção é buscar, por meio da literatura, algumas relações entre partidos políticos e as escolhas de carreiras da classe política brasileira.

Sistemas partidários e partidos políticos são temas clássicos da Ciência Política. Autores como Durverger (1970), Sartori (1982), Michels (2001), Panebianco (2005) e Alcántara (2016) são alguns dos nomes que contribuíram para o entendimento de como partidos políticos e sistemas partidários estiveram organizados. Inserido nesse assunto, está a forma pelas quais os partidos recrutam seus membros, indicam seus candidatos, ou ainda, como elites partidárias se estruturam e dirigem os partidos políticos.

A literatura sobre essa temática no Brasil fez alguns apontamentos gerais sobre a relação entre partidos e candidatos. Argumento de autores como Mainwaring (2002) e Ames (2003) indicaram que partidos políticos no Brasil seriam instituições frágeis. Além do sistema eleitoral pesar nesse cálculo (NICOLAU, 2006, 2015), os partidos mais cumpririam a função de homologação das candidaturas do que atores fundamentais para carreiras eleitorais dos indivíduos, visto a baixa eficácia para controlar seus membros (AMES, 2003; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003; BRAGA; AMARAL, 2013).

Como define Marenco dos Santos (2000), os partidos políticos operam a competição eleitoral, o que torna os partidos e sistemas partidários fundamentais para o sistema político e para compreender as disputas eleitorais. Braga (2006) explica que o Brasil passou de um cenário onde a competição partidária era centralizada em consequência do sistema bipartidário até 1979 e, após isso, foi se transformando em um ambiente mais pluralista e competitivo, no qual foram surgindo partidos com diversos perfis e modos de organização a nível nacional (BRAGA, 2006, p. 145). A autora indica que os partidos que estavam se consolidando no sistema partidário

brasileiro eram aqueles que caminharam para a nacionalização e construíram apoio a nível regional, fortalecendo a tese do federalismo forte (MAINWARING, 2002).

Esse apontamento é importante para atentar a uma velha premissa da política brasileira, a qual alega que os políticos possuem fortes apelos regionais e locais, ou seja, possuem vínculo com suas regiões, o que reflete no comportamento político da elite (AMES, 2003). No geral, os partidos administram grupos de pessoas de diversos interesses, como por exemplo, possíveis desejos de ascender na carreira eletiva. Como não há possibilidade de candidaturas avulsas no país desde 1946, um político só se torna candidato quando, e se, o partido ao qual está filiado o indicar.

Em suma, isso resulta em disputas intrapartidárias, onde também existe ascensões e quedas de indivíduos. Nesse cenário, os partidos precisam de critérios para selecionar quem é o candidato mais adequando para disputar determinado cargo. O grau de sensibilidade na indicação do nome está ligado ao cargo em questão, por exemplo, cargos majoritários do Executivo, devido à legislação não permitir candidaturas múltiplas, obrigando cada partido/coligação a indicar apenas um candidato.

Relativo às trajetórias dos indivíduos nos partidos políticos, a tese de Marenco dos Santos (2000) diz que partidos passam a investir somente naqueles atores que investiram no partido, ou seja, as instituições partidárias tendem a “premiar” com ascensões nas hierarquias da elite política aqueles indivíduos que possuem mais tempo de vínculo com o partido (MARENCO DOS SANTOS, 2000).

A argumentação de que os partidos pouco importam para as definições de carreiras é um tanto imprecisa, segundo Marenco dos Santos (2000). O autor apresenta resultados que demonstram uma queda na renovação parlamentar na Câmara dos Deputados, o que indicava que, conforme os avanços dos anos, os partidos políticos apresentavam menores porcentagens de candidatos em primeiro mandato, demonstrando um certo grau de institucionalização partidária.

Outra evidência relevante está no fato de carreiras políticas em partidos de esquerda serem consideradas endógenas, ou seja, apresentam maiores laços de filiação, prestação de serviços no partido e maiores dependências de apoio dos partidos e organizações sociais para lançar suas candidaturas. Já em partidos considerados de direita ou conservadores, é diagnosticado parlamentareis com carreiras mais exógenas, isso significa que possuem menores laços com os partidos, trajetórias menos longevas nas instituições partidárias, além de serem mais

dependentes de recursos pessoais próprios do que institucionais (MARENCO; SERNA, 2007).

A contribuição de Braga e Amaral (2013) revela que uma das estratégias dos partidos políticos, ao montar suas listas para as eleições proporcionais, é contar com os chamados “puxadores” de votos, revelando influência do partido nas decisões de candidatos. Para complementar, Nicolau (2007) diz que os partidos misturam alguns aspectos na hora de elaborarem suas listas nas circunscrições eleitorais, como: a) candidatos de diferentes regiões dos estados; b) nomes prestigiados em suas atividades profissionais ou setores da sociedade.

Braga e Amaral (2013) consideram que o modelo de lista aberta produz significativos efeitos em relação à seleção de candidaturas para eleições proporcionais, a investigação comprova também as estratégias partidárias existentes e que, igualmente, produzem impacto. Assim, além dos puxadores de votos inseridos nas listas partidárias, existem estratégias (que podem ser híbridas, tanto por parte dos indivíduos quanto dos partidos) em relação ao lançamento de candidaturas com objetivo de atingir o sucesso na eleição posterior (SOUZA; GRAÇA, 2014).

Por fim, Sandes e Costa (2019) buscam entender, por meio do caso de alguns partidos brasileiros, especificamente o papel dessas instituições frente às definições de carreiras dos deputados federais brasileiros. Os autores demonstram resultados sobre as escolhas de carreiras nos partidos de esquerda e direita[26], observando que o partido político não é tão sem importância como suposto, pois são encontradas diferenças conforme o tipo de partido, principalmente em relação à ideologia.

Segundo Sandes e Costa (2019), os deputados de partidos de esquerda possuem uma tendência maior de lançamento de candidatura para as prefeituras municipais e de pleitear a reeleição para Câmara dos Deputados, já os dos partidos de centro e de direita são menos propensos para se lançar em eleições municipais. Outro diagnóstico deste estudo aponta que partidos de centro e de direita apresentaram maiores médias de manutenção de seus quadros na Câmara dos Deputados, o que pode ser uma estratégia de redução de custos para estes partidos, visto que então estavam no campo da oposição ao governo (SANDES; COSTA, 2019).

[26] Os autores consideram: a) esquerda, PT e PSB; b) centro, PMDB e PSDB; c) direita, DEM e PP.

3.2 Padrões de carreiras eleitorais e ambição política no Brasil

Por meio de uma revisão narrativa de literatura, a última seção desse capítulo está voltada a apresentar as principais investigações sobre carreira eleitoral e ambição política no Brasil. Fazem parte dessa revisão: a) artigos publicados em periódicos da área; b) artigos publicados em anais de congressos; c) capítulos de livros; d) livros; e) teses; f) dissertações. Buscou-se inserir nesse trabalho publicações entre os anos de 1999 e 2019, considerando critérios de aproximação com o objeto da dissertação.

Para organizar a estrutura desse capítulo, as publicações foram organizadas de acordo com o autor(a), ano da publicação e nível de governo que está inserida a análise, resultando na seguinte ordem de apresentação: a) investigações sobre o nível nacional, alcançando a Câmara dos Deputados; b) pesquisas sobre nível estadual, abarcando assembleias estaduais e governadores; c) estudos acerca do nível municipal, analisando vereadores e prefeitos de capitais.

3.2.1 Nível federal

O estudo de David Samuels (1999, 2003) inaugura as pesquisas sobre escolhas de carreiras e ambição política no Brasil a abarcar a atual Constituição. Através das regras do sistema eleitoral e partidário, o autor buscou compreender as escolhas de carreiras dos deputados federais no país. Samuels (1999, 2003) analisa a partir dos custos e benefícios dos cargos disponíveis, considerando as características dos postos eletivos seus atrativos institucionais.

Assim como outros brasilianistas (MAINWARING, 2002; AMES, 2003), a contribuição de Samuels (2003) compreende a força do federalismo e a função da dinâmica da política subnacional para aqueles que estavam no Legislativo nacional. Relacionado a isso, a tese do autor diz que os parlamentares brasileiros não estavam interessados em consolidar carreiras duradouras na Câmara dos Deputados, o que resultava na alta taxa de renovação na casa e, por consequência, baixa institucionalização e profissionalização.

Para Samuels, a ambição política dos parlamentares brasileiros estava direcionada aos poderes executivos estaduais e municipais. Segundo ele, o que

justifica a preferência por esses cargos são os recursos que neles estão concentrados, como o poder de indicação, maior autonomia e maior visibilidade (SAMUELS, 2003), o que deixa a passagem pela Câmara dos Deputados como um trampolim para a continuidade de carreiras que buscam cargos mais altos, ou seja, possuem ambição progressiva.

Samuels (2003, p. 38) argumenta os políticos que possuíam mais força, o que ele irá chamar de “peso pesados”, possuíam menor tendência em permanecer no Congresso Nacional, caracterizando aqueles políticos que lá permaneciam como menos experientes e menos proeminentes. Essa tese supõe que no Brasil existe uma estrutura de carreira bem estabelecida, além de interpretar que os parlamentares que constroem carreira na Câmara dos Deputados não conseguem “crescer” na hierarquia política, sendo esse, portanto, um espaço de políticos com baixo potencial.

Em seguida, Fabiano Santos (1999; 2010) contribui para entender as possíveis causas do direcionamento das carreiras políticas para o poder Executivo. Inicialmente, Santos (1999) argumenta que, devido ao processo histórico do país, o poder Legislativo era considerado enfraquecido e havia perdido poder decisório durante a ditadura civil-militar. O resultado disso era uma baixa institucionalização da Câmara dos Deputados, não favorecendo para a consolidação de carreiras nessa instituição.

Santos (1999, p. 227) introduz ao debate o perfil de carreira “zigue-zague”, que descreve o comportamento de parlamentares em interagir entre níveis de governo. Para o autor, a estrutura de oportunidades do sistema político brasileiro incentiva essa circulação de parlamentares, no objetivo de reduzir custos e riscos eleitorais e sanar barreiras institucionais, como o caso daqueles já reeleitos em cargos do Executivo e que podem sobreviver politicamente direcionando suas carreiras rumo ao Legislativo (SANTOS, 1999, 2010; SANTOS; PERGURIER, 2011).

Santos e Pergurier (2011) contrapõem o argumento de Samuels, indicando que a Câmara dos Deputados não possui baixa importância para a classe política brasileira. Os autores sustentam que a elevação das taxas de reeleição ao longo dos anos comprova que a instituição cumpre um papel importante para aqueles que ambicionam crescimentos em suas carreiras eleitorais, tornando-se um passo importante e não desprezível em suas trajetórias.

Leoni, Pereira e Rennó (2003) refutam a tese de Samuels (2003) e contribuem com o desenvolvimento desse campo de estudos. A ideia de que somente os deputados mais “fracos” estão inclinados à tentativa de reeleição na Câmara dos

Deputados não é verdadeira para esses autores. Segundo eles, diante da possibilidade de derrota, os políticos mais fracos optariam pela ambição que chamam de regressiva. Todavia, os autores concordam com a tendência que os mais “fortes” almejem cargos mais altos na hierarquia (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003).

Cruzando uma série de variáveis para dimensionar o que influencia nas escolhas dos deputados, eles inserem ao debate a “ambição regressiva”, que simboliza descer de cargo na hierarquia, ou seja, os políticos “optam por concorrer a um cargo com recursos menores, status menor e mais fácil de vencer” (LEONI, PEREIRA, RENNÓ, 2003, p.59). Nessa direção, ao considerar a estrutura de oportunidades do sistema político, os deputados podem confiar ser mais seguro descer na hierarquia ou permanecer no mesmo cargo, só apostando em cargos mais altos quando consideram ter força eleitoral para alcançar o sucesso.

Ao comparar deputados da América do Sul, Santana (2008) indica que existe no Brasil uma considerável parcela de deputados que buscam a reeleição, o que ocorre é o insucesso nessa tentativa. Em contrapartida, Santana argumenta que o comportamento daqueles que não optam pela reeleição é a ambição progressiva, o que ocorre por conta do sistema federalista que oportuniza “no plano subnacional, recursos preciosos para a sobrevivência política” (SANTANA, 2008, p.148). Isso torna nítido o que ela chama de “ambição dinâmica”, quando o político não apresenta objetivo estabelecido na carreira e usufrui dessa estrutura que oportuniza tentativas com menores riscos e custos no plano subnacional.

Jens Borchert (2009, 2011) possui atualmente a mais consistente explicação sobre padrões de carreira e tipos de ambição política no Brasil. Isso se dá por conta da importância das diferentes realidades institucionais em cada nível de governo. Borchert insere o caso brasileiro como *multi-level system,* significando que a estrutura de oportunidade varia conforme os níveis de governo, formando diferentes ambientes de competição política. A característica dos países multiníveis são as ofertas de carreiras políticas separadas por arenas e lógicas próprias de competição, com amplo repertório de cargos eletivos sendo ofertados (BORCHERT, 2009).

Investigando deputados do Brasil, Alemanha e Estados Unidos, Borchert (2009) propõe três tipos de movimentos de carreiras em países multinível. O primeiro é o unidirecional, em que os movimentos de carreira são bem definidos, sendo possível enxergar com clareza a direção de crescimento na carreira política. O modelo unidirecional varia a velocidade de movimento de um cargo para outro, conforme a

estrutura de oportunidades do país, além de apresentar ambientes que variam em relação à profissionalização política.

O segundo movimento é o alternado, o qual representa um modelo de padrão de carreira em que não existe prevalência de movimentos em uma única direção, porém, é possível observar a existência de uma hierarquia entre os cargos. Já em relação à velocidade de movimento de carreira, são considerados lentos e possuem níveis considerados altos de profissionalização.

Por fim, o último movimento que Borchert identifica é o integrado, esse presente no caso brasileiro. Caracterizado pela movimentação sem direção definida e sem clareza em relação à hierarquia de cargos, torna o ambiente político com maior abertura para a circulação da elite entre as instituições de poder e os níveis de governo, podendo ocorrer livres movimentos de cargos. A velocidade dos movimentos de carreira no modelo integrado é considerada alta por Borchert (2009, p. 6), além de apresentar níveis altos de profissionalização.

Próximo daquilo outrora proposto por Schlesinger (1966), o autor alemão considera que existem três características que são influentes nas ambições políticas dentro da estrutura de oportunidade geradas por um sistema político. São elas: a) disponibilidade do cargo; b) acesso aos cargos; c) e suas atratividades (BORCHERT 2011). Borchert identifica a facilidade que existe para que deputados busquem cargos nos executivos, dada a garantia de preservação da cadeira no Legislativo, algo que seria característico do padrão integrado. Além disso, o fato de as eleições municipais ocorrerem em meio ao mandato possibilita essa tentativa ao Executivo local (BORCHERT, 2009).

Mesmo com facilidades aparentes para que classe política brasileira busque a manutenção e dispute cargos eletivos, Borchert (2009) diz que o sistema político brasileiro é competitivo e arriscado, possuindo forte personalização da política. Assim o autor argumenta que:

> A frequência dos movimentos de carreiras é extremamente alta no Brasil. A combinação de insegurança eleitoral, múltiplos cargos atraentes e profissionalizados, e a chance de deixar temporariamente o congresso sem perder o cargo, faz com que busquem melhores oportunidades (BORCHET, 2009, p.16)[27].

[27] Tradução livre do autor.

Em resumo, na visão de Borchert (2009, 2011), o Brasil possui um ambiente político integrado, o que significa dificuldade em encontrar um sentido de direcionamento nas carreiras políticas e uma estrutura hierárquica de cargos eletivos. O sistema multinível possibilita uma livre movimentação entre as esferas de governo e os tipos de instituições, o que faz com que existam diversos movimentos de trajetória eleitoral ao decorrer do desenvolvimento de carreiras políticas profissionais.

Para trazer alguns exemplos: um vereador pode se eleger senador, um deputado federal concorrer a deputado estadual, assim como um “não político” ingressar na carreira em postos considerados de destaque, como senador e governador. Um caso eloquente é o de Dilma Rousseff: apesar de ter uma carreira política longa em postos de nomeação, teve como primeiro cargo eletivo pleiteado o de presidente, conquistado em 2010.

Desse modo, não há efetivamente uma hierarquia fixa na carreira política brasileira, assim como inexiste um caminho a percorrer, que implicaria começar na presumida base (como vereador ou deputado estadual) e subir paulatinamente até atingir o suposto pico (Presidência da República). Apesar do consenso em torno de vereador ser a base e a Presidência o topo, as posições intermediárias são mais nuançadas. Pode-se dizer que as hierarquias que a literatura elaborou são muito mais construções teóricas e abstratas, que servem como referências para a elaboração de análises, do que uma estrutura rígida e amplamente reconhecida pelos próprios políticos que nela transitam.

Seguindo essa lógica, os movimentos de carreira – como subir, descer, ter ambição progressiva ou regressiva – são classificações disponíveis a partir desse modelo, mas não necessariamente assim encaradas pelos atores ao fazerem suas escolhas. Caso contrário, nem caberia falar em “ambição regressiva”, que é um oximoro, como sugeriram Leoni, Pereira e Rennó (2003), mas nem por isso deixa de ser uma escolha em muitas oportunidades ao longo das trajetórias.

Observando as carreiras eleitorais no Brasil, Araújo (2012) compreende o país como sistema multinível e com padrão de carreira integrado, tal como sugeriu Borchert (2009, 2012). A autora contribuiu ao analisar carreiras de legisladores que alternam cargos do Executivo com o Legislativo. Araújo (2012) aponta com seus resultados que o fato de os parlamentares brasileiros buscarem cargos no Executivo não significa o esvaziamento da Câmara dos Deputados, visto que buscam o retorno à casa, como já era sugerido por Santos (1999).

Outro acréscimo dessa investigação foi em relação ao uso alternado entre cargos do Executivo e Legislativo na tentativa de diminuição de riscos. Segundo Araújo (2012), aqueles que buscaram sair do Legislativo em direção ao Executivo e não obtiveram sucesso acabam não colhendo grandes vantagens quando comparado com aqueles que lá permaneceram, o que indica uma significância da Câmara dos Deputados em trajetórias políticas.

Examinando o caso dos deputados que lançam candidatura para cargos do Executivo municipal ou estadual, Pegurier (2009) aponta que um deputado sempre colhe benefícios com a disputa por um desses cargos, inclusive na hora de voltar à Câmara dos Deputados. A afirmação de Pergurier (2009) é posteriormente reforçada pelos achados de Graça e Souza (2014), que demonstraram que deputados podem estabelecer estratégia de competir em meio ao mandato para um cargo do Executivo municipal como forma de visibilidade, fixando seu nome junto ao eleitor para candidaturas futuras.

A partir da realidade do sistema federalista e olhando para o comportamento legislativo dos deputados, Borges e Sanches Filho (2016) contribuem ao explicar os efeitos de compor coalizões de governo nas escolhas de carreira dos parlamentares. Os resultados dessa investigação indicam que aqueles que compõem a base de governos (federal e estadual) são os que possuem maior tendência à reeleição.

Segundo os autores, a explicação se dá pela quantidade de recursos políticos que esses parlamentares possuem por fazer parte de uma coalizão, o que, por óbvio, reduz os riscos de candidatura. Já os deputados de oposição contam com mais tentativas a cargos maiores (governador e senador), segundo eles, isso ocorre pela menor aversão ao risco por parte dos oposicionistas, que ainda contam com menos competição intrapartidária (BORGES; SANCHES FILHO, 2016).

Mais recentemente, a contribuição de Lima (2017) investigou a circulação dos deputados federais nos poderes executivos e legislativos. Os resultados desse estudo demonstram que no Brasil não existe um ambiente unidirecional, mas sim um alto fluxo da circulação entre os níveis da federação. Além disso, é possível constatar uma alta variedade na frequência e direção dos movimentos de carreiras, o que ajuda a confirmar o caso brasileiro como um ambiente integrado de oportunidades políticas (LIMA, 2017).

O estudo de Lima (2017) reforça que no Brasil não existe uma desvalorização do Legislativo por parte dos políticos profissionais, que possuem inclinação em

retornar ao Legislativo nacional. Entretanto, a contribuição também indica que esses parlamentares interagem com o poder Executivo, inclusive podem ocupar cargos simultâneos, o que, segundo a autora, pode influenciar negativamente a possibilidade de permanência do Legislativo.

Por fim, há a contribuição de Costa (2018), que buscou olhar para as decisões de carreira, considerando os diferentes distritos brasileiros. Por meio de uma análise multinível e de múltiplas variáveis, o autor aponta que existem variações nos padrões de carreira, conforme o estado e suas diferenças contextuais, com maior significância para competitividade. Segundo Costa (2018), cada distrito eleitoral possui capacidade para influenciar na tomada de decisão dos indivíduos em relação à continuidade e ao direcionamento de suas carreiras eleitorais.

Nesse estudo, a variável que mais causa impacto na decisão de um deputado em lançar candidatura para um cargo maior é a votação que recebeu, impactando na escolha por ambições progressivas ou estáticas e reduzindo a chance de disputar cargos menores. Ainda, os resultados dessa investigação apontaram que políticos com maior acúmulo de cargos guardam mais chances de disputar cargos majoritários, sugerindo ser uma opção dos partidos por essas escolhas (COSTA, 2018).

3.2.2 Nível estadual

Em nível estadual, a contribuição de Lodola (2009) analisa o caso de deputados estaduais no Brasil e na Argentina, observando as ambições no desenvolvimento de carreiras políticas posteriores. O autor propõe a seguinte abordagem para compreender os movimentos de carreiras: a) horizontal, que ocorre no mesmo nível de governo (por exemplo, entre os cargos disponíveis no município); b) vertical, que ocorre na transição de um nível de governo para o outro (por exemplo, transitar do nível municipal para o estadual). Além disso, cruza os dois movimentos de carreiras com dois tipos de ambição política: progressiva e estática.

A proposta de Lodola (2009) apresenta limitações. De um lado, considera dois tipos de ambição, mas desconsidera a possibilidade de ambição regressiva e discreta, quando políticos profissionais optam por descer de cargo ou se retirar da política. Mas também, o movimento vertical estático não se adequa com a realidade, visto que

pressupõe uma movimentação. Por fim, Lodola (2009) não propõe uma resolução referente à hierarquização de cargos em seu modelo, mantendo esse entrave.

Em suma, os resultados de Lodola (2009) indicam que o cargo de Deputado Estadual possui relevância para aqueles que o ocupam, o que é explicado pelos recursos que estão disponíveis ao cargo, e argumenta que o sistema político brasileiro proporciona padrões de carreiras continuas e mais flexíveis do que a Argentina. Segundo o autor, no Brasil, é possível observar tendências pela reeleição ao cargo, além de ser perceptível que políticos profissionais utilizam a passagem como trampolim para cargos maiores, o que na Argentina é mais raro (LODOLA, 2009).

A investigação de Massia (2013) aborda as carreiras e a profissionalização política dos governadores dos estados brasileiros. O estudo contribui ao descrever as características das carreiras dos chefes dos Executivos estaduais. Os resultados mostram que a maior parte dos governadores já possuíam carreira política, tendo como rota de ingresso na política o poder Legislativo. Além disso, o autor demonstra que esses atores circulam no Executivo e no Legislativo, reforçando aquilo que a literatura chama de ambiente integrado de carreira, sendo proeminente nas trajetórias dos governadores os cargos de Prefeito, Deputado Federal e Deputado Estadual.

Por fim, Corrêa (2016) examinou as carreiras dos deputados estaduais do Brasil, eleitos em 2010. O autor investiga como as conexões eleitorais revelam padrões de carreiras posteriores. Os resultados desse estudo relevam que, assim como os deputados federais, aqueles que legislam a nível estadual também buscam circular entre os níveis de governo, principalmente em direção à política local, disputando cargos nos executivos municipais.

Segundo Corrêa (2016), a ambição mais recorrente desses atores é a estática ou “pseudo-estática”. Basicamente, essa denominação resulta do insucesso eleitoral a cargos em nível local, fazendo com que os deputados estaduais busquem pela reeleição no Legislativo estadual, não sendo de fato o real desejo do político na continuidade de suas carreiras.

Para Corrêa, a dificuldade encontrada pelos deputados estaduais na competição a nível local ocorre por conta dos prefeitos em condição de reeleição. Segundo o autor, ao interpretar condições não favoráveis de voto em suas listas eleitorais, os políticos entendem não ter forças eleitorais suficientes em seus distritos, levando a escolha da reeleição. Segundo essa investigação, os deputados estaduais

modulam suas ambições de acordo com objetivos mais palpáveis, objetivando sobreviver no jogo político.

3.2.3 Nível municipal

Partindo para nível municipal, Maluf (2006) investigou as carreiras de vereadores no município de São Paulo. O autor apresenta quatro modelos de carreiras relacionados as ambições políticas, sendo: a) amador, na qual não apresenta ambição, ou seja, retira-se da política; b) permanente, apresenta a ambição estática; c) quase-permanente, pode apresentar ambição progressiva ou regressiva; d) passagem, podendo apresentar ambição progressiva ou regressiva. O resultado dessa investigação indica uma baixa institucionalização em São Paulo, ou seja, não existem incentivos a carreiras longevas no Legislativo municipal.

Maluf (2006) indica a presença de políticos “amadores” ou de “passagem”, aquele que, após um ou dois mandatos, deixam o legislativo, seja para sair da política ou disputar outros cargos. Esses resultados apontam que vereadores concorrem a meio de mandato como forma de medir a “temperatura” das urnas, buscando diminuir a insegurança das disputas eleitorais através de uma candidatura sem muita pretensão, mas com capacidade de indicar chances de sucesso. Para Maluf (2010), vereadores que buscam reeleição nos legislativos municipais estão motivados a sobreviver no jogo e reduzir riscos da insegurança eleitoral na competição política.

Lima (2013) examinou aqueles que cumprem a função de vereador nos municípios do Rio Grande do Sul. O autor observou aqueles que lançam candidatura aos cargos de deputado federal ou estadual. Indo ao encontro dos achados de Maluf (2006), Lima aponta a existência de políticos que ambicionam crescimento na carreira, e aqueles que lançam candidaturas com vista a alcançar benefícios para eleições futuras, utilizando a competição eleitoral como um teste do capital eleitoral.

Variando conforme a magnitude do eleitorado, Lima (2013) encontra uma tendência dos vereadores a buscar o cargo de deputo estadual. Aqueles oriundos de municípios com mais de 100 mil eleitores apresentaram um número maior de candidatura para o cargo de deputado federal, reforçando a influência dessa variável sobre as carreiras políticas. Outro achado é a tendência de reeleição nesse cargo, conforme o acúmulo de mandatos dos vereadores (LIMA, 2013).

Por fim, Barreto (2017) investigou as escolhas de carreira dos prefeitos das capitais estaduais do Brasil eleitos entre 1996 e 2012. O autor verifica um ambiente político integrado, não sendo possível identificar um caminho unidirecional, mas sim a movimentação entre os níveis de governo e de poder político no objetivo de obter a manutenção de seus “empregos”, como já sugeria a literatura.

Barreto identifica as tendências de escolhas desses atores diante da estrutura de oportunidades, como, por exemplo, o desejo da maior parte dos eleitos em dar continuidade a suas carreiras eleitorais, seja através da reeleição, seja por meio de outros cargos. Barreto (2017) identifica que prefeitos em primeiro mandato tendem a busca pela reeleição, optando por não abrir mão do cargo. Além disso, verifica que a maioria dos prefeitos em segundo mandato opta por terminar seus mandatos frente ao Executivo municipal, não renunciando o cargo para buscar um novo posto.

Em relação à ambição dos prefeitos, Barreto (2017) identifica que aqueles que decidem disputar outros cargos direcionam candidaturas a deputado federal, governador e senador, configurando a inclinação à ambição progressiva nos dois últimos. Os prefeitos apresentam sucesso eleitoral maior que 80% em suas candidaturas. Entretanto, ao desagregar esses resultados, o autor mostra uma redução do sucesso eleitoral em busca de novos cargos, caindo para 43% de obtenção, não reproduzindo aquela mesma performance das disputas para o Executivo municipal (BARRETO, 2017).

4 Metodologia e escolhas aplicadas à investigação

O objeto de investigação dessa dissertação são as trajetórias eleitorais dos vice-prefeitos das capitais estaduais do Brasil, no período de 1985 a 2012, com vistas a analisar a existência de padrões de carreira política posterior à ocupação do cargo. Isso significa que constituem o universo de investigação todos aqueles que, tendo sido escolhidos por voto direto dos eleitores, assumiram o cargo de vice-prefeito em capitais estaduais do país.

Foram considerados também aqueles vice-prefeitos que não completaram o mandato, de forma que não foram excluídos aqueles que se tornaram prefeito em meio ao mandato, renunciaram com o objetivo de tomar posse em outro posto eletivo ou continuar a exercê-lo, faleceram, deixaram o posto por decisão judicial ou da Câmara de Vereadores. Não foram incluídos eventuais vices escolhidos em eleição indireta ou que, eleitos diretamente, renunciaram ou faleceram antes de tomar posse.

Esse estudo busca examinar a continuidade desses atores no jogo político, assim como, se efetivamente buscaram essa continuidade e, consequentemente, se, de fato, tiveram carreira posterior. Destaca-se que os vice-prefeitos investigados ingressam no banco de dados e passam a ter a trajetória eleitoral observada no ano em que tomam posse no cargo a partir de 1985 e a coleta de dados se interrompe na eleição de 2018 ou no ano de falecimento do indivíduo.

A justificativa em relação à escolha do cargo de vice-prefeito municipal se baseia em dois fatores: a) ausência de estudos voltados para os “vices”, deixando diversas perguntas sobre a importância do cargo no sistema político brasileiro; b) pela própria baixa visibilidade que, *a priori*, existe nesse cargo eletivo. Exemplo disso são as ausências do cargo em biografias ou no tratamento imposto pela mídia e pelo senso comum, por vezes colocando vice-prefeito como “subcargo” ou “cargo de segundo escalão” da política brasileira, tornando a figura do vice-prefeito um ator político escondido atrás do chefe do Executivo e sem maior importância para a administração pública.

A escolha por investigar as capitais estaduais (26, no total)[28] é relacionada, de um lado, à necessidade de tornar operacional a coleta de dados, pois existem

[28] São elas: Aracaju (SE), Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Boa Vista (RR), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Macapá (AP), Maceió (AL), Manaus (AM), Natal (RN), Palmas (TO), Porto Alegre (RS), Porto Velho

atualmente mais de 5.500 municípios no país e, consequentemente, o mesmo número de vice-prefeitos. Sendo assim, foi preciso realizar algum recorte no universo da pesquisa, tornando viável e confiável a coleta dos dados. Por outro lado, pesou para a relevância desses munícipios para os estados brasileiros (população, relevância eleitoral do munícipio, recursos financeiros, visibilidade que o cargo oferece etc.), o que resulta, em teoria, em um "valor" maior do cargo para aqueles que vivem da política, quando comparados a munícipios menores e não estratégicos para a política estadual e nacional.

Em termos do recorte temporal, o que justifica o começo da investigação em 1985 foi a retomada das eleições diretas nas capitais, consequência do término da ditadura civil-militar que vigorou por 21 anos. Já o limite se dá em 2012, tendo em vista serem os eleitos cujo mandato já se encerrou e por conta do número de pleitos realizados após terem sido eleitos (2014, 2016, 2018), permitindo acompanhar um número maior de escolhas de carreiras desses indivíduos analisados. A opção por não incluir os eleitos em 2016 se dá pelo atual exercício do cargo e por eles não possuírem as mesmas oportunidades que os eleitos anteriormente.

Esse recorte temporal adotado compreende oito pleitos municipais – 1985, 1988, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 – e um total de 206 mandatos eletivos de vice-prefeitos. Há atualmente 26 capitais estaduais no Brasil, todavia, o estado do Tocantins foi criado pela Constituição de 1988 e sua capital, Palmas, teve a primeira eleição direta em 1992[29]. Desse modo, nos dois primeiros pleitos analisados (1985, 1988), há 25 vice-prefeitos.

A 1ª fase do levantamento de dados, aquela realizada para identificar os indivíduos a serem estudados, verificou a repetição de alguns nomes. Tratam-se daqueles que foram eleitos mais de uma vez vice-prefeito, compreendendo os eleitos em períodos alternados (reeleição mediada) e os que – desde a eleição de 2000, com a implantação da reeleição imediata – foram reeleitos. Na prática, para os 206 mandatos de vice-prefeito acompanhados pelo estudo, foram eleitos e tomaram posse 191 indivíduos diferentes, sendo esse o número de trajetórias analisadas.

(RO), Recife (PE), Rio Branco (AC), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Luís (MA), São Paulo (SP), Teresina (PI), Vitória (ES).

[29] Foi instalado em 1º de janeiro de 1990, com a transformação do então município de Taquarassu do Porto em distrito de Palmas. Como parte desse processo, o prefeito e o vice de Taquarassu do Porto, eleitos em 1988, tornaram-se os titulares do poder Executivo de Palmas até 1993, quanto tomaram posse os primeiros eleitos diretamente (KAWASAKA FILHO, 2019).

Os dados relativos à participação ou não desses vice-prefeitos, os cargos pretendidos e os resultados obtidos, foram coletados para as 18 eleições realizadas no país após 1985, quando começa o recorte temporal, até 2018, que é o processo eleitoral mais recente já transcorrido. Em termos concretos, serão observados: um pleito isolado para presidente (1989), nove de âmbito nacional-estadual, quando são escolhidos: presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais (1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018)[30], e mais oito de escala municipal, ocasião em que são definidos: prefeitos, vice-prefeitos e vereadores (1988, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016).

O Quadro 8 traz sistematizadas as oportunidades que foram geradas ao decorrer dos anos, já relacionando com o alcance da investigação em relação as trajetórias dos vice-prefeitos.

Quadro 8: Oportunidades geradas pelo sistema político brasileiro de 1985 a 2018*

Eleito	86	88	89	90	92	94	96	98	00	02	04	06	08	10	12	14	16	18
1985																		
1988																		
1992																		
1996																		
2000																		
2004																		
2008																		
2012																		

* Célula em branco: oportunidade; em cinza: ausência de possiblidade.
Fonte: autor.

Quanto mais antigo o momento da eleição, em teoria, mais oportunidades de concorrer e de obter cargos teve o indivíduo e, consequentemente, mais observações são possíveis. Logo, cada vice-prefeito eleito em 1985 tem a possibilidade de ser observado em, no máximo, 18 eleições. E, assim, há a redução progressiva da quantidade de observações, até alcançar três (2014, 2016, 2018), o que ocorreu com os vices eleitos em 2012.

Para aqueles indivíduos que faleceram no decorrer dos anos alcançados pela investigação, a coleta de dados da trajetória é interrompida no ano de falecimento do investigado. Assim, o número efetivo de eleições observadas para cada vice-prefeito

[30] Para ser mais preciso, deve-se esclarecer que esse elenco de cargos vem sendo eleito concomitantemente desde 1994, pois em 1986 e em 1990 não houve eleição para presidente.

vai depender do ano de morte, quando, por óbvio, deixam de ter a possibilidade de concorrer a cargos eletivos.

Tendo em vista estas condições, a 2ª fase da coleta de dados identificou o alcance das trajetórias dos vice-prefeitos. A Tabela 1 apresenta o universo exato que a pesquisa alcança, considerando o número de trajetórias completas, ou seja, de 1985 até 2018, casos de vice-prefeitos que voltam a ocupar o cargo (reeleições) e as trajetórias que sofreram interrupção por conta de falecimento.

Tabela 1: Universo da pesquisa de acordo com a quantidade de observações

Eleitos	Trajetórias completas	Trajetórias interrompidas	Oportunidades eleitorais	Total de oportunidades individuais
1985	14	11	18	352
1988	20	5	16	372
1992	20	6	13	300
1996	24	1	11	274
2000	19	3	9	193
2004	21	1	7	149
2008	19	2	5	101
2012	24	1	3	74
Total	**161**	**30**	**82**	**1.815**

Fonte: Elaboração própria.

Os procedimentos adotados para realização das coletas de dados foram divididos em três etapas. A primeira etapa foi realizada por meio do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no objetivo de mapear as chapas eleitas nas capitais estaduais do país e os respectivos vice-prefeitos. Por meio desses dados, foi possível organizar quem foram os indivíduos que chegaram até o cargo.

Na segunda etapa foi realizado o mapeamento da biografia dos indivíduos inseridos no universo de análise. A finalidade é identificar o alcance da trajetória, pois, em casos de trajetórias interrompidas (falecimento), cessa a necessidade de continuar a observação se concorreram a novos cargos eletivos.

A terceira etapa traçou as trajetórias eleitorais destes atores políticos, observando, de um lado, os cargos eletivos que ocuparam imediatamente antes de ser vice-prefeito e, de outro, após ocuparem o cargo, as respectivas candidaturas lançadas e os sucessos eleitorais que conquistaram. A rigor, a trajetória anterior à obtenção do cargo de vice-prefeito não faz parte da investigação.

Entretanto, se faz necessário buscar essas informações no objetivo de captar o momento da vida política em que eles ingressam no banco de dados. Em outros termos: eles se tornaram vice-prefeitos no início de uma trajetória na vida pública? Como um estágio intermediário em uma biografia até então eminentemente local? Em um momento de inflexão em uma carreira que enfrentou dissabores, como perder um cargo relevante? O cargo foi ocupado já no término de uma carreira mais ou menos longa?[31]

A respeito das eleições disputadas, poder político, nível de governo, cargos ambicionados, resultados alcançados e o período em que lançaram candidaturas rumo a continuidade em suas carreiras, é o que constitui a pesquisa propriamente dita e as variáveis que organizam os dados. Logo, por meio deste conjunto de informações, é possível revelar os padrões de carreira política que são estabelecidos por esses indivíduos no decorrer de suas trajetórias, ainda, os tipos de ambição política predominantes em suas escolhas de carreiras.

A fonte de dados das trajetórias posteriores ao cargo de vice-prefeito foram os bancos de dados dos TREs de cada estado e do TSE. Vale ressalvar que, no caso da falta de informações nessas fontes, os dados foram complementados por meio de outros portais que disponibilizam informações sobre as eleições e candidatos**.**

O tratamento de dados e as análises foram por meio de estatística descritiva, com utilização de cálculos de frequência, demonstrados por meio de números ordinais e porcentagens. Ainda, se fez uso operações para medir as porcentagens e médias de sucesso eleitoral[32].

No Quadro 9 estão apresentadas as variáveis que foram mobilizadas para dar prosseguimento nas análises das carreiras eleitorais dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras:

[31] Um exemplo pode ilustrar o que foi afirmado. Wilma de Faria foi eleita vice-prefeita de Natal (RN), em 2012. Neste momento ela entra no banco de dados da investigação e passou a ter analisada a sua trajetória eleitoral posterior. No entanto, antes de se tornar vice-prefeita, ela possuía uma carreira longa e recheada de conquistas nas urnas: deputada federal (1986), prefeita de Natal (1988, 1996, 2000), governadora do Rio Grande do Norte (2002, 2006). Como se percebe, compreende cargos considerados mais relevantes do que vice-prefeita, posição que ela passou a ocupar já no final da carreira, após não conseguir se eleger senadora (2010). Em 2016, terminado o período como vice-prefeita, ela concorreu e se elegeu vereadora – em mais um passo a indicar ambição regressiva –, tendo falecido em 2017.

[32] Essas operações estarão descritas mais detalhadamente no capítulo a seguir.

Quadro 9: Variáveis mobilizadas pela investigação

Variável	Classificação
Coorte	1985 1988 1992 1996 2000 2004 2008 2012
Eleições	1986 1988 1989 1990 1992 1994 1996 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016 2018
Carreira anterior	Não Sim (Quais cargo ocupado imediatamente antes?)
Carreira posterior	Não Sim
Eleição (oportunidade após se tornar vice)	1ª 2ª 3ª Outras
Cargo pretendido / obtido	Vereador Vice-prefeito Prefeito Deputado Estadual Vice-governador Governador Deputado Federal Senador Senador - 1º suplente Senador - 2º suplente Vice-Presidente Presidente
Poder político	Executivo Legislativo
Nível da federação	Municipal Estadual Federal

Fonte: Autor/TSE.

O Quadro 9 reúne as variáveis que foram consideradas, com foco principal para aquelas relacionadas aos passos posteriores de carreira que os vice-prefeitos efetivaram (ou poderiam ter efetivado).

A variável coorte serviu como controle e organização dos dados referentes aos indivíduos eleitos entre 1985 e 2012 ao cargo de vice-prefeito das capitais. Por meio dela, buscou-se identificar possíveis mudanças no padrão de escolha dos vice-prefeitos eleitos, conforme a "geração" a que os vices pertencem.

A variável eleição compreende os 18 pleitos ocorridos no período e que constituíram as possibilidades de os vice-prefeitos obterem um mandato.

A variável carreira anterior informa o momento da vida política dos vices quando eleitos ao cargo. Além disso, examina se já possuíam carreira eletiva, último posto ocupado antes de eleito a vice-prefeito, poder político, nível de governo.

A variável binária carreira posterior identifica quantos vice-prefeitos deram continuidade à trajetória política após eleitos para o cargo, ou seja, se voltaram ou não a disputar novas eleições.

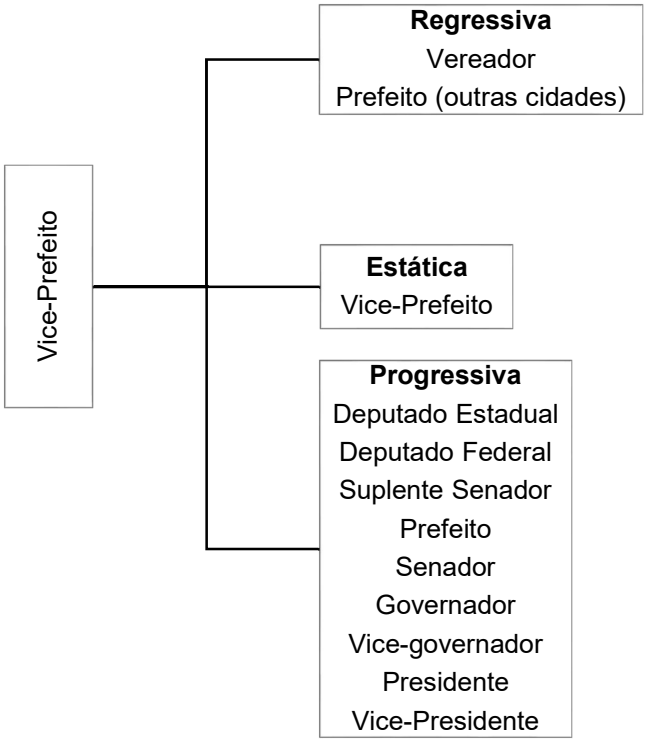
A variável binária sucesso eleitoral busca medir a porcentagem de e a média geral de obtenção de cargos dos indivíduos analisados ao longo de suas trajetórias, verificando seus desempenhos em relação aos movimentos de carreira.

A variável oportunidade acompanha as escolhas que os vice-prefeitos fazem diante das possibilidades geradas pelo sistema político. Basicamente, verifica o que fazem na primeira eleição (em meio ao mandato), no final do mandato (4 anos após eleito) e na terceira oportunidade[33], que se configura como primeira eleição após o término do mandato de vice.

As últimas variáveis buscam retratar os padrões de escolhas que os vice-prefeitos realizam ao longo das suas trajetórias. São elas: a) nível da federação na qual direcionam suas carreiras (municipal, estadual ou federal); b) poder político ambicionado (Executivo ou Legislativo); c) cargos eletivos desejados. Em relação aos cargos eletivos, para mensurar os tipos de ambição política adotou-se a seguinte classificação hierárquica:

[33] A escolha por analisar a primeira eleição após o término do mandato dá-se por dois motivos: a) saber a decisão de carreira dos vice-prefeitos no momento que, em teoria, estão sem cargo; b) por se adequar melhor com os eleitos em 1985, que possuem um grande número de indivíduos impactados pela eleição de 1986, na qual diversos prefeitos optaram por deixar o cargo, fazendo com que os vices assumissem as prefeituras, deixando alguns impossibilitados de dar livre prosseguimento à carreira eleitoral.

Figura 3: Movimentos de ambição de carreira a partir do cargo de vice-prefeito das capitais estaduais brasileiras



Fonte: Elaboração Própria.

Assim como em Miguel (2003), essa classificação utiliza de critérios dedutivos. Entretanto, a proposta utiliza como condução os níveis de governo, logo, os movimentos que vão para o legislativo municipal ou descem no tamanho da cidade, representam ambições regressivas. Aqueles que sobem em relação ao poder político ou ao nível de governo, simbolizam ambição progressiva.

Por fim, é importante dar destaque aos entraves existentes para a obtenção de alguns dados. A primeira dificuldade encontrada foi na etapa de mapeamento dos indivíduos analisados. Isso porque em diversos casos não existem registros que identifiquem quem era, afinal, o vice-prefeito de determinada capital. Em outros casos, existem poucas ou nenhuma informação sobre determinados atores que entraram no universo de análise, o que fez, por exemplo, com que não fosse possível encontrar informações sobre carreira eletiva anterior ao cargo de vice-prefeito em cinco casos, o que reduziu o universo de análise, considerando carreiras anteriores para 186

indivíduos. Esse cenário sofre agravamento no caso dos vices eleitos antes de 1992, cujos registros não figuram nos arquivos do TSE.

Essa falta de informação sobre os vice-prefeitos serve como indicador da baixa atenção e importância que esse cargo possui na biografia política de algumas pessoas, em especial, aquelas que só tem essa passagem por cargo eletivo em suas trajetórias. Políticos que possuem mais destaque em suas trajetórias, também se observa que o cargo de vice-prefeito nem sempre é citado, seja em biografias institucionais, seja em matérias da imprensa.

5 A carreira eleitoral dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras

O capítulo de apresentação dos resultados e análises está estruturado em cinco seções, da seguinte forma: a) a primeira cumpre a função de olhar para os cargos eletivos anteriores dos eleitos a vice-prefeito; b) a segunda examina a continuidade de carreira dos vices após eleitos; c) a terceira volta sua atenção para as escolhas de carreira dos vice-prefeitos diante das três primeiras oportunidades geradas pelo sistema político; d) a quarta analisa de forma longitudinal os padrões de carreira no sistema político brasileiro; e) por fim, a quinta observa o impacto de assumir a prefeitura na carreira posterior dos vice-prefeitos.

Os resultados e análises a seguir estão acompanhados de elementos flutuantes, mais especificamente, tabelas, quadros e gráficos de barras. As tabelas são compostas de frequências cargos ou candidaturas (N) e porcentagem (%), que representa a fração do número em relação ao total analisado. Ainda, existem tabelas que retratam a taxa de sucesso eleitoral (%) para cada cargo, no total dessas análises estão indicadas as porcentagens totais de obtenção na disputa analisada.

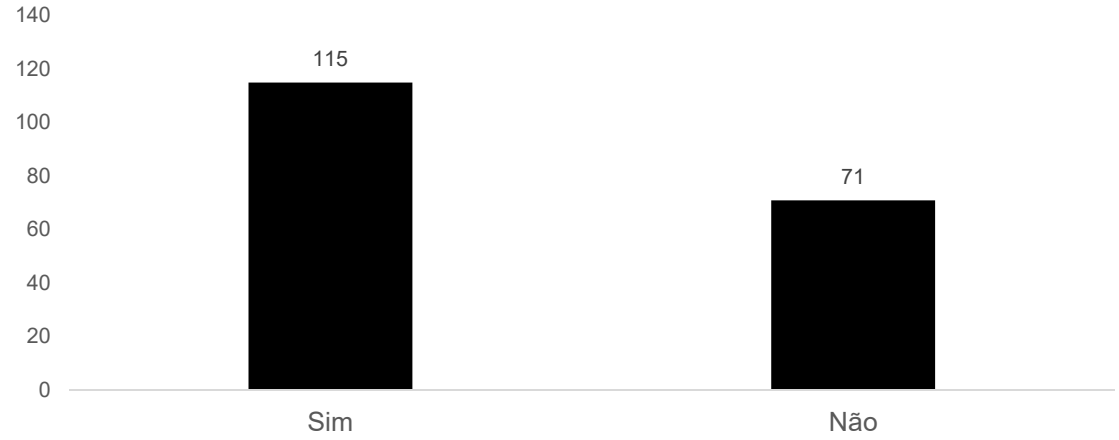
Já os quadros são apresentados através da frequência de candidaturas (N) e do sucesso eleitoral (%) para cada cargo. No que se refere aos gráficos de barra, estes são compostos da indicação de frequência (N) e/ou sucesso eleitoral (N). Os gráficos estão apresentados em barras verticais ou horizontais, contando com o indicador de rótulo em cada barra.

5.1 De onde vêm os vice-prefeitos? A carreira eleitoral prévia e os impactos em carreiras posteriores

Como já foi mencionado, o sistema político brasileiro não exige experiência prévia para ingressar em disputas eleitorais. O resultado disso são políticos sem experiência eletiva e que podem ser eleitos a cargos importantes, assim como políticos que já ocuparam outros postos eletivos anteriormente e estão dando prosseguimento em suas trajetórias. Entretanto, sabe-se da relevância das experiências prévias no desenvolvimento de carreiras políticas (MARENCO DOS SANTOS, 2000; SAMUELS, 2003; BORCHERT, 2011, LIMA, 2017).

O Gráfico 1 demonstra quantos indivíduos já haviam ocupado cargos eletivos antes de chegar ao cargo de vice-prefeito. Para esse levantamento, foram considerados 186 personagens. O número é reduzido em relação ao universo total (191) de atores sob análise, o que se justifica por conta da falta de informação da carreira anterior de cinco vice-prefeitos[34].

Gráfico 1: Vice-prefeitos que tinham ocupado cargos eletivos



Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs, DHBB, CPDOC-FGV.

O Gráfico 1 revela que 61,8% (N=115) dos vices já haviam ocupado cargos eletivos, indicando que, majoritariamente, este não costuma ser a porta de entrada na política, e sim um posto conquistado em trajetórias iniciadas anteriormente. Já 38,2% (N=71) dos analisados ingressaram na carreira eletiva por meio do cargo de vice-prefeito, sendo esta, se não a primeira experiência nas urnas dessas personagens, pelo menos a primeira bem-sucedida.

Massia (2013, p.157) aponta que 5,5% dos governadores eleitos entre 1994 e 2010 não haviam ocupado cargos eletivos anteriormente. Já Corrêa (2016, p.55) mostra que 16,1% dos deputados estaduais eleitos em 2010 não ocupavam cargos eletivos e que provavelmente são inexperientes na política.

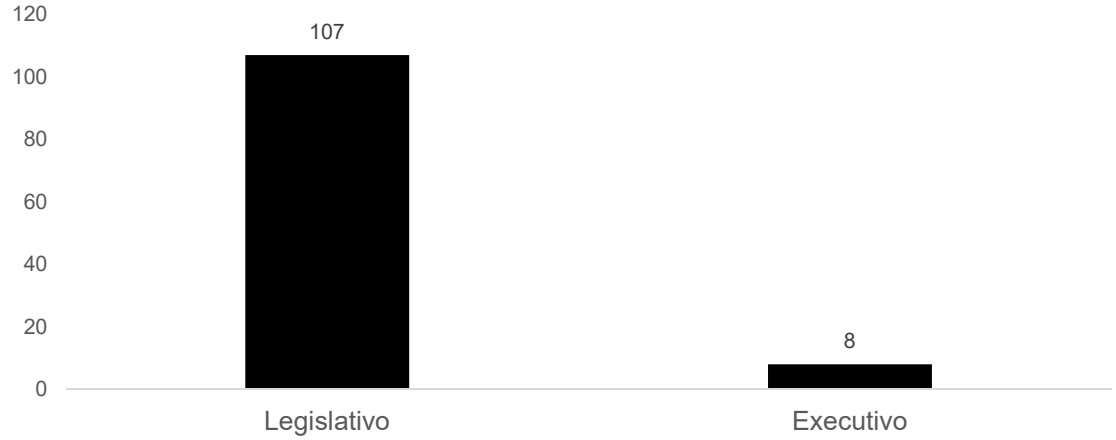
Com essas comparações, percebe-se que o cargo de vice possui uma taxa de ingressantes relativamente alta, o que parece refletir uma condição relacionada ao peso do cargo ambicionado, a relevância de possuir experiência política e se traduz

[34] São eles: Antônio Cabral de Castro (Macapá/1988), Eveline Guerra (Natal/1992), Zara Fátima de Oliveira Botelho (Boa Vista/1992), Aldebaro Barreto da Rocha Klautau (Belém/1992), Cláudio Pinho (1992).

em ter o nome conhecido pelo eleitorado, algo indicado também no estudo de Schlesinger (1966).

O Gráfico 2 ajuda a esmiuçar a origem dos vice-prefeitos antes de eleitos, informando o poder político em que estava situado o cargo ocupado imediatamente anterior. Ressalva-se que não é considerado o tempo decorrido entre esse cargo e a eleição para vice-prefeito. Portanto, o dado não indica necessariamente que o indivíduo estivesse no exercício desse cargo, tendo-o abandonado para chegar a vice-prefeito ou que o mandato tenha se encerrado imediatamente antes dessa nova vitória nas urnas.

Gráfico 2: Poder político do cargo imediatamente anterior a vice-prefeito



Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs, DHBB, CPDOC-FGV.

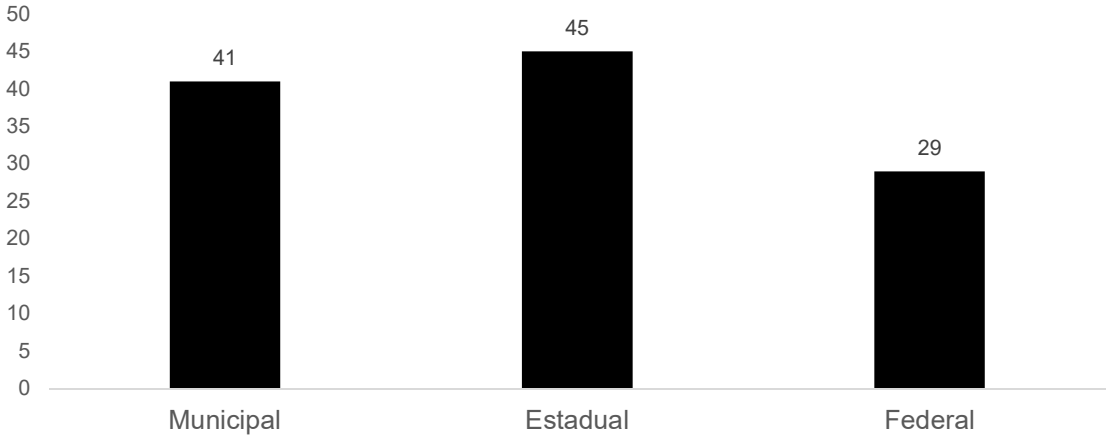
É revelado que, dentre aqueles 115 vice-prefeitos que tinham carreira prévia, 93% (N=107) antes de chegar ao cargo de vice-prefeito já haviam ocupado postos do poder Legislativo, resultando em 7% (N=8) com passagem pelo poder Executivo. Comparando com os resultados de Massia (2013, p.135) fica evidente que os governadores possuem mais experiência nos dois poderes, entretanto, não prepondera dessa maneira o cargo legislativo, sendo mais comum carreiras mistas. Já os resultados de Lima (2013, p. 76) demonstram que 40% dos deputados federais eleitos entre 1998 e 2010 já haviam ocupado cargos do Legislativo, enquanto 8% ocuparam postos do Executivo.

Essas informações revelam que, assim como em outros cargos, existe um nível de profissionalização política entre aqueles que são eleitos a vice. Além disso, evidencia ser mais comum a experiência prévia no legislativo. De certa maneira, isso

pode refletir o entendimento de que possuir passagem pelo Executivo e ir para a vice-prefeitura se configura descer na carreira ou, alternativamente, uma ambição regressiva. Já para aqueles com passagem no poder legislativo, tornar-se vice-prefeito parece algo desejável ou crescimento.

Agora, resta saber a origem dos movimentos de carreira, ou seja, em qual nível de governo estavam os vice-prefeitos. O Gráfico 3 elucida esta questão.

Gráfico 3: Nível de governo dos cargos imediatamente anteriores a vice-prefeito



Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs, DHBB, CPDOC-FGV.

Os resultados representados no Gráfico 3 indicam que o principal movimento de carreira eletiva dos eleitos vice-prefeito é originário do nível estadual, com 39,1% (N=45) dos indivíduos analisados. O segundo movimento com maior frequência é estático em relação a nível de governo, são aqueles que permanecem na política municipal, indicando 35,6% (N=41). Por fim, o movimento que menos ocorreu foi partir do nível federal para aportar no município, o qual significou 25,2% (N=29).

Somadas essas informações às do Gráfico 2, sugerem para tendências de que os movimentos comuns são dos legislativos estaduais e municipais para vice-prefeito das capitais. Esses movimentos podem representar com nitidez a ambição progressiva quando saem de vereador rumo ao cargo. Mas também podem significar um crescimento na carreira para quem se desloca do cargo de deputado estadual a vice-prefeito, entretanto, possibilitando menos inferências ao tipo de ambição.

Na Tabela 2 estão apresentados os dados relativos aos cargos que foram ocupados pelos vice-prefeitos das capitais do Brasil, reforçando a evidencia já trazida pelos últimos dois gráficos apresentados.

Tabela 2: Cargo eletivo ocupado imediatamente anterior ao cargo de vice-prefeito

Cargo	N	%
Vereador	36	31,3
Prefeito interior[35]	2	1,7
Vice-prefeito	1	0,8
Prefeito capital	2	1,7
Deputado estadual	42	36,5
Vice-governador	2	1,7
Governador	1	0,8
Deputado federal	26	22,6
Suplente de Senador	2	1,7
Senador	1	0,8
Total	**115**	**100**

Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs, DHBB, CPDOC-FGV.

Reforçando as evidências já apresentadas, observa-se que as frequências dos movimentos de carreira são dos seguintes cargos para vice-prefeito: deputado estadual (36,5%), vereador (31,3%) e deputado federal (22,6%). O que permite confirmar as tendências trazidas pelos gráficos 2 e 3, relativos a poder político e nível de governo.

Devido à estrutura de cargos não apresentar uma hierarquia bem definida, é arriscado dizer o que reflete, de fato, os tipos de ambições. Entretanto, é possível inferir à medida que estão mais evidentes os pesos dos postos, como é o caso daqueles que ocupavam o cargo de vereador e alcançaram o Executivo municipal. Porém, no caso daqueles que ocupavam cargos intermediários na hierarquia, como deputado estadual ou deputado federal, é baixa a precisão para apontar qual tipo de ambição melhor se configura, visto que isso pode alternar conforme a trajetória política de cada indivíduo.

O que de fato essas escolhas podem significar é o dinamismo da carreira eletiva, mostrando um vai e vem de escolhas para sobreviver na política.

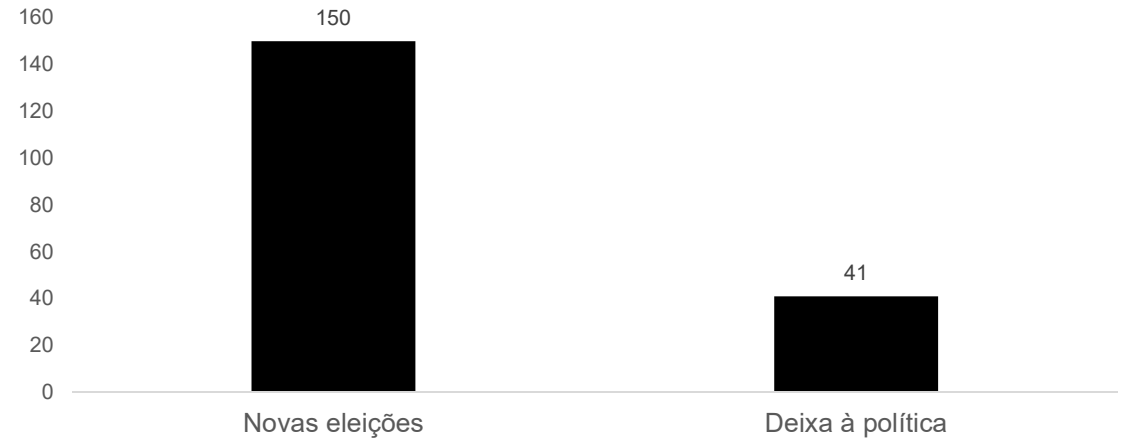
[35] Refere-se a todos municípios que não são capitais estaduais.

5.2 Continuidade de carreira ou ambição discreta? A decisão de permanecer no jogo ou retirar-se da política

A partir desta seção, o foco da pesquisa estará voltado para as escolhas de carreiras eleitorais posteriores dos vice-prefeitos das capitais brasileiras. Além disso, também será abordado aqueles que começaram suas carreiras eletivas por esse cargo, observando se deram continuidade e, se assim o fizeram, se obtiveram ou não sucesso.

O primeiro passo que será abordado sobre a carreira posterior dos vice-prefeitos é se eles voltaram a disputar eleições ou optaram pela saída da política, não se apresentando mais às urnas. Nessa análise, foram considerados o universo total da investigação, ou seja, 191 indivíduos e suas respectivas escolhas. O Gráfico 4 irá representar os resultados referentes a essa questão.

Gráfico 4: Decisão dos vice-prefeitos sobre continuar a carreira eleitoral ou abandonar à política



Fonte: Elaboração própria com base em TSE e TREs.

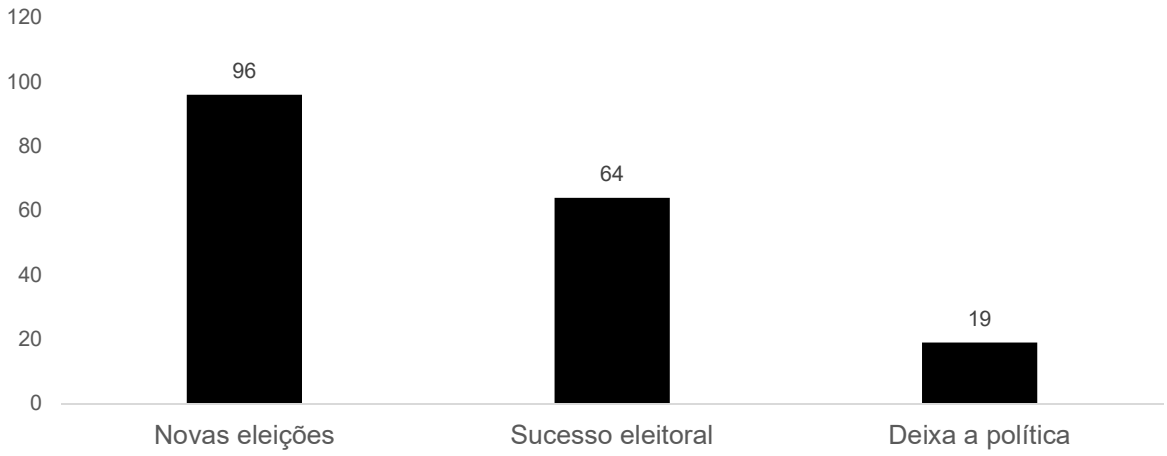
Os resultados demonstram que a opção por deixar à política não é o plano da grande maioria dos indivíduos analisados, o que significa que, após eleitos vice-prefeitos, eles voltam a disputar novos cargos. No total, 78,5% (N=150) dos atores analisados se dispuseram a concorrer por novos cargos eletivos entre os anos compreendidos pela pesquisa. Abandonam a política 21,5% (N=41) dos analisados, demonstrando ambição discreta.

Esses resultados demonstram que a tendência daqueles que foram eleitos vice-prefeito das capitais brasileiras é de tentar dar continuidade em suas carreiras eleitorais, o que significa que, assim como a elite política que ocupa outros cargos do sistema político brasileiro, o comportamento mais comum é que busquem circular eleitoralmente. De igual forma, que a ocupação do posto de vice-prefeito é parte da carreira (para os que a tinham anteriormente) ou a tentativa de dar início a uma (para os que estreiam no cargo).

No entanto, em uma breve comparação, Barreto (2017, p. 214) mostra que os prefeitos das capitais do Brasil, eleitos entre 1996 e 2008, apresentam maior retorno à política se comparado aos vice-prefeitos aqui analisados. Segundo o autor, 89,6% dos prefeitos das capitais voltaram a concorrer por novos postos e apenas 10,4% deixou à política após o cargo.

No Gráfico 5, observa-se a decisão de carreira daqueles indivíduos que já possuíam em suas biografias experiências em cargos eletivos. Examinou-se a frequência daqueles que continuam suas carreiras eleitorais após alcançarem a vice-prefeitura, assim como quantos voltam a conquistar novos postos em algum momento de suas trajetórias e quantos decidem por encerrar suas trajetórias no jogo eleitoral.

Gráfico 5: Relação entre carreira eleitoral anterior e continuidade de carreira após vice-prefeito



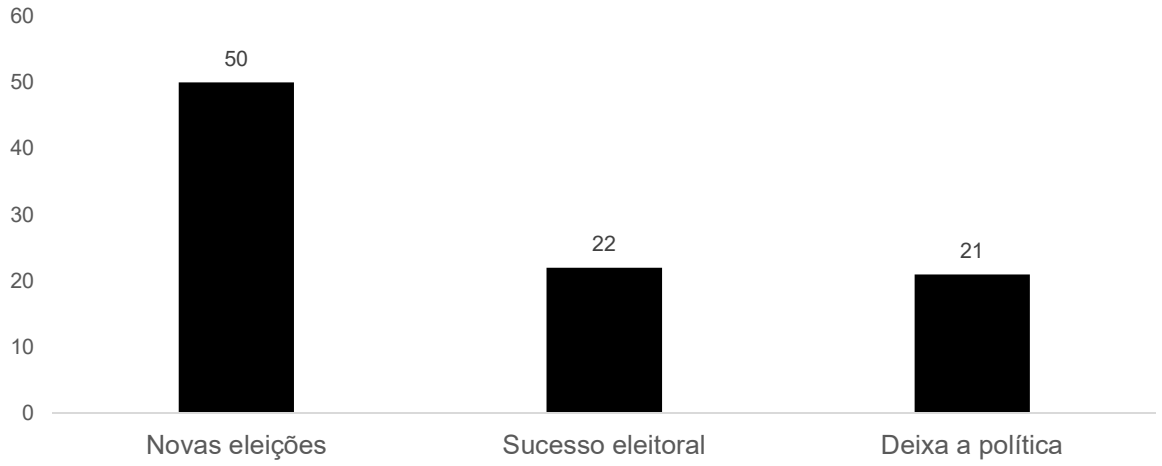
Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs, DHBB, CPDOC-FGV.

É possível observar no Gráfico 5 que a maior parte dos vice-prefeitos (51,6% dos indivíduos) que já tinha passagem por outros cargos eletivos voltam a disputar eleições após vice-prefeito. Logo, não encerram suas carreiras nesta etapa de suas trajetórias.

Outro dado é que a maior parte (66,6%) daqueles que resolvem dar continuidade, obtiveram novos sucessos eleitorais. Ainda é incipiente afirmar, mas essa informação pode indicar um desempenho positivo para aqueles que buscaram a vice-prefeitura como um “trampolim” para a carreira. Já 10,2% (N=19) dos indivíduos analisados resolveram encerrar suas carreiras eletivas no cargo de vice-prefeito, não voltando a disputar novos cargos, configurando ambição discreta.

O próximo resultado explanado nesta seção trata daqueles indivíduos que ingressaram em cargos eletivos como vice-prefeito, ou seja, não possuíam carreira eleitoral anterior. Com isso, como indica o Gráfico 6, buscou-se verificar quantos daqueles 38,2% (N=71) partiram deste posto em busca de novos cargos, quantos obtiveram algum novo sucesso e quantos encerram suas carreiras apenas com o cargo de vice em suas trajetórias.

Gráfico 6: Ingressantes na carreira eletiva e suas continuidades após o cargo de vice-prefeito das capitais do Brasil



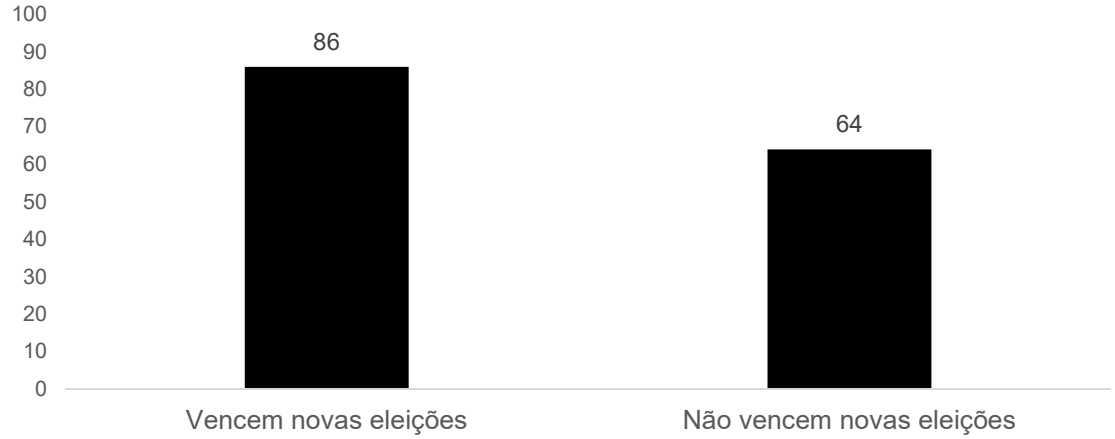
Fonte: Elaboração própria com base em TSE e TREs.

A primeira informação que está sendo revelada pelo Gráfico 6 é que 70,4% (N=50) daqueles indivíduos que ingressaram no jogo político por meio deste cargo deram continuidade a suas carreiras. Isso demonstra que o cargo, quando usado como porta de entrada na política, costuma não ser o ponto final de carreiras eletivas. O aproveitamento dos indivíduos ingressantes em novas competições eleitorais é de 44%, ou seja, menos da metade daqueles que disputaram novas eleições na carreira atingiram sucesso nas urnas. É notável também os 29,5% (N=21) que optaram por

abandonar à política após o cargo de vice, fazendo, assim, com que suas únicas experiências bem-sucedidas na política eleitoral ficassem reservadas a este cargo.

O Gráfico 7 demonstra o desempenho eleitoral do conjunto de vice-prefeitos em suas carreiras posteriores, não realizando distinção entre aqueles que já possuíam experiência eletiva prévia daqueles que ingressaram no jogo a partir do cargo em análise.

Gráfico 7: Sucesso eleitoral dos vice-prefeitos que buscaram continuar na carreira política



Fonte: Elaboração própria com base em TSE e TREs.

O Gráfico 7 demonstra a predominância daqueles que voltaram a conquistar cargos eleitorais ao decorrer de suas trajetórias. Os indivíduos que obtiveram novos sucessos em disputas eleitorais representam 57,3% (N=86) daqueles que se dispuseram a novas disputar após o cargo. Já 42,5% (N=64) não voltam a ocupar outro cargo eleitoral. Apesar dos vice-prefeitos, em sua ampla maioria, não encerrarem suas carreiras no cargo, um número elevado nunca mais atingiu sucesso nas urnas.

Esse dado é interessante em duas perspectivas: a) demonstra a dificuldade que mais de 1/3 dos indivíduos analisados encontrou em dar continuidade em suas carreiras eleitorais, demonstrando o quão incerta e instável é a profissão política; b) pode ser a primeira evidência em relação à baixa capacidade de potencializar capital político do cargo, resultando em dificuldade para aqueles indivíduos que ocuparam o posto em dar seguimento em suas carreiras e atingir sucesso nas urnas.

5.3 Para onde vão os vice-prefeitos? As escolhas de carreira diante das oportunidades após eleitos para o cargo

Essa seção tem a função de analisar as escolhas de carreira dos vice-prefeitos durante as oportunidades eleitorais que permeiam seus mandatos, e também a oportunidade seguinte ao mandato, quando ficam, *a priori*, sem posto eletivo.

Nesse sentido, após o momento em que o vice-prefeito foi eleito, adotou-se as seguintes escolhas: a) analisar a decisão de carreira em relação à eleição em meio ao mandato (primeira oportunidade eleitoral), na qual, seguindo o calendário eleitoral brasileiro pós-1985, são eleições gerais; b) analisar a escolha de carreira ao final do mandato (segunda oportunidade eleitoral), na qual está configurada uma eleição municipal e que decide obrigatoriamente, caso não tenha sido eleito no pleito anterior, sua manutenção na atividade política; c) a decisão do vice-prefeito diante de uma nova eleição geral (terceira oportunidade eleitoral), ocasião em que já está sem cargo, salvo as conquistas nas duas oportunidades que a antecederam.

O Quadro 10 traz os cargos ofertados nos dois tipos de eleições que ocorrem no sistema político brasileiro.

Quadro 10: Relação dos cargos eletivos disponíveis e o tipo de eleição em que são ofertados pelo sistema político[36]

Cargo eletivo disponível	Eleição	Oportunidade eleitoral
Presidente	Geral	1ª – 3ª
Vice-Presidente	Geral	1ª – 3ª
Governador	Geral	1ª – 3ª
Vice-Governador	Geral	1ª – 3ª
Senador	Geral	1ª – 3ª
1° Suplente de Senador	Geral	1ª – 3ª
2° Suplente de Senador	Geral	1ª – 3ª
Deputado Federal	Geral	1ª – 3ª
Deputado Estadual	Geral	1ª – 3ª
Prefeito	Municipal	2ª
Vice-prefeito	Municipal	2ª
Vereador	Municipal	2ª

Fonte: Elaboração do autor.

Observando a primeira oportunidade de disputar uma nova eleição após eleito para o cargo de vice-prefeito, considera-se o universo total de mandatos que abrange a pesquisa, ou seja, 206. Isso ocorre devido à análise compreender o comportamento dos indivíduos em cada mandato, o que não necessariamente é reproduzido quando reeleito para o mesmo cargo. O número total do universo não sofre nenhuma alteração neste momento devido a todos vice-prefeitos possuírem oportunidade de disputá-la. Assim, a Tabela 3 apresenta os resultados referentes à escolha de carreira dos vice-prefeitos em meio aos mandatos.

[36] O modelo corresponde integralmente aos vices eleitos a partir de 1992. No caso dos eleitos em 1985 e em 1988, para que ele prevalecesse, foi preciso realizar adaptações, a seguir explicadas. Os eleitos em 1985 tiveram a 1ª oportunidade de concorrer em 1986, quando o cargo de presidente não estava disponível; a 2ª foi o término do mandato, em 1988, que foi mais curto (três anos), a 3ª oportunidade efetiva foi a eleição presidencial isolada de 1989 e a 4ª correspondeu ao pleito de 1990, quando a oferta compreendia governador, vice, senador, suplentes de senador, deputado federal e deputado estadual. Porém, como nenhum dos vices analisados concorreu em 1989, na prática, considerou-se a eleição de 1990 como a 3ª oportunidade. Desajuste semelhante ocorre com os vices eleitos em 1988, cuja 1ª oportunidade de concorrer foi o pleito isolado para presidente de 1989 e a 2ª, a disputa de 1990, sendo que o término do mandato, em 1992, coincidiu com a 3ª disputa. Assim como no caso anterior, o pleito de 1989 foi suprimido da análise, sendo, na prática, a 1ª oportunidade as eleições gerais de 1990 (sem o cargo de presidente), a 2ª as municipais de 1992, quando terminou o mandato deles, e a 3ª, as eleições gerais de 1994, quando além de todos os cargos estaduais-nacionais, também o de presidente foi ofertado.

Tabela 3: Escolha de carreira dos vice-prefeitos das capitais brasileiras em meio ao mandato

Decisão	N	%	Cargo pretendido	N	%	Sucesso eleitoral (%)
Não concorrer	129	62,6				
Concorrer	77	37,4	Dep. Estadual	22	28,6	68,1
			Dep. Federal	28	36,4	39,2
			Senador	14	18,2	21,4
			Senador (Sup.)	2	2,6	0
			Governador	6	7,8	0
			Vice-governador	5	6,5	40,0
Total	**206**	**100**	**Total**	**77**	**100,1**	**40,2**

Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs.

Os dados da Tabela 3 revelam que o principal comportamento dos vice-prefeitos diante da oportunidade de concorrer em meio ao mandato é a opção de não disputar o pleito. Os dados indicam que 62,6% (N=129) optam por não disputar as eleições que vem imediatamente após tomarem posse, e sim cumprir o mandato de vice-prefeito. Além da estabilidade de possuir o cargo eletivo, um dos fatores que podem corroborar para que os vices não se lancem nessa disputa é a possibilidade de vir a assumir o cargo de prefeito, seja em substituição ao titular ainda durante o mandato, seja em sucessão a ele, sendo candidato na próxima eleição.

O próximo passo é examinar os 37,4% (N=77) que resolvem lançar candidatura na primeira oportunidade ofertada pelo sistema político, ou seja, quando ainda atuavam no cargo[37]. Desses que lançam candidatura, 40,2% (N=31) obtiveram sucesso eleitoral, abrindo mão do cargo de vice-prefeito e tomando nova direção na carreira.

O cargo mais ambicionado nessa oportunidade foi deputado federal, retendo 36,4% das tentativas dos vices. Entretanto, o número de tentativas não significa sucesso eleitoral satisfatório, visto que 39,2% (N=11) desses candidatos chegaram a conquistar a alcançar o posto. O segundo cargo mais pleiteado foi o de deputado estadual, tentado por 28,6% dos que se dispuseram a concorrer. O sucesso eleitoral para esse cargo foi superior ao anterior, atingindo 68,1% (N=15) das vezes.

[37] Em nome da precisão: apenas no caso dos eleitos em 1985, a 1ª eleição ocorreu em 1986, ainda na vigência do 1º ano de um mandato de três anos. Para todos os demais, a 1ª oportunidade se deu ao longo do 2º ano de um mandato de quatro anos de duração, ou seja, praticamente na metade do mandato.

Diferenciando-se dos resultados encontrados em relação à carreira anterior, essa primeira oportunidade eleitoral revela uma ambição dos vice-prefeitos rumo a Brasília, e não de possível retorno ao nível estadual, como fica demonstrado nas carreiras anteriores ao cargo.

Representando evidentes ambições progressivas, mas com quantidades menores de tentativas estão os cargos de: a) senador, o qual reteve 18,2% (N=14) das tentativas, e sucesso eleitoral de 21,4% (N=3); b) governador, que acumulou seis tentativas, porém todas sem sucesso; c) vice-governador, possui cinco tentativas e foi conquistado em 40% (N=2) delas; d) por fim, Suplente de Senador, com duas tentativas e nenhuma conquista. É interessante destacar o caso dos cinco vice-prefeitos que optaram por deixar o cargo para disputar uma eleição à vice-governança de estados, o que representa um movimento de carreira do municipal para o estadual, porém, preserva a função secundária no poder Executivo.

A Tabela 4 demonstra as escolhas de carreiras diante da eminência de ficar sem cargo eletivo, ou seja, no final de mandato. Nessa análise, foram retirados do banco de dados dois vice-prefeitos falecidos após a primeira oportunidade de disputa, reduzindo o universo de análise para 204 mandatos. Como já explicado, a eleição do final de mandato é municipal, o que significa uma redução a oferta de cargos em comparação às eleições gerais.

Tabela 4: Escolha de carreira dos vice-prefeitos diante do final do mandato

Decisão	N	%	Cargo pretendido	N	%	Sucesso eleitoral (%)
Não concorrer	128	62,7				
Concorrer	76	37,3	Vereador	24	31,6	62,5
			Vice-prefeito	18	23,7	72,2
			Prefeito	34	44,7	41,1
Total	**204**	**100**	**Total**	**76**	**100**	**55,2**

Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs, DHBB, CPDOC-FGV.

Assim como em meio ao mandato, a principal decisão dos vice-prefeitos é não disputar o pleito municipal, resultando em 62,7% (N=128) que optaram por não concorrer. Entre os que disputaram eleições no final de mandato, 44,7% almejaram a chefia do Executivo municipal (N=34), o que representa uma notória ambição progressiva no mesmo nível de governo. Entretanto, a taxa de sucesso eleitoral ficou

em 41,1% (N=14), significando a menor taxa de obtenção entre os postos em disputa ao final de mandato.

Se a ambição progressiva fica evidenciada com as candidaturas para Prefeito, a ambição regressiva também está nítida nas escolhas de carreira dos vice-prefeitos em final de mandato. O cargo de vereador recebeu 31,6% (N=24) das ambições dos vices, alcançado 62,5% (N=15) de sucesso. Vale lembrar, que o cargo de vereador já estava na trajetória anterior ao cargo de parte dos vice-prefeitos em análise, o que está evidenciando um movimento de circulação entre os postos eletivos.

Chama a atenção que o sucesso eleitoral obtido pelos vice-prefeitos para o cargo de vereador é menor do que o sucesso indicado para o cargo de deputado estadual na primeira oportunidade eleitoral. Essa ambição regressiva expõe a estratégia de sobrevivência por parte dos políticos profissionais, que optam por descer para o legislativo municipal.

Confirmando parte da H2 da investigação, a ambição estática é evidenciada em 23,6% (N=18) daqueles que concorrem no final do mandato, ou seja, reeleição imediata. O sucesso eleitoral dos vices para reeleição é significativo, visto que 72,2% (N=13) obtêm novamente o cargo. Nessa escolha de carreira vale observar o impacto gerado pela regra da reeleição no Brasil. Antes de 1996, os eleitos para os cargos do poder Executivo não podiam concorrer à reeleição imediata, o que significa que as tentativas de reeleição imediata surgem na pesquisa de 1996 em diante.

Com vistas a concluir as análises que investigam as escolhas de carreiras diante das oportunidades eleitorais geradas no decorrer do mandato, a Tabela 5 apresenta o comportamento dos vice-prefeitos perante a terceira oportunidade eleitoral. Em teoria, essa terceira oportunidade refere-se ao momento em que os vices já cumpriram seus mandatos, assim, podem ter acessado novos cargo nas duas oportunidades que passaram ou ficaram livres de cargos eletivos. Nesse momento, o universo reduz para 200 mandatos em análise devido ao falecimento de quatro vice-prefeitos.

Tabela 5: Escolha de carreira após o cargo de vice-prefeito e diante da oportunidade imediata de prosseguir na carreira eleitoral

Decisão	N	%	Cargo pretendido	N	%	Sucesso eleitoral (%)
Não concorrer	107	53,5				
Concorrer	93	46,5	Dep. Estadual	38	40,9	42,1
			Dep. Federal	28	30,1	35,7
			Senador	12	12,9	25,0
			Senador (Sup.)	5	5,4	20,0
			Governador	7	7,5	28,5
			Vice-governador	3	3,2	66,6
Total	**200**	**100**	**Total**	**93**	**100**	**36,5**

Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs.

A Tabela 5 também evidencia uma maioria de escolhas por não disputar um cargo eletivo na terceira oportunidade, indicando que 53,5% (N=107) dos vices realizam essa opção. Em comparação com as oportunidades anteriores, a terceira oportunidade revela um decréscimo no número de vice-prefeitos que escolhe não disputar eleições. Esse resultado indica a busca pela manutenção das carreiras eleitorais desses atores. Após o mandato, quando estão “livres”, eles realizam movimentos de retorno a cargos eletivos.

Esse decréscimo significa que os indivíduos estão mais dispostos a pleitear novos cargos que anteriormente, indicando que 46,5% (N=93) escolhem por disputar eleições. Desses, 36,5% (N=34) alcançam sucesso eleitoral e conquistam novos postos eletivos nessa oportunidade.

Diferentemente das escolhas realizadas em meio ao mandato, neste momento, o cargo mais ambicionado pelos atores analisados foi deputado estadual, representando 40,9% (N=38) das tentativas. Uma possível explicação para essa alteração é a compreensão por parte desses indivíduos de que são menores os riscos e maiores as possibilidades de acesso ao cargo estadual do que, por exemplo, o posto de deputado federal, outrora mais ambicionado pelos vices. Deve-se considerar que parte dessas candidaturas buscam a reeleição a esses cargos, que haviam sido conquistados quatro anos antes.

Em termos de sucesso eleitoral, 42,1% (N=16) das candidaturas obtiveram sucesso, significando uma redução comparada ao sucesso da primeira oportunidade. O mesmo acontece com aqueles que optaram pelo cargo de deputado federal. Nessa oportunidade, 30,1% (N=28) direcionaram suas candidaturas à nível federal,

alcançando sucesso eleitoral em 35,7% (N=10) das tentativas, uma redução em relação a primeira oportunidade gerada pelo sistema político após eleitos à vice-prefeitura. A partir disso, é possível apontar que os vice-prefeitos, quando estão no exercício do mandato, obtiveram melhores resultados. Em outras palavras, o capital político transferido durante o exercício do mandato forneceu melhores resultados eleitorais do que após o mandato.

Seguindo a tendência anterior, onde é notável o aumento de candidaturas ao legislativo estadual, o número de tentativas para senador e vice-governador reduz nesse momento, reforçando a ideia de realocação das ambições políticas após o mandato. Apesar disso, a obtenção desses cargos não sofreu impacto, mantendo o mesmo daquele alcançado na primeira oportunidade de disputa, resultando em 25% para a Câmara Alta e 66,6% para vice-governador.

Indo na contramão dos resultados anteriores, os cargos de governador e suplente de senador cresceram em relação às candidaturas quando comparadas à primeira oportunidade. Foram 7 tentativas para o Executivo estadual e 5 rumo à suplência de senador. Ao passo que aumentaram os números de candidaturas para esses postos, também cresceram os sucessos eleitorais, alcançando 28,5% de sucesso para governador e 20% para suplente de senador.

Esse último resultado demonstra que, ao final do mandato de vice-prefeito, também houve trajetórias que desfrutaram de ambições progressivas bem-sucedidas, entretanto, não sendo diagnosticado como algo recorrente nessas carreiras eleitorais. De certa forma isso também fica evidenciado na investigação de Barreto (2017) em relação às carreiras posteriores dos prefeitos das capitais brasileiras, o que reforça a interpretação da alta competitividade do sistema político e da não existência de um ambiente político seguro em termos de vitória eleitoral.

5.4 Os padrões de carreiras eleitorais dos vice-prefeitos: uma análise longitudinal das escolhas de carreira em sistema político multinível

O capítulo a seguir apresenta os resultados referentes às carreiras políticas desenvolvidas pelos 191 indivíduos que ocuparam o cargo de vice-prefeito das capitais estaduais do Brasil, eleitos entre 1985 e 2012. O conjunto de análise compreende todos os passos de carreira desses indivíduos, a partir do momento em que foram eleitos vice-prefeito, tendo como horizonte temporal o pleito de 2018. Recorda-se que, nos casos que a trajetória não alcança 2018 (em razão de falecimento), interrompe-se a análise no último ano eleitoral alcançado.

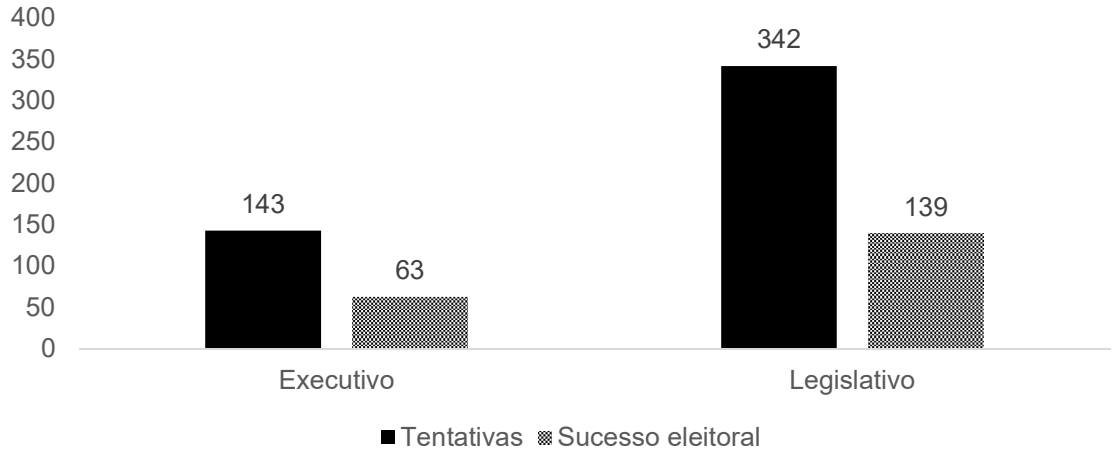
No total, o sistema político gerou 1.815 oportunidades individuais ao longo de 1986 até 2018, consequência disso, foram registradas 485 candidaturas por parte dos atores analisados, significando que o conjunto de vice-prefeitos lançou candidaturas em 26,7% das oportunidades geradas. Ou, ainda, uma média de uma candidatura a cada 3,7 oportunidades individuais ofertadas pelo sistema político.

Compreendendo o Brasil como um sistema político multinível, como sugere a literatura (BORCHERT, 2009, 2011; SANTOS, 2011; LIMA, 2017; COSTA, 2018), buscou-se identificar quais os padrões de carreira política dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras após chegarem ao cargo. O objetivo dessa análise é observar para onde vão as carreiras eleitorais desses atores políticos, compreendendo a dinâmica de circulação dessa elite política entre os poderes, níveis de governo e cargos eletivos.

Portanto, este capítulo segue a seguinte estrutura de análise: a) poder político pretendido; b) nível de governo ambicionado; c) cruzamento das duas alternativas anteriores; d) cargos eletivos ambicionados.

Iniciando a apresentação destes resultados pela escolha de carreira dos indivíduos em relação ao poder político, o Gráfico 8 expõe qual poder é mais desejado nas trajetórias posteriores de carreira e qual o sucesso eleitoral alcançado para cada um deles.

Gráfico 8: Escolha de carreira dos vice-prefeitos em relação à poder político ambicionado



Fonte: Elaboração própria com base em TSE (1986-2018).

Nota-se a ampla diferença entre os números de candidaturas para o poder Legislativo em relação ao Executivo. Para ser mais preciso, os indivíduos analisados buscaram cargos no Legislativo em 70,5% (N=342) de suas tentativas, e alcançaram sucesso eleitoral em 40,6% (N=139), o que corresponde a um sucesso eleitoral a cada 2,4 candidaturas.

Já o poder Executivo recebeu 29,5% (N=143) das candidaturas dos indivíduos analisados. O sucesso eleitoral para esse poder político alcança 44% (N=63), representando nesse caso, a média de 2,2 candidaturas para uma vitória eleitoral. Revelando que as candidaturas para cargos do Legislativo apresentaram melhores retornos em relação a conquista nas urnas. De todo modo, esses resultados demonstram que após a passagem pelo cargo de vice-prefeito, cresce o número de indivíduos que voltam ao poder Executivo, o que sugere, em certa medida, o impacto das passagens pelas vice-prefeituras em suas carreiras posteriores.

Esses resultados possuem semelhança com aquilo encontrado na carreira eleitoral anterior desses indivíduos, na qual possuíam maior frequência de passagens por cargos do legislativo, alcançando 93% das ocupações eleitorais prévias. Por óbvio, deve-se ponderar que essa análise é limitada visto que não aprofunda em trajetórias anteriores ao cargo de vice, somente compreende as últimas ocupações eletivas.

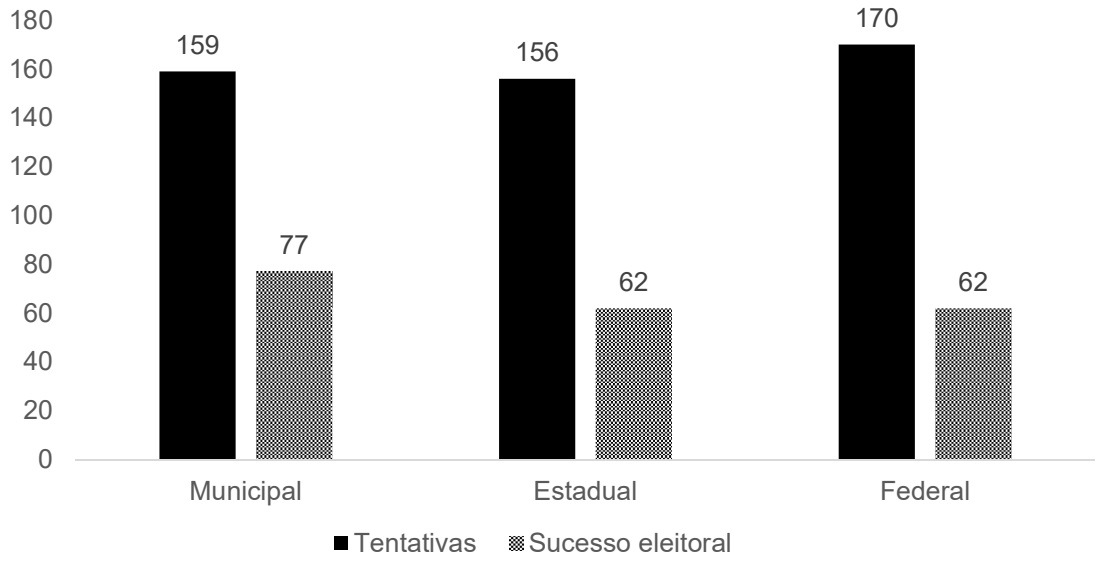
A explicação dessa preferência pelo Legislativo, em termos institucionais, se dá devido ao sistema eleitoral que cerca cada poder político, ou seja, para o Executivo

são disputados em ampla maioria pelo sistema majoritário simples, já no Legislativo, cargos que em sua ampla maioria são disputados pelo sistema proporcional. Junto a isso, outro diferencial do poder Legislativo nessas escolhas é por conta do número de cargos ofertados (vereador, deputado estadual, deputado federal, senador e suplente de senador), sendo maior do que aqueles ofertados no Executivo (prefeito, governador, presidente e respectivos vices).

Como já discutido no capítulo 2, a competição política é mais acirrada nos sistemas majoritário. Além disso, o sistema proporcional de lista aberta adotado no Brasil possibilita algumas distorções de representação que podem vir a beneficiar alguns candidatos. Fora isso, os cargos do poder Legislativo possuem infinitas possibilidades de reeleição, o que pode ser motivo de desejo para muitos políticos profissionais.

A próxima análise está debruçada sobre as escolhas de carreiras dos vices e o nível de governo que ambicionaram no decorrer de suas trajetórias eleitorais. Dessa forma, no Gráfico 9 é revelado qual nível de governo essa elite política mais efetivou candidaturas e quão bem-sucedida foram suas escolhas eleitorais.

Gráfico 9: Escolha de carreira dos vice-prefeitos em relação à nível de governo ambicionado



Fonte: Elaboração própria com base em TSE (1986-2018).

Inicialmente, é necessário destacar o equilíbrio na quantidade de tentativas entre os três níveis de governo, indicando que o conjunto dos vice-prefeitos analisados

procuram circular em todos os âmbitos de governo, corroborando com as assertivas de Borchert (2009, 2011). Ressalta-se que o recorte utilizado aqui compreende o conjunto da carreira política desses indivíduos após terem alcançado o cargo de vice-prefeito. Como já indicado, esse feito pode ser o início da própria carreira ou apenas mais um cargo obtido ao longo de uma trajetória que principiou há vários anos e se encontrava em pleno desenvolvimento.

Analisando separadamente os resultados de cada nível de governo, o Gráfico 9 demonstra que o mais ambicionado pelos vice-prefeitos ao longo de suas trajetórias foi o nível Federal, no total, 35% (N=170) das candidaturas se direcionaram rumo a esse âmbito. Já o sucesso eleitoral dessas candidaturas foi de 36,4% (N=62), o que representa uma média de obtenção para esse nível de governo de 2,7 candidaturas para contemplar uma vitória.

O segundo nível de governo que mais recebeu tentativas em carreiras posteriores foi o Municipal. Ao todo, foram registradas 32,7% (N=159) de candidaturas para a política local. O sucesso eleitoral girou em 48,4% (N=77), resultado superior quando comparado ao nível Federal. Assim, a média de obtenção nesse nível de governo foi de 2,0 candidaturas para alcançar uma vitória nas urnas.

Por último, o âmbito Estadual recebeu os menores números de candidaturas ao longo das trajetórias posteriores dos indivíduos analisados. Os números de tentativas para o nível Estadual representam 32,1% (N=156), abaixo do nível Municipal. Já o sucesso eleitoral para esse âmbito de governo é de 39,7% (N=62), o que representa melhores resultados nas urnas do que em nível Federal, indicando ainda uma média de 2,5 tentativas para um sucesso.

Esses resultados expõem três fatores em termos de carreiras eleitorais e sistema político brasileiro: a) predominância do nível Federal na política brasileira, que além de dispor da maior quantidade de cargos entre os níveis de governo, também possui postos eletivos com os maiores recursos e interesses para a classe política (AMES, 2003), o que posteriormente pode reverter em continuidade em suas carreiras; b) o âmbito federal, além de possuir a maior oferta de cargo a cada quatro anos, também é o que mais possui cargos no poder Legislativo, o que é objeto de desejo dessa elite política analisada, como observado anteriormente; c) por fim, a ida rumo a Brasília pode significar para esses políticos possíveis crescimentos nas carreiras de modo geral, simbolizando movimentos de ambição progressiva.

Um destaque importante nessa análise é o papel do nível Municipal nas carreiras posteriores desses atores. O âmbito Municipal ocupa a segunda posição entre as trajetórias anteriores e as ambições posteriores de carreiras. Entretanto, destaca-se por conta do sucesso eleitoral mais elevado desse nível de governo quando comparado aos demais. O ajuda a explicar esse resultado são as consequências das tentativas e sucessos de reeleição para o cargo de vice-prefeito, o que será possível apreciar melhor no decorrer do texto.

A próxima análise a ser relatada nesse capítulo demonstra um cruzamento simples entre poder político e nível de governo na qual estão direcionadas as carreiras posteriores dos analisados. O Quadro 11 apresenta os dados relativos a essa questão.

Quadro 11: Escolha de carreira dos vice-prefeitos em relação à nível de governo e poder político

Nível de Governo	Poder político			
	Executivo		Legislativo	
	N	Sucesso (%)	N	Sucesso (%)
Municipal	98	50,0	61	45,9
Estadual	44	31,8	112	42,8
Federal	1	0	169	36,6

Fonte: Elaboração própria com base em TSE (1986-2018).

Os resultados apresentados pelo Quadro 11 explicitam mais detalhadamente os movimentos de carreira e a circulação dessa elite política entre os postos eletivos. Primeiramente, deve-se destacar o nível Municipal. Nele, observa-se a predominância de carreiras voltadas para o Executivo, sendo que estas alcançam maiores sucessos eleitorais (50%) do que aquele observado no Legislativo Municipal (45,9%).

Essa informação revela um possível impacto do cargo de vice-prefeito para as carreiras eleitorais posteriores, indicando que a principal ambição desses indivíduos ao lançarem candidaturas no nível municipal costuma ser progressiva (tornar-se prefeito) ou, no mínimo, estática (continuar como vice-prefeito). Já a ambição regressiva (tornar-se vereador), além de não ser foco principal das candidaturas, não retornou o mesmo sucesso eleitoral do poder Executivo. Ainda, é possível especular que aqueles vice-prefeitos que optaram por concorrer a vereador já possuem a situação eleitoral mais frágil, pois, em outras condições, não fariam tal escolha. Nesse caso, o índice de sucesso abaixo de 50% é reflexo de tal fragilidade.

Também chama atenção as candidaturas ao Legislativo nacional, o qual apresentam a maior frequência (N=169) de tentativas. Entretanto, os resultados eleitorais não são tão satisfatórios (36,6%) como os já apresentados para nível municipal e também ao Legislativo estadual, que alcança 42,8% de sucesso eleitoral.

A busca por cargos do Executivo estadual, o que configura nítida ambição progressiva para os vice-prefeitos, é reduzida se comparada ao Executivo Municipal, obtendo 31,8% de sucesso eleitoral. Outro ponto que se deve destacar é a presença de uma única candidatura para o Executivo Federal, que não foi bem-sucedida. O que não surpreende, visto os resultados anteriores e a dificuldade de obter cargos mais elevados na hierarquia política.

Dito isso, é fundamental dar destaque para o principal sucesso eleitoral desses indivíduos, que esteve presente nas eleições majoritárias, em movimentos direcionados ao Executivo municipal, superando os resultados das eleições proporcionais de lista aberta e indicando as possibilidades do vice obter a reeleição ou alcançar o cargo principal, o que seria um indicativo do vice-prefeito como um ator político com capital eleitoral eficiente para suceder o Prefeito.

Um outro ponto interessante é observar que somente no Executivo nacional, esse conjunto de indivíduos não marcou presença em suas trajetórias. Nos demais níveis de governo e de poder político, o sucesso eleitoral das candidaturas variou de 31,8% até 50%, uma evidência de padrão de carreira eleitoral integrado entre níveis de governo e poderes políticos, nas quais os indivíduos possuem uma alta circulação e diferentes movimentos de carreira ao longo de suas trajetórias (BORCHERT, 2009, 2011; ARAÚJO, 2012; SANTOS, 2011; LIMA, 2017; BARRETO, 2017; COSTA, 2018).

Finalizando o presente capítulo, serão apresentados os resultados das escolhas de carreiras em relação aos cargos eletivos disponíveis no sistema político brasileiro. A Tabela 6 exibe os cargos eleitorais ambicionados pelos indivíduos analisados ao longo dos anos (1986-2018), contendo o número e porcentagem de candidaturas e sucesso eleitoral, além da média geral de sucesso eleitoral ao longo das carreiras (linha “total” na quinta coluna).

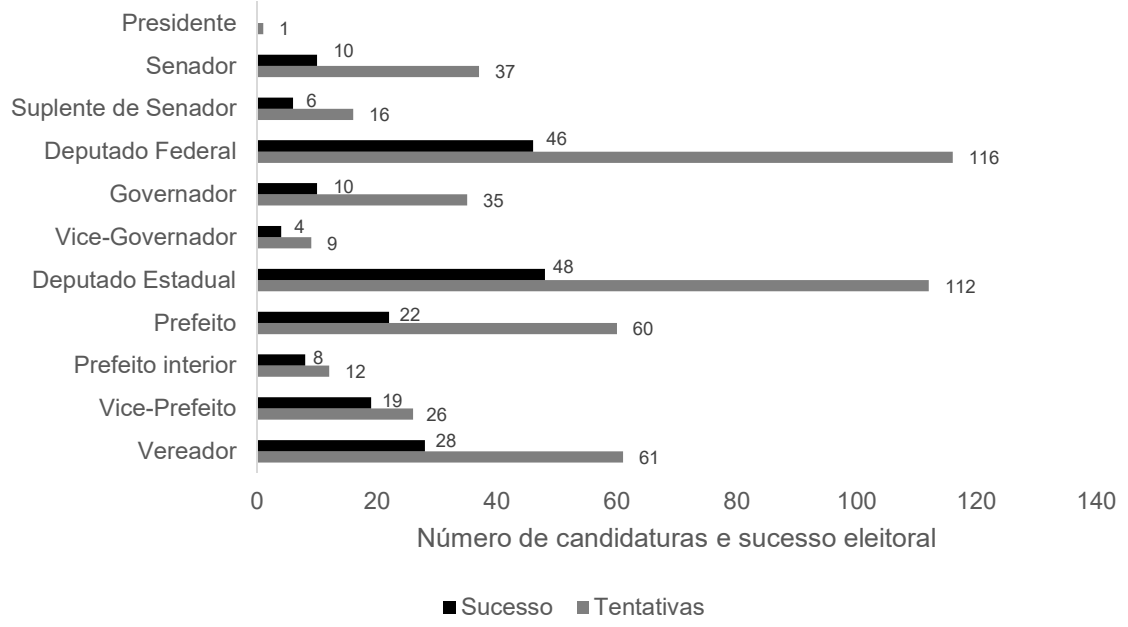
Tabela 6: Escolhas de carreiras dos vice-prefeitos eleitos entre 1985 e 2012 por cargo eletivo ambicionado em carreiras posteriores

Cargo	Candidaturas		Sucesso eleitoral	
	N	%	N	%
Vereador	61	12,5	28	45,9
Vice-prefeito	26	5,3	19	73,0
Prefeito interior	12	2,4	8	66,6
Prefeito	60	12,3	22	36,6
Deputado Estadual	112	23	48	42,8
Vice-governador	9	1,8	4	44,4
Governador	35	7,2	10	28,5
Deputado Federal	116	23,9	46	39,6
Suplente de senador	16	3,2	6	37,5
Senador	37	7,6	10	27,0
Presidente	1	0,2	0	0
Total	**485**	**100**	**201**	**41,4%**

Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs.

Na tentativa de tornar mais visualmente compreensivo esses dados apresentados acima, o Gráfico 10 foi elaborado na intenção de demonstrar comparativamente as escolhas de carreira e o sucesso eleitoral de acordo com os postos eletivos.

Gráfico 10: Número de candidaturas para os cargos eletivos e seus sucessos eleitorais



Fonte: Elaboração própria com base em TSE e TREs

Descrevendo os resultados demonstrados pela Tabela 6 e pelo Gráfico 10, adotou-se a sequência de acordo com a taxa de sucesso eleitoral para cada posto eletivo. O maior sucesso eleitoral está concentrado no cargo de vice-prefeito. O sucesso eleitoral para o cargo fica em 73%, o que demonstra que é satisfatório eleitoralmente o número de vice-prefeitos que, uma vez eleitos, conseguem a reeleição mediada ou imediatamente. Entretanto, esse cargo se classifica como 7° mais procurado em relação à ambição dos indivíduos.

O segundo cargo que mais acumulou sucesso eleitoral foi prefeito, porém, de outras cidades. Entende-se que conquistar o Executivo de uma capital requer maior capital político, além de possuir uma competitividade mais alta que em relação as demais cidades do estado. O sucesso eleitoral para esses municípios correspondeu a 66,6% de obtenção. Entre os cargos mais desejados, descer para prefeitura de outras cidades ocupou a 9° posição entre as ambições políticas desses indivíduos, ficando abaixo das escolhas por ocupar a vice-prefeitura de capitais.

Ainda em nível municipal, o próximo cargo que acumulou maior taxa de sucesso eleitoral é vereador, com 45,9% de obtenção. O cargo, que simboliza uma evidente ambição regressiva, é o primeiro do Legislativo em termos de sucesso eleitoral. O posto costuma ser ambicionado com maior frequência do que os cargos de vice e de prefeito de outras cidades, ocupando a 3ª posição dentre as ambições ao longo das carreiras.

É interessante chamar a atenção para esse dado, visto que, no final do mandato de vice-prefeito, esse não era o rumo mais ambicionado, tornando-se uma opção mais frequente nos anos posteriores dessas trajetórias. Isso pode ser indicativo de carreiras que não se consolidam em nível estadual e nacional, sendo comum retornar ao cargo “inicial” da política brasileira. Outra observação, é que assim como nas trajetórias anteriores, a ida de vereador para vice-prefeito é frequente em movimento de carreira e, conforme indica a literatura sobre a circulação entre os cargos (SANTOS, 1999; SANTANA, 2008; LIMA, 2017), o movimento contrário também se faz presente, a configurar esse zigue-zague em escala municipal.

O próximo cargo com maior sucesso eleitoral é vice-governador, com 44,4% de sucesso eleitoral. Olhando as trajetórias dos indivíduos a partir do cargo de vice-prefeito, esse movimento de carreira demonstra uma alteração de nível de governo na qual representa ambição progressiva, mas que mantém o posicionamento dos atores no segundo escalão do poder Executivo. Todavia, o cargo não costuma ser

ambicionado com frequência, estando na 10ª posição entre os prediletos pelo conjunto de atores em análise.

Retornando aos cargos do poder Legislativo, o posto de deputado estadual atinge 42,8% de sucesso eleitoral e fica posicionado em 2° entre os cargos mais ambicionados pelos indivíduos. Como observado nos cargos ocupados anteriormente, esse posto costuma compor as trajetórias dos indivíduos. Além disso, é frequentemente receptor de candidaturas em meio ao mandato e após, caracterizando esse movimento como algo desejado pelos atores analisados em diferentes estágios de suas carreiras.

O cargo de deputado federal é o mais ambicionado pelos indivíduos analisados, ocupando a 1ª posição nesse quesito. Em termos de sucesso eleitoral, a taxa de obtenção desse posto fica em 39,6%, sendo essa uma tentativa mais arriscada ao longo da carreira desses políticos. O cargo de deputado federal também se faz presente nas trajetórias pregressas ao cargo de vice-prefeito e, assim como deputado estadual, permanece como alternativa desejada longo das carreiras. A principal diferença é em termos de ambição, pois a busca por esse cargo significa crescimento à nível nacional, além de maiores recursos políticos.

Próximo à taxa de sucesso para deputado federal está o sucesso eleitoral daqueles que buscam à suplência de senador, sendo que 37,5% dos que lançam candidatura rumo ao cargo na Câmara Alta atingem sucesso. Entretanto, o cargo está classificado em 8° dentre os mais desejados por esse grupo de atores. Apesar da suplência se caracterizar como um cargo de segundo escalão, sendo uma espécie de “vice” do senador eleito, o crescimento em relação à nível de governo e possibilidade de chegar a ocupar uma cadeira no Senado Federal elevam esse cargo como ambição progressiva.

Em 4° lugar entre os cargos mais ambicionados ao longo das trajetórias posteriores está a ambição pelas prefeituras das capitais. O cargo de prefeito é o mais desejado do poder Executivo, o que não surpreende, visto que esse representa o caminho de progressão de carreira mais lógico para quem foi vice-prefeito. Logo, esse resultado evidencia a busca por ambição progressiva desses indivíduos. No entanto, em termos de sucesso eleitoral, 36,6% das candidaturas se elegem, demonstrando a dificuldade que possuem esses indivíduos em arriscar a ambição progressiva mesmo em nível local.

Inserido ao escopo de cargos do poder Executivo, a opção de governador, que representa um nítido movimento progressivo, aparece com sucesso de 28,5% nas obtenções, ocupando a 6ª posição entre os cargos que mais foram ambicionados por essa elite política. Ao passo que simboliza uma importante conquista na carreira eletiva, esse dado expõe as dificuldades que esses políticos profissionais enfrentam em relação à progressão e à conquista de cargos mais altos na hierarquia política.

Outro cargo de alto escalão na hierarquia política é senador da República, que nas ambições desse grupo investigado fica em 5° colocado em número de candidaturas. Assim como governador, o cargo de senador apresenta um baixo índice de sucesso eleitoral, com 27%, reforçando a dificuldade existente para esses atores alcançarem ao longo de suas carreiras progressão rumo aos postos mais elevados da política brasileira.

Por último, o cargo de Presidente da República, que recebeu apenas uma tentativa, por parte da vice-prefeita de Maceió, Heloísa Helena, que lançou candidatura ao Executivo nacional em 2006, porém, sem sucesso nas urnas. Esse dado reforça o baixo índice de ambição progressiva desses atores políticos, principalmente quando se observa os cargos do topo da hierarquia política (governador, senador e Presidente da República).

Para sistematizar esses resultados no Quadro 12 estão dispostos por classificação os cargos mais ambicionados e os cargos mais alcançados ao longo da análise longitudinal dessas carreiras.

Quadro 12: Classificação de acordo com número de candidaturas e ranking de sucesso eleitoral em trajetórias posteriores de carreira

Cargo	Tipo de Ambição Política	Classificação por número de candidaturas	Ranking de sucesso eleitoral
Deputado Federal	Progressiva	1°	6°
Deputado Estadual	Progressiva	2°	5°
Vereador	Regressiva	3°	3°
Prefeito (capital)	Progressiva	4°	8°
Senador	Progressiva	5°	10°
Governador	Progressiva	6°	9°
Vice-Prefeito	Estática	7°	1°
Suplente de Senador	Progressiva	8°	7°
Prefeito (interior)	Regressiva	9°	2°
Vice-Governador	Progressiva	10°	4°
Presidente da República	Progressiva	11°	11°

Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, os dados analisados demonstram que os vice-prefeitos em suas continuidades de carreira buscam postos eletivos nos três níveis da federação, não existindo uma larga concentração em um único nível de governo. Perante todas as opções de postos eletivos, há quatro cargos mais ambicionados ao longo de suas carreiras, são eles: deputado federal e deputado estadual, que lideram a classificação de candidaturas, com mais de uma centena de candidaturas, seguindo-se vereador e prefeito, com cerca de metade dos anteriores (cerca de 60 tentativas). Desses, três podem ser considerados exemplos de ambição progressiva (deputado federal, estadual e prefeito) e um de ambição regressiva (vereador).

Em termos de sucessos nas urnas, o cenário é outro. Destacam-se: repetir a posição de vice-prefeito ao longo de trajetórias posteriores e tornar-se prefeito de município do interior, sendo esses postos os mais seguros para os vice-prefeitos na continuidade da carreira. Para todos os demais cargos, o índice de sucesso fica abaixo de 50%, inclusive para a opção de descer ao Legislativo municipal.

O interessante é notar que os resultados nas urnas não são respaldados pelos números de candidaturas, pois há uma incongruência entre cargos preferidos e resultados nas urnas. Dos cinco postos mais ambicionados, somente o de vereador está colocando entre os três de mais sucesso eleitoral ao longo das trajetórias, o que por vezes foge de uma explicação lógica-racional em relação às escolhas de carreiras desses atores.

No final, verifica-se que, com exceção do cargo de Presidente da República, o grupo analisado alcançou todos os cargos postos eletivos disponíveis no sistema político pelo menos uma vez. Ainda que tenham colhido mais fracassos do que sucesso ao longo de suas trajetórias, isso descreve aspectos de variabilidade das carreiras eletivas no país[38], nas quais, dependendo do indivíduo, os caminhos construídos são mais ou menos frutíferos.

[38] O conjunto desses indivíduos analisados alcançou 48 mandatos de deputado estadual, 46 de deputado federal, 28 de vereador, 22 de prefeito, 10 de governador, 10 de senador, entre outros.

5.5 Mensurando impactos do protagonismo: as escolhas de carreira dos vice-prefeitos que assumem em definitivo as prefeituras das capitais

Destinou-se o último capítulo dessa dissertação para analisar a carreira eleitoral dos vice-prefeitos que assumiram as prefeituras em meio ao mandato, ou seja, substituíram, em definitivo, o prefeito eleito. O objetivo dessa análise foi mensurar o impacto da substituição no Executivo municipal para a carreira de vice-prefeitos. Ao todo, 33 vices substituíram em definitivo o chefe do Executivo nas capitais brasileiras entre 1985 e 2012. O Quadro 13 apresenta o conjunto geral da continuidade de carreira desses atores.

Quadro 13: Escolha de carreira dos vice-prefeitos que assumem definitivamente o cargo de Prefeito em suas cidades

Situação	N
Assume em definitivo o cargo de Prefeito	33
Abandonou a política	8
Deu continuidade à carreira eleitoral	25
Conquistou novos cargos	20

Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs, DHBB e CPDOC-FGV.

Destaca-se que 16% dos vice-prefeitos assumiram, em definitivo, o cargo de Prefeito por diversos motivos que fizeram o Prefeito se retirar, como falecimento, renúncia para concorrer a novos cargos ou até afastamento judicial. Dos 33 vice-prefeitos que se tornaram prefeitos no decorrer dos seus mandatos, 75,7% resolveu prosseguir sua carreira eleitoral após o cumprir o mandato. Desses, 80% obtiveram novos sucessos eleitorais ao longo de suas trajetórias, demonstrando o efeito do protagonismo na carreira desses atores. Por fim, 24,2% resolveram abandonar a política após o mandato de prefeito, representando ambições discretas.

Resta compreender, agora, quando os vice-prefeitos que assumiram as prefeituras buscaram novos cargos eletivos, ou seja, se é no final do mandato (2ª oportunidade) ou quando ficam livres de cargos eletivos (3ª oportunidade ou outras). O Quadro 14 apresenta essas informações.

Quadro 14: Momento na qual os vice-prefeitos que assumem o cargo de Prefeito buscam retornar à competição eleitoral

Oportunidade na qual volta a disputar eleição	Quantidade de Indivíduos (N)
Final do mandato	12
Após o mandato	13

Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs.

Conforme é possível observar no Quadro 14, a maior parte (N=13) dos vice-prefeitos vão optar por disputar novas eleições após o encerramento do mandato. No entanto, uma parte significativa (N=12), quase idêntica à anterior, busca aproveitar o momento final do mandato eletivo para prosseguir suas carreiras, candidatando-se a outro posto, o que, nesse caso, representava duas opções: prefeito ou vereador. A partir disso, o próximo passo é verificar quais as escolhas de carreiras dos que decidem disputar eleições no final do mandato. Para isso, a Tabela 7 irá apresentar os resultados referentes a essas decisões de carreiras.

Tabela 7: Escolha de carreira dos vice-prefeitos que assumem o cargo de Prefeito ao final do mandato

Cargo	Tentativas	Sucesso eleitoral (%)
Vereador	1	100
Prefeito	11	81,8
Total	**12**	**83,3**

Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs.

Observa-se um alto sucesso eleitoral dos vices que vieram a assumir as prefeituras e buscaram lançar candidatura no final de seus mandatos. É notável que a principal preferência desses indivíduos é pela busca da reeleição ao cargo de prefeito, representando uma ambição progressiva em relação ao cargo conquistado quatro anos atrás, mas estática em relação ao posto ocupado no momento de decidir o próximo passo. Vale lembrar que o mecanismo da reeleição só passou a valer de 1996 em diante, o que ajudar a explicar o número superior de vices que retornam ao jogo nas oportunidades seguintes ao mandato.

Nessa situação, percebe-se que a principal opção é pela preservação do posto alcançado através da substituição, procurando uma “segurança” eleitoral maior do que arriscando passos mais ambiciosos. É interessante apontar que nenhum decidiu retornar nessa oportunidade ao cargo de vice-prefeito, demonstrando que, se houver

oportunidade, a escolha desses indivíduos costuma ser a ambição progressiva em busca do Executivo municipal.

Todavia, desses indivíduos analisados, um (1) deles optou pela ambição regressiva, elegendo-se para o cargo vereador, o que abre ao menos duas possibilidades: a) tal escolha foi resultado de um cálculo, no qual o político percebe o alto risco de competir pela prefeitura; b) o ator político pode ter sido vetado pelo partido ou grupo político que sustentava o governo, que escolheu outro nome para disputar a eleição.

Partindo para análise dos indivíduos que resolveram concorrer após o término de seus mandatos, a Tabela 8 apresenta os dados em relação às escolhas de carreira dos atores frente à outras oportunidades eleitorais.

Tabela 8: Escolha de carreira dos vice-prefeitos que assumem o cargo de prefeito no retorno à competição política

Cargo	Tentativas	Sucesso eleitoral (%)
Vereador	1	0
Deputado estadual	4	25,0
Governador	4	25,0
Deputado Federal	1	0
Suplente de Senador	1	0
Senador	2	0
Total	**13**	**15,3**

Fonte: Elaboração própria com base em TSE, TREs, DHBB, CPDOC-FGV.

A realidade com a qual se deparam os vice-prefeitos que haviam assumido o cargo de Prefeito e concluíram o mandato sem concorrer imediatamente é outra em relação aos que buscaram competir no final do mandato. O aproveitamento, que nos cargos ofertados pela eleição municipal foi de 83,3%, nas eleições seguintes cai para 15,3%. Somente duas candidaturas se saíram vitoriosas, uma para deputado estadual e um para governador. Esses resultados reforçam a queda no sucesso eleitoral desses indivíduos, quando se afastam do último mandato, mas também quando saem da arena municipal, podendo ser um indicativo de barreira na ambição política. No mais, pode-se perceber que esse retorno à política se dá em grande maioria com ambições progressivas, rumo ao nível estadual e federal. Todavia, um desses retornos se deu ao cargo de vereador, o que, mesmo simbolizando uma queda em relação aos cargos anteriores, não garantiu a vitória para o competidor.

Apesar de um universo reduzido, o que impossibilita análises definitivas, esses resultados indicam que quanto mais próxima a decisão por dar continuidade na carreira, melhor é o desempenho eleitoral dos vices que vieram a assumir o cargo de prefeito. Além disso, a arena municipal se mostrou mais favorável para os políticos ambiciosos que optaram pela continuidade. Pode-se usar a analogia de que há uma intensa depreciação do capital político-eleitoral que esses vices acumulam ao se tornarem prefeito. Logo, ele precisa ser convertido em um novo mandato rapidamente (e, nesse caso, só pode ser de âmbito municipal), pois até a ocorrência da próxima eleição após o término do mandato (eleições nacionais-estaduais), o que se dá em dois anos, esse capital quase que se dissolve totalmente.

6 Considerações finais

Iniciam-se as considerações finais, retomando a pergunta de pesquisa na qual proposta na introdução do trabalho. A seguir, são retomados os resultados alcançados em cada capítulo, trazendo os principais destaques de cada seção. Na sequência, são discutidas as hipóteses que foram elaboradas pela pesquisa, no objetivo de verificar se foram confirmadas ou não. E, por fim, realiza-se um fechamento do estudo, apresentando algumas ponderações sobre a pesquisa e levantando novas questões que ela suscita.

A pesquisa buscou alcançar uma resposta sobre quais padrões de carreira eleitoral apresentam os vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras, eleitos entre 1985 e 2012, após o exercício do cargo. Objetivamente, é possível responder essa pergunta de pesquisa dizendo que os padrões de carreira dos vice-prefeitos, após o cargo, são diversificados, o que leva a aquilo que a Ciência Política vem chamando de padrão integrado de carreira. Isso significa uma alta variação em movimentos de carreiras, alternando em relação aos níveis de governo, poderes e cargos eletivos, o que torna incorreto analisar a partir de uma ótica unidirecional e rígida.

Nisso, são verificados movimentos que são mais e menos frequentes, como já esperado em sistemas multiníveis e integrados. Para sistematizar esses resultados, no Quadro 15 foram reunidas as informações gerais sobre as principais escolhas de carreira dos vice-prefeitos, apresentando uma revisão de conjunto acerca do grupo investigado.

Quadro 15: Revisão de conjunto sobre as escolhas de carreiras dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1985-2012)

Situações	Frequência	Total	Taxa (%)
Não voltam a concorrer	41	191	21,5
Voltam a concorrer	150	191	78,5
Mandatos de vice-prefeito concluídos	175	204	85,7
Assumem em definitivo a prefeitura	33	206	16
Voltam a ser eleitos	86	150	57,3
Tentativas de ambições progressivas	386	485	79,3
Tentativas de ambição estática	26	485	5,3
Tentativas de ambições regressivas	73	485	15
Ambição nível nacional	170	485	35
Ambição nível estadual	156	485	32,1
Ambição nível municipal	159	485	32,7
Ambição legislativa	342	485	70,5
Ambição executiva	143	485	29,5

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se nesse grupo de políticos profissionais um retorno de 78,5% dos indivíduos às urnas após eleitos para vice-prefeito. A ambição discreta, ou seja, a saída da arena eleitoral, fica em 21,5% dos indivíduos. Voltam a serem eleitos para outros cargos, 57,3% daqueles que voltaram a disputar novas eleições. Além disso, 85,7% dos mandatos foram encerrados por esses indivíduos, que, em grande maioria, optam por continuar no cargo durante a primeira oportunidade gerada pelo sistema político. Outro dado revelou que 16% dos vice-prefeitos analisados vieram a assumir em definitivo como chefe do Executivo municipal, sendo esse um evento mais raro do aquele observado no caso de vice-presidentes da República, que gira em torno dos 30% (1891-2020).

Agora, voltando a atenção para o conjunto de resultados sobre as ambições, ou seja, para onde esses indivíduos buscam direcionar suas carreiras, observa-se um equilíbrio entre as porcentagens relativas aos níveis de governo. O nível Federal recebeu 35% das tentativas, sendo esse o movimento mais ambicionado por esse grupo. Uma possível explicação, seja o maior número de cargos ofertados pelo sistema político e também os recursos políticos contidos nesses postos à nível federal. Em segundo lugar, o nível Municipal com 32,7% e em último o nível Estadual com 32,1%. Esse equilíbrio demonstra a alta frequência em todos níveis de governo nas disputas eleitorais por daqueles que deram continuidade em suas carreiras.

Porém, com menor equilíbrio, ficaram os números em relação ao acesso desses indivíduos aos níveis de governo. O âmbito com maior índice de sucesso eleitoral foi o Municipal, com 48,4%. Já o nível Estadual apresentou sucesso de 39,7%, enquanto o Federal 36,4%. Essas evidências demonstram que os sucessos eleitorais mais satisfatórios estiveram concentrados em nível local, onde parece existir um cenário mais favorável para os vice-prefeitos que se candidataram posteriormente. Como já demonstrado, não existe uma congruência nítida entre a ambição política e o sucesso eleitoral nas escolhas dos atores, o que fica reforçado ao observamos a opção pelo nível federal e sua baixa taxa de obtenção.

Em termos das ambições políticas mais presentes nessas carreiras, através daquilo que foi considerado na Imagem 3, observa-se que a principal ambição política é a progressiva, com 79,3% das candidaturas. Na segunda posição está a ambição regressiva, com 15%. Por último, a ambição estática, com 5,3% das motivações dos analisados. Primeiramente, esse dado revela uma baixa estima pela reeleição ao cargo de vice-prefeito, mesmo sendo essa a opção mais segura em final de mandato,

com 72,2% de sucesso. Entretanto, permanecer no cargo não parece ser o desejo mais natural dos vices. Sendo a mais larga preferência a busca por cargos de maior relevância, que traga autonomia maior para as decisões do político, como é o caso da maioria dos postos agrupados na ambição progressiva. Além disso, cargos que cresçam no nível de governo e que apresentem a possibilidade de substituir o titular também podem ser vistos como progressão em relação a vice-prefeito. Com 15%, a ambição regressiva também se mostra uma opção viável para aqueles que preferem sobreviver na arena eleitoral, ou até mesmo, compreendem esses movimentos como algo positivo na carreira política.

Por conta de baixa hierarquização dos cargos eletivos, típico de sistemas em que prevalecem padrões integrados de carreira (BORCHERT, 2009), é necessário dizer que nem todos movimentos de carreira propiciam uma análise nítida em relação ao tipo de ambição política. A noção de ambição dinâmica, ou movimento zigue-zague, apesar de não explicar o que de fato significa o movimento para a carreira do indivíduo, além da sobrevivência eleitoral, é o que melhor traduz os movimentos de carreira no sistema político brasileiro, visto a alta frequência que realizam escolhas e também as idas e vindas em níveis de governo e poderes políticos.

Aprofundando essa análise, movimentos dentro do nível municipal indicam com maior nitidez suas ambições. Presume-se, por exemplo, que a ida de um vice-prefeito para o legislativo municipal indica uma ambição regressiva, visto que buscar o cargo de Prefeito concretizaria uma ambição progressiva e até um movimento esperado por parte de alguém que ocupa a segunda posição no Executivo municipal. Porém, como se sabe, os riscos de uma candidatura para prefeito são elevados, sendo essa uma competição majoritária e que envolve mais recursos e provê apenas uma cadeira. Isso indica que, ao realizar alguns cálculos de escolha, é possível que os vice-prefeitos percebam os altos riscos desse tipo de competição, o que se reproduz em outros cargos do majoritários do sistema político.

Os resultados obtidos pelo Capítulo 6 também podem ajudar a melhor compreender a realidade em relação à circulação dessa elite nos cargos eletivos. Foi observado que os atores analisados já possuíam carreira política (61,8%) ao se tornarem vice-prefeito. Essa estava concentrados em maioria no nível Estadual, seguido pelo nível Municipal e Federal, sendo os cargos mais ocupados: deputado estadual, vereador e deputado federal. Essa análise indica que boa parte dos atores analisados após o cargo de vice-prefeitos buscam retornar para cargos onde já

estiveram, o que fortalece os achados relativo as frequentes idas e vindas da carreira política.

O último capítulo buscou mensurar o impacto na carreira eleitoral de um grupo particular de vice-prefeitos, aqueles que tiveram a oportunidade de se tornar prefeito em meio ao mandato, ou seja, substituir em definitivo o chefe do Executivo. O primeiro ponto a ser destacado é que esse grupo corresponde a 16% do universo, dos quais 75,7% seguiu na carreira política, e 80% obtiveram acesso a novos cargos eletivos ao retornar à competição, demonstrando um efeito positivo em substituir o prefeito em meio ao mandato para o prosseguimento de carreiras.

Retornando às hipóteses propostas na introdução, inicia-se pela discussão da Hipótese 1, que não chega a ser confirmada. Ao invés de um padrão de escolha rumo ao Legislativo Estadual, é observado que a maior parte das candidaturas dos vice-prefeitos é rumo ao Legislativo Federal, mais especificamente ao cargo de deputado federal. Entretanto, a diferença entre o número de candidaturas a deputado estadual e deputado federal é baixa. Porém, considerando os outros cargos do Legislativo federal, essa diferença cresce.

A Hipótese 2 é confirmada. Observa-se que a ambição pela reeleição, seja imediata, seja mediada, não possui grande presença nas trajetórias eleitorais desses indivíduos. Entre os cargos do nível municipal, a busca pela vice-prefeitura fica abaixo do cargo de vereador e prefeito, sendo a ambição estática a última opção dentre os três tipos de ambição política consideradas.

A Hipótese 3 também pode ser confirmada. Nota-se nos resultados dessa investigação que a busca por ambições progressivas não são respaldadas pelos índices de sucesso eleitoral dos vice-prefeitos em suas carreiras posteriores, não sendo possível observar um capital eleitoral positivo para aqueles que buscaram nítidas progressões de carreira. Prova disso está a classificação de sucessos eleitorais no Quadro 12, ficando a ambição estática com maior índice de sucesso, seguido pelas opções de ambição regressiva. O cargo de Prefeito, teoricamente a ambição mais evidente para quem ocupa a vice-prefeitura ocupa o 4° lugar entre os cargos mais ambicionados e o 6° entre os sucessos eleitorais, demonstrando um distanciamento entre o desejo de conquistar o cargo e a possibilidade de efetuar a conquista.

Uma investigação como essa busca explorar os dados e os resultados encontrados acerca de um objeto de análise, nesse caso, as carreiras eleitorais de

vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras. A contribuição principal dessa pesquisa é, além do ineditismo do objeto de análise, aprofundar uma discussão empírica sobre como os políticos profissionais que ocupam determinado posto eletivo se comportam frente a estrutura de oportunidade do sistema político, e ainda, como se desenvolvem suas carreiras ao longo dos anos, nesse caso, 32 anos.

Dito isso, é importante salientar que os estudos de ambição política, consolidados na Ciência Política internacional, carecem ainda de desenvolvimento para compreender diferentes cenários, como o caso dos sistemas multiníveis (BORCHERT, 2009). O caso brasileiro, onde existe uma baixa definição acerca da hierarquia dos cargos eletivos, mostra-se um desafio para quem realiza análises conforme o modelo de Schlesinger (1966). Provavelmente, possíveis saídas para compreender diferentes padrões de carreiras em sistemas não rígidos como o nosso, são através de modelos tipológicos, como sugerido por Borchert (2009), mas que produzam resultados inferenciais entre os tipos de carreiras e diferenças institucionais.

Entretanto, os desafios desse tipo de pesquisa também carecem de compreensão em termos sociopolíticos, como a investigação dos determinantes sociais e políticos que influenciam nos movimentos de carreira, voltando atenções para grupos minoritários e subalternos nas instituições de poderes, ou até mesmo explicando quem são os mais ambiciosos e que desenvolvem carreiras de maior sucesso na política brasileira.

7 Referências

ADKISON, Danny. The Electoral Significance of the Vice Presidency. **Presidential Studies Quarterly**, v. 12, n. 3, p. 330-336, 1982.

ALCÁNTARA, Manuel. **A profissionalização da política**. Curitiba: CPOP-PPGCP. UFPR, 2016.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ARAÚJO, Simone. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. **36° Encontro Anual da Associação Anual de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. GT 10 Estudos Legislativos, São Paulo, 2012.

BACKES, Ana Luiza; PONTES, Roberto Carlos Martins. **Legislação eleitoral e partidária**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

BALEEIRO, Aliomar; LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Constituições Brasileiras Vol. 5 (1946)**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BARRETO, Alvaro. Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). **Opinião Pública,** v. 14, n. 1, p. 123-148, 2008.

BARRETO, Alvaro. Para onde ir? A trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014). **Opinião Pública**, v. 23, n. 1, p. 194-229, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000100194&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2018.

BATISTA, LIZ. A primeira eleição presidencial do Brasil. **Acervo Estadão**, 25 fev. 2016. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,a-primeira-eleicao-presidencial-do-brasil,12098,0.htm>. Acesso em: 06 mar. 2020.

BESSA, Isabela. Tião: o vice ‘quase perfeito’. **A Gazeta**, 18 fev. 2011. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/12/581589-tiao+o+/vice+quase+prefeito.html>. Acesso em: 06 mar. 2020.

BIDEGAIN, Gérman. Vice presidentes en América del Sur: una agenda de investigación. **Colombia Internacional**, n. 89, p.159-188, 2017.

BLACK, Gordon theory of political ambition: career choices and the role of structural incentives. **American Political Science Review**. v. 66. n. 1, 1972.

BORCHERT, Jens. Movement and linkage in political careers: individual ambition and institutional repercussions in multi-level setting. The paper prepared for the meeting **ECPR**, Grenoble, 2001.

BORCHERT, Jens. **Ambition and opportunity in federal systems: the political sociology of political career patterns in Brazil, Germany and the United States**.

University of Frankfurt, 2009. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1450640>. Acesso em: 10 out. 2018.

BORCHERT, Jens. Individual ambition and institutional opportunity: a conceptual approach to political careers in multi-level systems. **Regional & Federal Studies**, v. 21, n. 2, 2011.

BORGES, André; SANCHES FILHO, Alvino. Federalismo, coalizões de governo e escolhas de carreira dos deputados federais. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, 2016.

BOTERO, Felipe. **Ambitious career-seekers: An analysis of career decisions and duration in Latin America**. Tese (doutorado em Ciência Política). Department of Political Science. University of Arizona, Tucson, Arizona, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIGNON, Rodrigo. Recrutamento e modalidades de entrada na carreira política: candidatos aos cargos legislativos no Rio Grande do Sul (1998 – 2006). **Política & Sociedade**, v. 16, n. 35, 2017.

BRAGA, Maria do Socorro. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002).** São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2006.

BRAGA, Maria do Socorro; VEIGA, Luciana; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, 2009.

BRAGA, Maria do Socorro; AMARAL, Oswaldo. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, 2013.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Câmara dos Deputados – Brasília: Coleção Leis do Brasil,1891.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 1937.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Secretaria-geral da Presidência. **Constituição do Brasil de 1967**. 1969.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Assembleia Legislativa, Estado do Rio Grande do Sul, 1988.

CAMPOS, Mauro Macedo. **Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário eleitoral brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Belo Horizonte. Departamento de Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

CNM. O vice-prefeito e o desempenho de funções no Poder Executivo: atuação, responsabilidade, subsídio, o acumulo, férias e o 13° salário. **Confederação Nacional de Municípios**. XIII Marcha a Brasília em Defesa dos municípios, Brasília, 2010.

CODATO, Adriano; CERVI, Emerson; PERISSINOTTO, Renato. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, 2013.

CORRÊA, Felipe. **O que fazer para sobreviver politicamente? Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

COSTA, Diarlison. **Análise multinível dos padrões de carreiras dos deputados federais brasileiros (2010-2014).** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

COSTA, Luiz; CODATO, Adriano. Reconversão, popularização e ambição: três conceitos sobre as elites parlamentares brasileiras. **11° Encontro da ABCP**, Curitiba, 2018.

CRISE entre prefeitos e vices da capital se repete desde 1986. Diário do Nordeste, 04 ago. 2014. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/crise-entre-prefeitos-e-vices-da-capital-se-repete-desde-1986-1.1071446>. Acesso em: 06 mar. 2020.

DINIZ, Kézya. Sem espaço no governo, vice-prefeito de Palmas renuncia ao cargo. **Política com K**, 11 jan. 2013. Disponível em: <http://www.politicacomk.com.br/sem-espaco-no-governo-vice-prefeito-de-palmas-renuncia-ao-cargo/>. Acesso em: 06 mar. 2020.

DURVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ENGLER, Icaro. **Empresários e política no Brasil**. Curitiba: Appris, 2020.

ESCOLHA de vice mobiliza negociações políticas em corrida presidencial. **Sul 21**, 28 jul. 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/07/escolha-de-vice-mobiliza-negociacoes-politicas-em-corrida-presidencial/>. Acesso em: 06 mar. 2020.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora EDUSP, 2015.

FEERICK, John. The Vice-Presidency and the Problems of Presidential Succession and Inability. **Fordham Law Review**, v.32, n.3, 1964.

FGV (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV, 2019. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

GARCÉ, Adolfo. El vicepresidente como candidato y como gobernante. **El Observador**, Montevideo, 25. Jul. 2018. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/el-vicepresidente-como-candidato-y-como-gobernante-2018725500>. Acesso em: 10 ago. 2018

GOLDSTEIN, Joel. The Rising Power of the Modern Vice Presidency. **Presidential Studies Quarterly**, v. 38, n. 3, p. 374-389, 2008.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 10 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

GRAÇA, Luís. SOUZA, Cíntia. Uso estratégico de eleições alternadas? Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputado federal no Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, 2014.

GROFMAN, Bernard; KLINE, Reuben. Evaluating the Impact of Vice Presidential Selection on Voter Choice. **Presidential Studies Quarterly**, v. 40, n. 2, p. 303-309, 2010.

KAWASAKA FILHO, Luiz. Contexto histórico. In: Câmara Municipal de Palmas. 22 fev. 2019. Disponível em: <https://www.palmas.to.leg.br/institucional/historia/contexto-historico>. Acesso em: 16 maio 2019.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, n.1, p. 44–67, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762003000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 out. 2018.

LIMA, Rafael. **Vereadores candidatos nas eleições para deputado no Rio Grande do Sul (2002-2010): ambição política, resultados e continuidade da carreira.** Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas, 2013.

LIMA, Iana. Alves de. **Carreiras e ambição política em sistemas multinível: um estudo de caso da circulação política no Brasil (1995-2015)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. A crise atual e o debate institucional. **Novos Estudos Cebrap**, v. 36, n. 3, 2017.

LODOLA, Gérman. La estructura subnacional de las carreras políticas en Argentina y Brasil. **Revista Desarrollo Económico**, v. 49. n, 194, 2009.

MAINWARING, Scott. Pluripartidarismo, federalismo fuerte y presidencialismo en Brasil. In: MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew (Org.). **Presidencialismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: Paidos, 2002, p. 65-120.

MALUF, Rui Tavares. **A Carreira política na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP)**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000200155&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MARENCO DOS SANTOS, André. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento Parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 64, v.22, 2007.

MARENCO, André. O que podemos explicar estudando carreiras políticas? In: MARENCO, André (Org.). **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre, UFRGS, 2013.

MASSIA, Leandro. **A Profissionalização política do poder executivo estadual: uma análise do perfil social e da carreira dos governadores brasileiros (1994-2010)**. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas, 2013.

MAYHEW, David. **Congress: The electoral conection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006.

MICHELS, Robert. **Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna**. Lisboa: Antígona, 2001.

MIERES, Pablo; PAMPÍN, Ernesto. La trayectoria de los vicepresidentes en los regímenes presidencialistas de América". **Revista de Estudíos Políticos***,* n. 167, p. 99-132, 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782003000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 out. 2018.

MITTELMAN, Ariel. La vicepresidencia en América Latina: un mal innecesario. **América Latina Hoy**, v.81, 2019a.

NATOLI, Marie. Abolish the Vice Presidency? **Presidential Studies Quarterly**, V. 9, N. 2, 1979.

NATOLI, Marie. Perspectives on the Vice Presidency. **Presidential Studies Quarterly**, Vol. 12, N. 4, 1982.

NEGRÃO, Luiz; YAMADA, Marcia. O parágrafo único do artigo 79 da Constituição Federal e o vice-presidente da República. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 16, n. 2823, 2011. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/18773. Acesso em: 20 fev de 2020.

NEIVA, Pedro. Suplentes de senadores: representatividade e governabilidade. In: Marcus Ianoni (Org.). **Reforma política democrática: temas, atores e desafios**. São Paulo, Perseu Abramo, 2015.

NELSON, Michael. Choosing the Vice President. **Political Science and Politics**, V. 21, N. 4, 1988.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582006000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jan. 2020.

NICOLAU, Jairo. 2007. Lista aberta – Lista Fechada. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fatima. **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

NICOLAU, Jairo. Os sistemas eleitorais. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Unesp, 2015.

PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo, **Dados**, v. 43, n. 3, 2000.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partidos: Organizações e poder nos partidos políticos**. São Paulo. Martins Fontes, 2005.

PEGURIER, Fabiano. **Carreiras Políticas e a Câmara dos Deputados**. 2009. 124 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, 2007.

PESSANHA, Charles; BACKES, Ana Luiza. Suplentes de Parlamentares. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

PERISSINOTTO, Renato; BOLOGNESI, Bruno. Electoral success and political institutionalization in the Federal Deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). **Brazilian Political Science Review**, vol.4, 2010.

POLSBY, Nelson. The Institutionalization of the U.S. House of Representatives. **American Political Science Review**, Washington v. 62, n. 1, 1968.

ROHDE, David. Risk-bearing and progressive ambition: The case of members United States House of representative. **American Journal of Political Science**. v. 23, n. 1, 1979.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Editora PubliFolha, 2006.

SAMUELS, David. Political ambition in Brazil, 1945-1995: Theory and evidence. **Meeting of the Latin American Studies Association**, Chicago, 1998.

SAMUELS, David. **Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: University Press, 2003.

SAMUELS, David. Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reformas. **Revista Suffragium**, Fortaleza, v. 3, n. 4, 2007.

SAMUELS, David. Political Ambition, Candidate Recruitment, and Legislative Politics in Brazil. **PostData**, Buenos Aires, n.16, 2011.

SANDES, Vitor; COSTA, Diarlison da. Partidos políticos importam na definição de carreiras políticas no Brasil? **Teoria & Sociedade**, v. 18, n. 42. 2019.

SANDIN, Caio. Maioria dos brasileiros quer fim de todos os cargos de vice. **R7 Planalto**, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/maioria-dos-brasileiros-quer-fim-de-todos-os-cargos-de-vice-29072019>. Acesso em: 06 mar. 2020.

SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria & Sociedade**, v. 16, n. 2, 2008.

SANTOS, Fabiano. Recruitment and Retention of Legislators in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 24, n. 2, 1999.

SANTOS, Fabiano. Câmara dos Deputados e estrutura de oportunidades políticas no Brasil – alguns apontados sobre a eleição de 2010. **Cadernos Aslegis**, Brasília n.40, 2010.

SANTOS, Fabiano; PEGURIER, Fabiano. Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation. **Regional & Federal Studies**, v. 21, n. 2, 2011.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas partidários**. Brasília: UnB, 1982.

SARRAFERO, Mario. **El poder y su sombra**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1999.

SARRAFERO, Mario. Presidencia y vicepresidencia: otra difícil combinación. In: MALAMUD, Andrés; DE LUCA, Miguel. (Org.). **La política en tiempos de los Kirchner**. Buenos Aires: Editora Universitaria de Buenos Aires, 2011.

SARRAFERO, Mario. 2018. La presidencia y las coaliciones políticas: el caso de la Argentina. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, v.26, n.65, 2018.

SCHLESINGER, Joseph. **Ambition and politics: Political careers in the United States**. Chicago: Randy McNally. 1966.

SCOLA, Daniel. “Porto Alegre merece uma condução com mais diálogo”, afirma vice-prefeito. **GauchaZH**, 11 out. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/daniel-scola/noticia/2019/10/porto-alegre-merece-uma-conducao-com-mais-dialogo-afirma-vice-prefeito-ck1mr64fn05fr01n3jg3h9sov.html>. Acesso em: 06 mar. 2020.

SHUGART, Matthew; CAREY, John. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. **Electoral Studies**, v. 14, n. 4, p.417-439; 1995.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma bibliografia.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

TAVARES, José Antônio. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições e estratégias**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

UGGLA, Fredrik. The politics of vice-presidential selection in Latin America. **Electoral Studies**, n. 65, 2020.

VICE-PRESIDENTE Civil foi impedido de assumir. **Senado Federal**, 27 mar. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/27/vice-presidente-civil-foi-impedido-de-assumir>. Acesso em: 06 mar. 2020.